

**UM PROGRAMA, CONTEXTOS DISTINTOS:
um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha**

ANA JACQUELINE SALES SANTOS

**Montes Claros
2017**

ANA JACQUELINE SALES SANTOS

**UM PROGRAMA, CONTEXTOS DISTINTOS:
um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientadora: Flávia Maria Galizoni

Montes Claros
2017

Santos, Ana Jacqueline Sales.

S237u 2017 Um programa, contextos distintos: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha / Ana Jacqueline Sales Santos. Montes Claros, MG: Instituto de Ciências Agrárias/UFMG, 2017.
139 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

Orientadora: Prof.^a Flávia Maria Galizoni.

Banca examinadora: Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira, Daniel Coelho de Oliveira, Flávia Maria Galizoni.

Referências: f: 122-128.

1. Agricultura Familiar. 2. PNAE. I. Galizoni, Flávia Maria. II. Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDU: 316

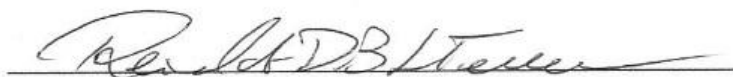
Ana Jacqueline Sales Santos

**UM PROGRAMA, CONTEXTOS DISTINTOS:
um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de concentração: Sociedade, Ambiente e Território

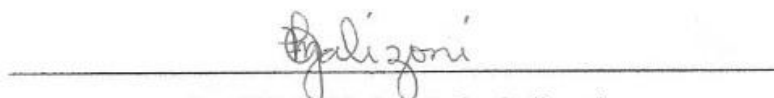
Aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Reinaldo Duque Brasil Landulfo Teixeira
Universidade Federal de Juiz de Fora
(Membro externo)



Prof Dr. Daniel Coelho de Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros
(Membro interno)



Prof^aDr^a Flávia Maria Galizoni
Universidade Federal de Minas Gerais - ICA
(Orientadora)

Montes Claros, 27 de junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dirijo meus agradecimentos a Deus pela força e coragem que tens me dado para superar todos os desafios acadêmicos, vitórias e perdas na vida.

Na minha vida acadêmica, Deus colocou anjos que me deram oportunidades de me inserir na pesquisa, apresentaram-me às ciências humanas de uma forma que não a conhecia e descobrir os caminhos que queria trilhar. Foram elas que me ensinaram os primeiros passos, motivo pelo qual sinto enorme respeito, carinho e gratidão a Maria Luiza Grossi, Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e Lussandra Martins Gianassi.

Na graduação passei por anos de fundamental importância na minha orientação vocacional e profissional, onde conheci aquele pedaço de chão, aquele “*paraíso*” como afirma os que lá nasceram e morreram: o Vale do Jequitinhonha. Foi lá meus primeiros passos na pesquisa e extensão, onde conheci tanta gente de bom coração, foi lá que convivi com gente forte que em tantas lutas construiu a história do “*Jequi*”: Boaventura, João domingos e Samuel compõem o CAV que carrega a bandeira do Jequi, Sr. Geraldo de Pinheiros que tanto conhecimento tem, Dona Maria de Macuco que hoje mora no céu, Petrina em seu burro pelas estradas a vender suas verduras, Deusani mais uma noivinha do Jequi, Maria Joana, Dona Generosa e Dona Aurora mulheres vitoriosas. “Fatinha, olha a sacola que a feira ta enchendo”, o “Sr. Dede conhecimento ta ai”, José Adão, Dona Eva, Maria do Carmo, João Antônio, Erivaldo, José Aparecido, Benjamim, Maria Augusta, Gertrudes e Wilson a feira os espera e o Sr. Valdir, o que falar desse astuto lavrador, um grande personagem da agricultura familiar que instiga e intriga qualquer pesquisador, para ele “nada se perde, tudo se transforma”, um agricultor “inovador” que transforma a realidade por onde passa levando e buscando conhecimento. Ronesley, difícil de encontrar, roda manhã e tarde para assistência ao agricultor poder dá. Daniela, Adriana, Delma, Luzia, Viviane, Ivone e Silvia dão o duro no dia a dia para que não falte a refeição quando o sino tocar.

E nas terras do ouro vermelho, encontramos preciosidade de pessoas que de coração aberto nos receberam, o Sr. Juscelino que pelas estradas reais andou, hoje passa pelos ouros verdes que enche o bolso do produtor, Dona Maria Nilsa que enche a feira de alegria, enche a barriga do pesquisador na mesa de sua cozinha. Cleide, Nildete, Airton, Maria da conceição, José, Inês, Terezinha, Elessandra e Alexandra, estes fazem a história da agricultura familiar em Datas, Iravaldo, no vai e vem do rural e urbano marca o passo do agricultor. Haroldo... que mais tempo doa ao agricultor que a si mesmo, empenhado na causa de sua

categoria preside o sindicato e roda este mundo a fora em busca de conhecimento para ajudar a sua gente a sair do esquecimento. Aos que colocam a comida na escola: Narlisson, Adilson e Adalberto quebram a cabeça nos cálculos com os agricultores. A estes tantos que fizeram parte desta pesquisa e doaram seu tempo e conhecimento para que este trabalho pudesse se concretizar, a eles meus sinceros agradecimentos.

A uma pessoa especial reservo uma homenagem e minha eterna gratidão, pois a ela devo a concretização deste trabalho, deste sonho. A ela que foi mais que professora e muito mais que orientadora. Esteve ao meu lado em um dos momentos mais difíceis da minha vida, quando todos me abandonaram pelas decisões que tomei na vida, ela manteve ao meu lado me apoiando para que eu não caísse, para que eu fosse forte e não desistisse do curso. Ela foi todo apoio que tive quando passei por grandes tribulações, foi além do seu simples dever de orientar, foi humana, foi amiga, foi mãe. À Flávia Galizoni que em relação a qual, cultivamos, além de laços acadêmicos, uma amizade que será eterna pelo carinho, gratidão e força que sempre me destes para superar todas minhas dificuldades. A você minha professora, orientadora, amiga e mãe, minha eterna gratidão. Agradeço também o professor Eduardo Ribeiro que muito me auxiliou neste trabalho dando sua contribuição e conhecimento. Assim como ao colega Alex Moura que com os integrantes do Núcleo PPJ contribuíram com ideias e formatação do trabalho. E Também agradeço ao meu esposo Felipe Veiga que teve paciência e compreensão pelo tempo que dediquei exclusivamente aos meus estudos, e por ter dado todo apoio para que finalizasse o meu curso.

Agradecimentos também são dirigidos aos órgãos financiadores FAPEMIG, CNPQ, NEDET Alto Jequitinhonha, que contribuíram grandemente para concretização dos trabalhos de campo e possibilitou um volume de coleta de dados que subsidiou a escrita deste trabalho.

Finalizando, um agradecimento especial e voltado a minha vida pessoal. Quero agradecer *in memoriam*, pois infelizmente ele não esta mais entre nós para poder ler ou ouvir estes sinceros agradecimentos. Hoje, estou concluído mais uma etapa da minha vida, entre tantas outras que você sempre esteve apoiando, compartilhando minhas vitórias e derrotas. Lembro-me dos dias que te via saindo bem cedo, voltando para almoçar e depois retornando para o serviço, no final da tarde retornavas todo sujo de cimento e areia, até seu cabelo que era branco ficava vermelhinho da areia de reboco. Trabalhavas de sol a sol para nos dá uma vida digna, para não faltar nada a seus 5 filhos, e um dos principais alimentos era o estudo. A noite era um momento de compartilhamento das nossas vidas e ensinamentos que dentre tantos, um era: “*estude, porque o conhecimento é algo que ninguém pode tirar de você*” e ele

é um meio para poderem subir na vida, ser alguém na vida. Naquelas palavras eu sei que davas o melhor de ti para que tivéssemos uma vida melhor. Estudei e como estudei, e toda a minha caminhada fiel aos seus ensinamentos, de estudo, de honestidade e humildade, foram para poder te dá o orgulho, para que o senhor pudesse sentir que o que fizestes não foi em vão. Hoje, concluindo esta etapa da minha vida sinto muito por não estar aqui para ver dá frutos esta sementinha que plantou e tanto cuidou. Mas, sei que lá em cima juntamente com Deus possa sentir tudo isso, que nunca te disse verbalmente, mas sempre te demonstrei com minhas atitudes. A você meu pai, Joaquim Gonçalves dos Santos, meu muitíssimo obrigado, por sempre ter sido na minha vida luz, força e amor.

HOMEM LAVRADOR¹

Olha o homem lavrador
Pede água, por favor,
Pro seu plantio florescer
Pro seu plantio florescer
Pro seu plantio florescer

Alma de negro forte lutador
Vai clamar ao meu senhor
Pede forças pra proteger
O seu plantio que vigorou
O seu plantio que vigorou

Homem que canta e clama
Moço que pede a voz
Da mãe natureza
Da mãe natureza

Chuva que cai na terra
Homem que um dia clamou
Há mãe natureza
Há mãe natureza

Quando o homem agradece ao senhor
Cada prece que faz escorre em lágrimas
O que faz um lavrador
Pro seu planteio cultivar
Pro seu planteio cultivar

Quando o plantio se acaba
Nasce esperança na terra
Outra espera de raiz
Outra espera de raiz

¹ Música do cantor e compositor, Gustavo Henrique Borges de Castro, Minas Novas/MG.

UM PROGRAMA, CONTEXTOS DISTINTOS: um estudo sobre o PNAE no Território do Alto Jequitinhonha

RESUMO

Na década de 1990 estabeleceu-se no Brasil um cenário de intensos debates acadêmicos e políticos quanto à produção de alimentos. A modernização da agricultura não acarretou uma homogeneização nas formas de produção e a agricultura familiar de base camponesa reorganizou formas de permanência no campo afirmando sua relevância na produção de alimentos. Esses sujeitos sociais que sempre foram marginalizados passaram a ter reconhecimento e a reivindicar políticas públicas específicas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo ao incluir o agricultor familiar no mercado institucional. Assim, o objetivo dessa dissertação foi compreender as consequências do PNAE para a agricultura familiar de base camponesa no Território do Alto Jequitinhonha/MG, observando a pauta alimentar produtiva e pressão de uso dos recursos da natureza. No intuito de alcançar estes objetivos em um território composto por 20 municípios, optou-se em realizar uma pesquisa por amostragem em dois municípios, Datas e Turmalina. A pesquisa de cunho qualitativa compreendeu o uso de dados secundários do FNDE, Censo Agropecuário 2006 e Fundação João Pinheiro e também coleta de dados em campo, com as instituições gestoras do programa, organizações representativas da agricultura familiar e com os agricultores familiares envolvidos no programa. A análise do PNAE nos municípios pesquisados apontou uma trama que permeia a relações políticas e as formas de organização nas localidades. No município de Turmalina as organizações de representação da agricultura familiar estabeleceram um campo de equilíbrio de forças entre os atores sociais, e se instaurou tanto uma arquitetura de rede quanto uma “gestão compartilhada” dos programas. Em Datas predomina uma gestão marcada por distanciamento entre os atores e um campo de disputa, onde a participação é limitada, instaurando uma “gestão centralizada”. A compra institucional agricultura familiar pelo PNAE esbarrava com algumas dificuldades: transporte, sazonalidade da produção e planejamento. Observou-se que a maioria das instituições gestoras não atingia o mínimo de compras exigido por lei de 30% do recurso do FNDE. Apesar das dificuldades encontradas na operacionalização do programa no que diz respeito à compra de produtos da agricultura familiar, observou-se que o PNAE alcançou os seus objetivos nos municípios, pois com maior ou menor efetividade, houve diversificação da produção, melhoria do produto, aumento de renda dos agricultores participantes, o estabelecimento de mais um canal de vendas institucional para agricultura familiar, promoção da segurança alimentar e soberania alimentar. Tais resultados do PNAE foram possíveis por meio da flexibilização do programa às diversidades, proporcionando um diálogo com os locais, onde “um programa” tem sido conduzido a “várias realidades”.

Palavras-chave: Agricultura familiar, PNAE, Alto Jequitinhonha e organizações da agricultura familiar.

**A PROGRAM, DIFFERENT CONTEXTS:
a study on the PNAE in the Upper Jequitinhonha Territory**

ABSTRACT

In the 1990s it was established in Brazil an intense academic and political debates scenario, concerning food production. The modernization of the agriculture did not lead to a homogenization in the forms of production, and peasant-based family farming reorganized forms of permanence in the countryside, affirming their relevance in food production. These social subjects who were always marginalized began to have recognition and to demand specific public policies. The National School Feeding Program (PNAE) is an example of including the family farmer in the institutional market. Thus, the objective of this dissertation was to understand the consequences of the PNAE for the peasant-based family farming in the Upper Jequitinhonha / MG Territory, observing the productive alimentary agenda and pressure of the use of natural resources. In order to reach these objectives in a territory composed of 20 municipalities, it was decided to carry out a sample survey in two municipalities, Datas and Turmalina. The qualitative research included the use of secondary data from the FNDE, Census of Agriculture 2006 and João Pinheiro Foundation and also data collection in the field, with the program's managing institutions, representative organizations of family agriculture and with the family farmers involved in the program. The analysis of the PNAE in the cities surveyed pointed to a pattern that permeates political relations and forms of organization in localities. In the municipality of Turmalina the organizations representing family agriculture established a balancing point of forces between social actors, and both a network architecture and a "shared management" of programs was established. In Datas dominates a management marked by distancing between the actors and a field of dispute, where participation is limited, establishing a "centralized management". The institutional purchase of family agriculture by the PNAE came up against some difficulties: transportation, seasonality of production and planning. It was observed that most of the management institutions did not reach the minimum purchase required by law of 30% of the FNDE resource. Despite the difficulties encountered in the operationalization of the program in relation to the purchase of family agriculture products, it was observed that the PNAE reached its objectives in the municipalities, since with greater or less effectiveness, there was diversification of production, product improvement, increase of income from participating farmers, establishing another institutional sales channel for family farming, promoting food security and food sovereignty. Such PNAE results were made possible through the flexibilization of the program to diversities, providing a dialogue with the localities, where "a program" has been conducted to "several realities".

Keywords: Family agriculture, PNAE, Upper Jequitinhonha and family agriculture organizations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização da área de estudo	22
Figura 2	Municípios que compõem o território do alto Jequitinhonha	23
Figura 3	Etapas na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar	51
Figura 4	Prioridades na seleção de projetos de compra	55
Figura 5	Perfil topográfico Território do Alto Jequitinhonha	58
Figura 6	Paisagem do complexo serrano	59
Figura 7	Paisagem do complexo chapada-grota	60
Figura 8	Unidades familiares - Fazenda Santa Cruz, Datas – MG	62
Figura 9	População urbana e rural de Datas – MG -2010	66
Figura 10	População urbana e rural de Turmalina - MG, 2010	67
Figura 11	Agricultor familiar e unidade de produção – Turmalina	72
Figura 12	Criação de porcos – Turmalina	74
Figura 13	Cultivo de hortas orgânicas – Turmalina	76
Figura 14	Rio Itamarandiba – Turmalina	78
Figura 15	Processamento da mandioca na Associação – Datas	79
Figura 16	Feiras livres no Alto Jequitinhonha	82
Figura 17	Espaço de armazenagem de produtos - feira livre de Datas	83
Figura 18	Penalidades para não observância da Lei 11.947	101
Figura 19	I Encontro da Agricultura Familiar – Datas	117
Figura 20	Agricultor familiar e sua unidade de produção – Turmalina	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estabelecimento e área da agricultura familiar no território do Alto Jequitinhonha – 2006	26
Tabela 2	Valores do FNDE repassados para alimentação	52
Tabela 3	Perfil das famílias entrevistadas	70
Tabela 4	Acesso a direitos sociais das famílias entrevistadas	71
Tabela 5	Recursos do FNDE e porcentual de compras da agricultura familiar ..	95
Tabela 6	Porcentual de compras da agricultura familiar– Brasil, 2015	99
Tabela 7	Produtos comprados da Agricultura Familiar pela Prefeitura de Turmalina	106
Tabela 8	Produtos comprados da agricultura familiar pelas escolas estaduais de turmalina	107
Tabela 9	Produtos comprados da Agricultura Familiar pela Prefeitura de Datas, 2013 – 2015	107
Tabela 10	Produtos comprados da agricultura familiar pelas escolas estaduais de datas, 2016	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFTUR	–	Associação dos Feirantes de Turmalina
ATB	–	Assistente Técnico de Educação Básica
CAE	–	Conselho de Alimentação Escolar
CAV	–	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CEANORTE	–	Central de abastecimento do Norte de Minas
CEASAMINAS	–	Central de abastecimento de Minas Gerais S. A.
CECANES	–	Centro de Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CMN	–	Conselho Monetário Nacional
CNPQ	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAP	–	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EAN	–	Educação Alimentar e Nutricional
EMATER	–	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPEMIG	–	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FJP	–	Fundação João Pinheiro
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INAN	–	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MDA	–	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEDET	–	Núcleo de Extensão Territorial do Alto do Jequitinhonha
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	–	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSN	–	Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAPS	–	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SDT	–	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	–	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPM	–	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STR	–	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UNICEF	–	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	–	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

CAPITULO 1: INTRODUÇÃO AO TEMA, OBJETIVOS E MÉTODOS.....	16
1.1 Agricultura familiar e alimentos	16
1.2 Percurso metodológico	20
CAPITULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.1 De camponeses a agricultor familiar à recampesinização: uma breve síntese	33
2.2 Revolução verde e a modernização conservadora da agricultura	39
2.3 Territorialização e padronização alimentar: um paradoxo	40
2.4 Entre a cruz e a espada: estratégias familiares de produção e reprodução.....	43
2.5 PNAE: do combate à fome, à promoção da agricultura familiar e soberania alimentar:	46
2.6 - Processo de compra de alimentos da agricultura familiar	51
CAPITULO 3: A ÁREA DE ESTUDO	57
3.1 Alto Jequitinhonha - um recorte territorial	57
3.2 Agricultura familiar de base camponesa no Território do Alto Jequitinhonha.....	62
3.3 Turmalina e Datas, uma breve caracterização dos municípios pesquisados	65
3.4 Perfil do agricultor familiar participante do PNAE.....	68
3.5 - “Tudo que se cultiva no terreno, na casa se consome e na feira se vende”	72
CAPITULO 4: UM PROGRAMA, DUAS REALIDADES.....	84
4.1 Gestão “compartilhada”	84
4.2 Gestão “centralizada”	90
4.3 - A operacionalização da Lei Nº 11.947 na área de estudo	96
4.4 - PNAE e a pauta produtiva/alimentar.....	105
4.5 - PNAE e o ambiente: a relação com recursos da natureza	111
4.6 - O PNAE e os agricultores	113
4.7 - Um programa, contextos distintos: uma síntese.....	115
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
6 - REFERÊNCIAS	122
7 – ANEXOS	128

CAPITULO 1

INTRODUÇÃO AO TEMA, OBJETIVOS E MÉTODOS

1.1 - Agricultura familiar e alimentos

Desde as últimas décadas do século XX, observou-se no Brasil uma preocupação em construir aparatos políticos e econômicos em torno do abastecimento de alimentos objetivando assegurar produção interna estável e promover o desenvolvimento rural. Esta preocupação surgiu articulada a intenso debate científico em torno de concepções de desenvolvimento, dos efeitos da "revolução verde" no campo brasileiro e do lugar do camponês nesse contexto, mas também a partir de pressões dos movimentos sociais de base camponesa por acesso a terra e melhores condições de vida.

O Estado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 assumiu uma política pautada na concepção de progresso econômico, transformou profundamente a paisagem rural ao apoiar grandes projetos de industrialização e modernização da agricultura. No campo foram implementadas alterações na base técnica que aliaram a agricultura à indústria como forma de tentar superar a imagem de país agrário-exportador de base técnica tradicional. Por meio de concepções desenvolvimentistas, os governos priorizaram e subsidiaram grandes empreendimentos agrícolas visando produção em escala a fim de prover o mercado interno e gerar divisas.

Muitas regiões no país foram alvo de políticas intervencionistas com o objetivo de alcançar o tão sonhado desenvolvimento econômico. Tais iniciativas, de forma geral, incidiram negativamente nos modos de vida de camponeses que, boa parte das vezes, foram expropriados de seus espaços de reprodução pela expansão de monoculturas diversas e projetos de infraestrutura.

Concomitantemente, eclodiram no campo brasileiro vários movimentos e conflitos decorrentes, principalmente, das "tomadas de terras"². A luta dos movimentos sociais de base camponesa pela manutenção de um modo de vida próprio, pelo direito a terra e por direitos básicos se estendeu por décadas. A organização de grupos camponeses estabeleceu um campo de embate político/ideológico, constituindo-se formas de resistências que possibilitaram algumas conquistas, principalmente, tornar visível a importância desses grupos na geração de ocupação e no abastecimento de alimentos no país. É em partes nesse contexto que surgiu o

2- Termo utilizado por Ribeiro (2013) ao se referir ao processo de apropriação privada de vastas áreas de chapada na região do Vale do Jequitinhonha na década de 1960/70, por empresas monocultoras de eucalipto e café. Áreas estas, tidas pelo Estado como terras devolutas, já para a população local, áreas de uso comunal.

Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996 com o objetivo de apoiar projetos produtivos, individuais ou coletivos, de agricultores familiares. Dez anos depois, a agricultura familiar passou então a ser, para fins de programas públicos, uma categoria reconhecida e definida pela Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A relevância da Agricultura familiar para o abastecimento interno de alimentos encontrou fundamentos teóricos em estudos iniciados na década de 1990, como os da FAO³ e de autores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga. Antes desses estudos se acreditava que somente a produção em escala era a responsável por abastecer o comércio interno de alimentos. As pesquisas indicaram a importância da produção familiar para o abastecimento de alimentos que formavam a base da dieta brasileira e analisaram impactos ambientais e sociais provocados pela modernização conservadora da agricultura.

O Censo Agropecuário de 2006 reforçou tal assertiva: revelou que a agricultura familiar respondia por 84% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e era a principal responsável pela comida que chegava à mesa dos brasileiros. Essa expressividade se refletia na participação da agricultura familiar na cadeia produtiva dos principais alimentos consumidos, como nos casos da mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%). (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2011)⁴.

A agricultura familiar passou a ser reconhecida não somente pela produção de alimentos e segurança alimentar, mas também por seu papel na soberania alimentar e na valorização cultural dos alimentos. A articulação entre estas temáticas ganhou repercussão a partir dos anos 2000 após reações à intensa industrialização e padronização da alimentação brasileira e degradação dos alimentos por agrotóxicos nocivos a saúde humana. A reflexão sobre o papel da agricultura familiar passou a fazer parte de alguns programas públicos voltados para a produção de alimentos, geração de renda e desenvolvimento rural.

Historicamente, no Brasil programas públicos possuíam um caráter centralizador e hierárquico- "de cima para baixo". Formulados por técnicos dos governos eram levados e executados nas localidades desconsiderando suas singularidades. A incapacidade de solucionar problemas aos quais se destinavam surge em meio ao impasse da amplitude desses programas somado a vários fatores expressos na diversidade local – de gestão, de arranjos

3 - Estudo realizado em parceria INCRA/FAO intitulado por “Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico”, através do projeto UFT/BRA/036/BRA, no ano de 1996.

4- Dados extraídos do portal Brasil do Ministério de Desenvolvimento Agrário, publicado em 24/07/2015 e disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 19/07/2016.

produtivos e de poder organizacional – os quais quase sempre foram desconsiderados na implantação desses projetos. Da necessidade de reverter este quadro, emergiu a temática territorial nas políticas públicas. A noção de Território⁵ tornou-se tendência nos programas públicos que visavam à integração de ações das três esferas governamentais com maior abertura à participação social e flexibilização dos programas para construir conjuntamente estratégias de desenvolvimento.

Um importante programa público que se articulou com a agricultura familiar foi o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Criado em 1955 o PNAE desde o seu início objetivou ofertar alimentação para estudantes de escolas de ensino público, visando contribuir para o rendimento escolar e formação de hábitos saudáveis de alimentação. Durante seus anos de existência foi sendo reestruturado conforme o contexto histórico vivenciado. Em seus primeiros 40 anos, o programa teve gestão centralizada, voltado a um projeto único para todo território nacional. Após passar por processo de descentralização - concretizado na Lei nº 8.913, de julho de 1994 que permitiu maior agilidade para a aquisição de gêneros alimentícios - o PNAE incorporou novos objetivos: o fortalecimento da segurança e soberania alimentar, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Assim, estados, municípios e distrito federal foram incumbidos de gerir o programa ficando a cargo do governo federal o repasse direto de recurso através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas estaduais e prefeituras (que gere o recurso para as escolas municipais). Um importante elemento que permitiu ao PNAE tentar alcançar seus novos objetivos foi a criação da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Essa lei determinou que as instituições gestoras deveriam destinar 30% da receita proveniente do FNDE à compra de produtos alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar. A criação desta lei foi apoiada por mobilizações constantes das organizações de agricultores familiares que forjaram espaços nas políticas públicas e conquistaram sua participação no PNAE.

Embasada nessa reflexão se construiu o tema dessa dissertação: investigar a partir das unidades familiares de agricultores do Alto Jequitinhonha a sua inserção no Programa Nacional da Alimentação Escolar. Escolheu-se o Alto Jequitinhonha por possuir uma expressividade de agricultores familiares afirmados em estudos por Galizoni (2007), Ribeiro (2013) e pelo Censo Agropecuário (2006). Nesse Território, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias, organizações da sociedade civil e públicas têm refletido de forma sistemática sobre produção de alimentos, recursos hídricos e políticas públicas, temas

5- Uma breve discussão conceitual em torno da temática território e sua abordagem em programas públicos esta exposto na página 7 em percurso metodológico.

esses, que são considerados estruturais na reflexão sobre possibilidades de desenvolvimento⁶. A demanda local impulsionou este estudo e se combinou com outra demanda, mais teórica: compreender como agricultores familiares, produtores de alimentos se relacionavam com os canais de compras institucionais promovidos pelo PNAE.

Portanto, o foco desta dissertação está nos agricultores familiares e nas formas com que se estruturam para se inserir no PNAE. Partiu-se de uma análise de "baixo para cima", analisando a cadeia produtiva da unidade de produção familiar voltada para os programas públicos (Ortega, 2008).

Consequente, foram construídas algumas questões como ponto de partida na construção e condução deste estudo. Tomando como base de análise a Lei federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que determina que 30% do recurso repassado pelo FNDE sejam destinados à compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar indaga-se: como se opera na esfera municipal esta lei e como se faz a gestão desse programa nos locais? A lei tem sido cumprida, no que tange o percentual mínimo de compra da agricultura familiar?

A literatura indica que nos municípios brasileiros, ao longo da história, há fortes traços de relações políticas onde trocas de favores e interesses pessoais interferem na gestão de programas públicos (Queiroz, 1957). Teria o PNAE influências políticas de mando local na sua gestão? Ou os mecanismos de participação social controlariam possíveis relações mandonistas?

Outro ponto em questão é a reflexão sobre segurança e soberania alimentar no Jequitinhonha, uma região que ao longo do tempo foi associada à escassez de alimentos e a construção de uma imagem pejorativa ligada à pobreza pelo seu baixo *dinamismo econômico*. Como o PNAE dialoga com a dieta local? O PNAE tem influenciado na construção de uma pauta alimentar e produtiva colonizadora? Uma vez que quem constrói o cardápio são as instituições que administram o programa – escolas estaduais e prefeituras - e estabelecem o que será consumido nas escolas. Dessa forma, há respeito à diversidade e cultura alimentar da região? E para as famílias de agricultores, o programa tem influência nos alimentos que produzem e nos que consomem?

Por último, há também questões vinculadas à pressão de uso dos recursos naturais. A adesão a este programa sugere um aumento ou uma regularidade da produção, assim o espaço produtivo do agricultor familiar se altera? Há uma maior intensidade de uso dos

6 - Ver reflexão de Ribeiro e outros (2007) em “*Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha*” e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinhonha – Ptdrstaj, 2006.

recursos ambientais? Isto tem gerado conflitos por recursos como água e terra? E como se dá esta problemática em municípios de transição para o semiárido, onde a escassez hídrica é uma variável importante?

Para equacionar essas questões, estruturou-se essa dissertação com o objetivo de compreender se há impactos e consequências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos, soberania alimentar e pressão de uso dos recursos da natureza. Mais especificamente pretendeu-se⁷:

- 1 - analisar se o PNAE promove alterações na pauta produtiva dos agricultores familiares;
- 2 - estudar se há influência do PNAE na composição da pauta alimentar regional;
- 3 - investigar a relação existente entre participação de agricultores familiares no PNAE e pressão de uso sobre terra e água.

1.2 - Percurso metodológico.

Para abordar as questões propostas, na área de estudo, partiu-se de uma concepção chayanoviana do sistema produtivo camponês, isto é, um sistema com lógica própria. Pois, o foco estava em compreender se havia ou não consequências do PNAE no Alto Jequitinhonha a partir da perspectiva de quem produz os alimentos: as famílias de agricultores. Foram elas os sujeitos desse estudo, a partir dos quais se buscou compreender a gestão e o alcance da experiência de compra institucional para alavancar possibilidades de desenvolvimento e de soberania alimentar em uma região considerada deprimida⁸.

Para definição da área de estudo, optou-se por território como categoria de análise. Com tal categoria de análise se pode compreender a ocupação histórica de populações, laços simbólicos e de poder estabelecidos no espaço, traduzidos no valor de uso do terreno, nas relações culturais, econômicas e ambientais, sejam elas individuais ou coletivas; concretizando-se em espaço vivido⁹. Além desse marco teórico, a categoria território também

7- Os objetivos desta pesquisa foram frutos de uma parceria entre o Núcleo PPJ/UFGM, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) Alto Jequitinhonha.

8- Este trabalho se baseou em princípios metodológicos de pesquisa social, de cunho qualitativo. Modalidade de pesquisa que segundo Jean Poupart (2008) tenta compreender fenômenos sociais que são dinâmicos e carregados de subjetividades, assim como as temáticas que este trabalho abarca: agricultura familiar e programas públicos.

9 - Segundo Haesbaert território é: "*Espaço geográfico dominado e/ou apropriado cujas práticas sociais são focalizadas a partir das relações de poder entre distintos sujeitos sociais, em diferentes níveis (escalares: micro ou macroterritórios, e de dimensões sociais: poderes político, econômico e simbólico) apreendido mais como um processo do que como entidade estável*" (HAESBAERT, informação verbal no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 18 de outubro de 2012, Uberlândia).

se tornou temática importante para planejamento e gestão de políticas públicas em vários países em torno do globo (CAZELLA E OUTROS, 2009). No Brasil essa temática se concretizou na experiência de um programa público conhecido por “Territórios da Cidadania”. Este programa, criado em 2008 pelo governo federal brasileiro, foi uma experiência que visava à superação da pobreza, geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, pautada na integração de ações dos governos federal, estadual e municipal, e em uma maior participação social da sociedade civil (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2008).

O Território da Cidadania foi também uma tentativa de delimitar no espaço nacional a criação de áreas que articulassem municípios de características socioambientais, identitárias e culturais próximas e também identificar áreas de baixo dinamismo socioeconômico denominadas de “territórios deprimidos” por Ortega (2008). Mas, além disto, o programa visava promover certa sinergia entre as diversas políticas públicas existentes nos diversos órgãos do governo que atuavam de maneira isolada.

Composto pelas três esferas de governo, federal (comitê gestor nacional), estadual (comitê de articulação estadual) e territorial (colegiado territorial) o programa, idealmente, atuaria de forma que os Territórios da Cidadania fossem espaços de debate e encontro de diferentes setores da sociedade, onde pudessem conjuntamente, de forma participativa, implementar ações que contemplassem as especificidades dos locais a fim de alcançar um desenvolvimento territorial. Nessa concepção, haveria a promoção de políticas descentralizadoras que levassem em conta a diversidade de organizações sociais, desenvolvimento multifacetado, participação dos atores nas decisões de governança e planejamento, a fim de promover arranjos produtivos endógenos (ORTEGA, 2008).

Dessa forma, foram criados vários territórios no Brasil. Em Minas Gerais totalizaram doze, entre eles o Território do Alto Jequitinhonha que é espaço de análise desta dissertação.

VALE DO JEQUITINHONHA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

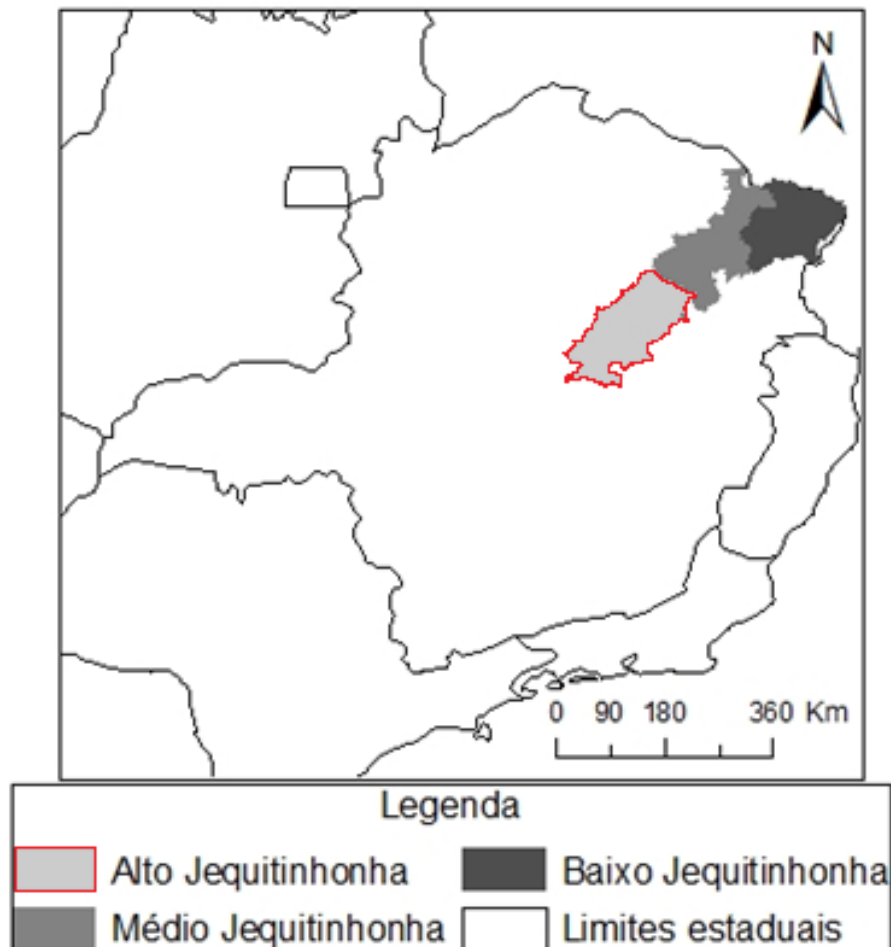


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo, Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais

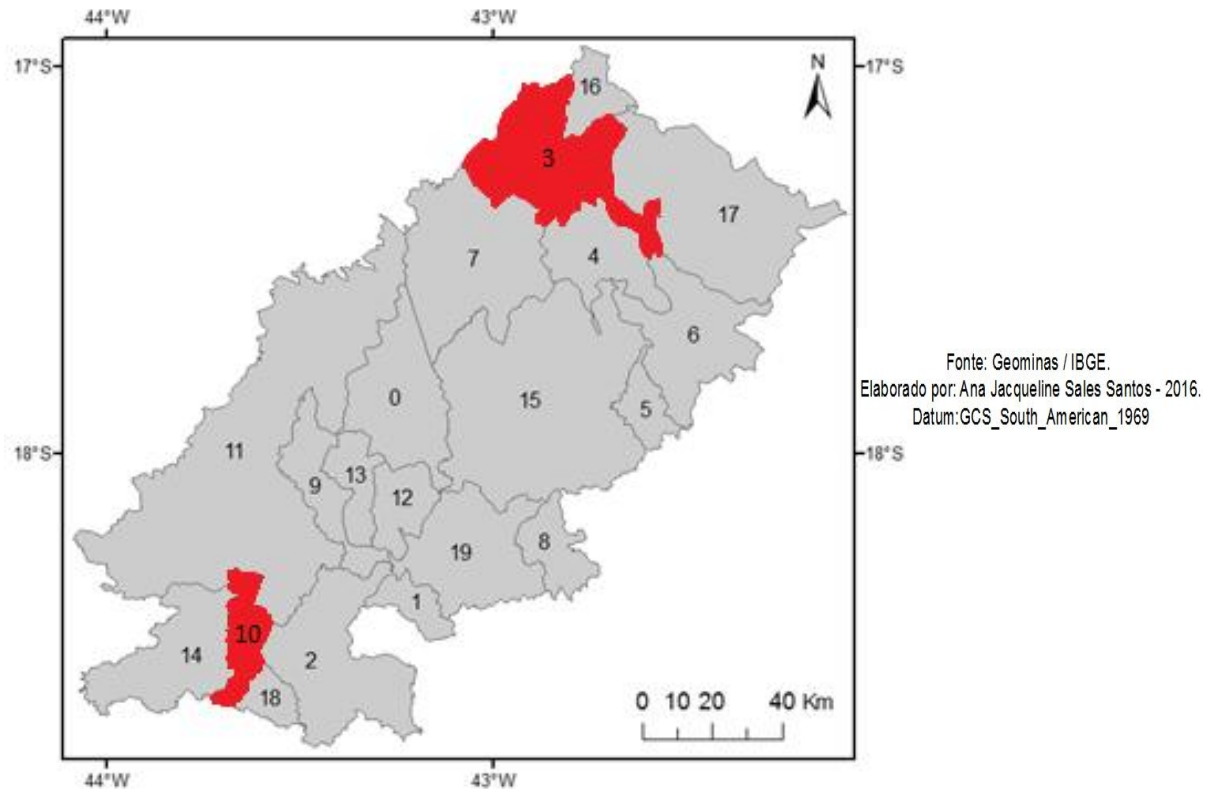
Fonte: Geominas/IBGE. Elaborado por: Ana Jacqueline Sales Santos – 2016.

Datum: GCS_South_American_1969.

O Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha localiza a nordeste do estado de Minas Gerais (figura 1). Constituído por 20 municípios abrange desde a cabeceira do Rio Jequitinhonha, na da serra do Espinhaço, até os municípios de Minas Novas e Leme do Prado, áreas de predominância de relevo chapadas-grotas (ver figura 2) ¹⁰.

10 - Como explicitado a escolha se deu pela combinação entre a grande presença de agricultores familiares neste Território (Tabela 1) com a forte demanda por parte de organizações da sociedade civil para se conhecer melhor a dinâmica do PNAE nesta porção do Jequitinhonha. A pesquisadora acompanhou uma reunião territorial: Encontro das Águas, em novembro de 2015 em Carbonita, apoiado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UFMG) onde essa demanda foi explicitada. Participou também de outros encontros, cujos agentes e instituições do Alto Jequitinhonha se fizeram presentes e ocorreram debates em torno da temática agricultura familiar, água e assistência técnica. Foram eles: Seminário Internacional do CAV: agricultura familiar, água e economia solidária, Abril de 2016 – Belo Horizonte/MG; Conferência de ATER, março 2016 – Santa Maria do Saçuai/MG e Encontro das águas, novembro de 2016 – Turmalina/MG.

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO ALTO JEQUITINHONHA – 2016



Legenda

0 – Senador Modestino Gonçalves	10- Datas
1- Serra Azul de Minas	11- Diamantina
2- Serro	12- Felício dos Santos
3- Turmalina	13- São Gonçalo do Rio Preto
4- Veredinha	14- Gouveia
5- Aricanduva	15- Itamarandiba
6- Capelinha	16- Leme do Prado
7- Carbonita	17- Minas Novas
8- Coluna	18- Presidente Kubitschek
9- Couto de Magalhães de Minas	19- Rio Vermelho

Figura 2: Municípios que compõem o território do alto Jequitinhonha, com destaque para os municípios pesquisados em vermelho, Turmalina (3) e Datas (10).

Devido ao tempo limitado do mestrado para realização de pesquisa de campo e a grande quantidade de municípios que compõem o universo de análise, optou-se em desenvolver uma pesquisa por amostragem abarcando dois municípios do Território do Alto Jequitinhonha, o que representou cerca de 10% do universo de 20 municípios que o compõe. Elaborou-se então, critérios para escolha dos municípios de forma que a amostra, embora de cunho qualitativo, fosse minimamente significativa do ponto das características do território. Ao todo foram estruturados quatro critérios principais, apresentados abaixo:

- a) ***Sistemas ambientais***¹¹: os municípios escolhidos devem está inseridos em diferentes sistemas ambientais, isto é em diferentes formas geográficas de paisagens. Observou-se que no território há a predominância marcante de duas formas: o complexo chapada-grota e o complexo serrano que possuem características distintas quanto a estrutura geológica, clima, vegetação, altitude, qualidade de terras, oferta de água e de recursos da natureza. Dessa forma, apresentam características peculiares que provavelmente interferem na base de recursos e nos sistemas de produção dos produtores familiares. Assim, pode haver distintos usos, técnicas, potencialidades e limitações. O complexo chapada-grota é marcado por áreas de planaltos de topos planos conhecidos como chapadas entrecortadas por vales. É nesse ambiente que encontramos algumas áreas de transição para o clima semiárido, marcadas pela irregularidade hídrica. Já as áreas serranas do Espinhaço carregam características específicas quanto à estrutura geológica e pedológica, que deram origem a uma paisagem predominante de blocos rochosos de quartzitos, que intemperizados originaram solos arenosos, rasos de baixa fertilidade. A altitude elevada chamada a atenção nesse ambiente onde se encontra altitudes entre 1100 a 1400m do nível do mar, bem como a pouca disponibilidade de solos agricultáveis (Saadi, 1995; IBGE; Fávero & Monteiro 2014).
- b) ***Participação em programas públicos*** - selecionou-se municípios com envolvimento distintos com o Território de Cidadania e seus processos de gestão participativa. Nesse aspecto, foi necessário um levantamento de campo prévio com representantes do conselho diretivo do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, com técnicos de organizações públicas e da sociedade civil e com dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores rurais. Esses agentes detinham dados concretos a partir de listas de presença quanto à frequência de participação de municípios em reuniões no Território da Cidadania. Com esse critério se tentou analisar tanto municípios que apresentavam uma presença constante, quanto municípios com envolvimento mais moderado. Apesar de ser um critério subjetivo e polêmico a frequência da participação - que necessariamente não revela a qualidade da participação - mostrou-se importante, pois se conseguiu escolher municípios que participavam do território com frequência diferente e se viu posteriormente que a frequência poderia estar vinculada a arranjos políticos internos aos municípios (RIBEIRO E OUTROS, 2007).
- c) ***Presença de agricultores familiares e de organizações representativas da agricultura familiar***- como os sujeitos da pesquisa eram agricultores familiares, um critério importante

11 - Sistema aqui entendido a partir da “Teoria Geral dos Sistemas” de L. Von Bertalanffyem 1925, que segundo DAYRELL, 2003:33, “Definem um sistema como um conjunto de componentes físicos unidos ou relacionados de tal forma que formam e atuam como uma unidade e um todo, e que possuem um objetivo”.

era selecionar municípios com presença numérica de agricultores familiares e que tivessem organizações representativas desses agricultores. Organizações representativas desempenham papel fundamental na sociedade ao defender interesses de grupos sociais em campos de disputas. No Jequitinhonha as organizações que representam os agricultores familiares se tornaram um canal institucional de defesa de direitos e se constituíram em interlocutoras frente a programas públicos (RIBEIRO E OUTROS, 2007; BOLETIM INFORMATIVO VALE SABER Nº 9, ANO 03, AGOSTO DE 2015).

- d) ***Tamanho do município*** – selecionou-se municípios de diferentes portes espaciais, no que concerne ao número de população e aparato urbano de serviços. Os cultivos de agricultores familiares geralmente servem primeiramente ao sustento da família e em um segundo plano se direciona ao comércio local que, geralmente se realiza em feiras livres nos espaços urbanos. Quando há uma população urbana numerosa e equipamento urbano satisfatório, pode-se supor que há uma demanda maior por consumo de alimentos. Agricultores são também consumidores que utilizam sua renda consumindo em comércios locais. Assim é necessário pensar as dinâmicas do rural articuladas às cidades. Por isso, se torna importante voltar a atenção a tais questões estruturais de cada município, abarcando a diversidade para melhor compreender a realidade territorial (RIBEIRO E OUTROS 2014).

Ao cruzar esses critérios básicos se definiu por realizar a pesquisa nos municípios de Datas e Turmalina.

Datas se localiza no complexo serrano e tem maior oferta natural de água, quando comparado aos municípios que se inserem no complexo chapada-grota. No entanto, em função de sua característica serrana, apresenta pequena disponibilidade de terras férteis, concentradas boa parte das vezes próximas a cursos d'água. Segundo dados do Censo Populacional (IBGE, 2010) o município de Datas tinha 5.210 habitantes, sendo 3.092 urbanos e de 2.118 rurais. Dos 441 estabelecimentos rurais do município 350 eram agricultura familiar conforme tabela 1 abaixo. O município de Datas conta com a representação ativa do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que é a principal representação dos agricultores familiares no município e teve frequência de participação moderada nas reuniões do Território da Cidadania.

Turmalina se localiza no complexo paisagístico chapada-grota, enfrenta situações periódicas de escassez hídrica e apresenta com certa disponibilidade de terras férteis nas grotas. É um município que segundo dados do Censo Populacional (IBGE, 2010) apresentava uma população de 18.055 habitantes sendo 12.913 urbanos e 5.133 residentes na área rural. A

agricultura familiar representava 922 estabelecimentos rurais de um total 1036 (ver tabela 1 abaixo). Turmalina conta com organizações históricas de comunidades rurais na luta por terra: os posseiros de Mato Grande, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e, principalmente, na constituição de organizações da sociedade civil animadas por agricultores familiares como o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR).

Tabela 1. ESTABELECIMENTO E ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO DO ALTO JEQUITINHONHA – 2006

Municípios do Alto Jequitinhonha	Nº estabelecimentos agricultura familiar	Área (ha) estabelecimento AF	Estabelecimentos não familiar	Área estabelecimentos não familiar
Senador Modestino Gonçalves	557	10 641	71	16 698
Serra Azul de Minas	451	2 057	49	6 881
Serro	1 261	11 096	247	24 721
Turmalina	922	11 516	114	13 961
Veredinha	597	9 860	71	15 433
Aricanduva	526	5 163	96	5 771
Capelinha	14 887	162 329	2 035	336 452
Carbonita	539	10 207	88	51 190
Coluna	848	8 259	173	17 846
Couto Magalhães	517	30 090	102	75 162
Datas	350	2 964	91	7 501
Diamantina	1 099	12 747	153	44 998
Felício dos Santos	699	5 983	35	5 351
São Gonçalo do Rio Preto	166	1 021	16	2 583
Gouveia	279	3 096	43	10 786
Itamarandiba	1 755	25 265	220	111 549
Leme do Prado	335	4 117	60	3 641
Minas Novas	2 772	20 861	549	57 205
Presidente Kubitschek	111	1 602	7	1 523
Rio Vermelho	589	11 007	188	25 735

Fonte: Dados compilados do IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Assim, se conseguiu escolher municípios que, do ponto de vista dos critérios propostos, reuniam características importantes e significativas das situações enfrentadas pela agricultura familiar no Território Alto Jequitinhonha.

Tendo em vista os objetivos dessa dissertação, estruturou-se um conjunto de entrevistas que abarcassem os agricultores familiares - os sujeitos da pesquisa - mas também outros agentes importantes na gestão e operacionalização do PNAE nos municípios de

Turmalina e Datas, de tal forma que, a análise observasse as perspectivas dos agricultores (as) e das instituições. Assim entrevistou-se:

- I. ***Agricultores familiares:*** por meio de levantamento prévio nas escolas estaduais e prefeituras nos dois municípios, foi possível listar quais eram os agricultores que tinham participação ativa no PNAE com relação a frequência de entrega e volume entregue e quais eram suas comunidades de origem. A partir desse levantamento foram selecionados os agricultores e as comunidades a serem pesquisadas. Nas localidades foram entrevistados representantes de associações comunitárias envolvidas no PNAE e principalmente famílias que participavam do programa, também foram entrevistados um pequeno número de agricultores (as) que não participavam. A decisão de entrevistar agricultores que não se inseriram no PNAE partiu da observação em campo, no município de Datas, de certa falta de interesse e desânimo por parte de alguns agricultores em participar. Portanto, adotou-se uma metodologia que abarcasse os agricultores que participavam do programa, mas também quem não participava, a fim de obter melhor compreensão dos processos e subjetividades que ocorrem na gestão do PNAE nas localidades. No município de Turmalina foram entrevistados: 4 agricultores (as) da comunidade de Ponte do Funil (3 entregavam para o PNAE e 1 não), 2 agricultores na comunidade de Boa Vista, 1 na comunidade de Mato Grande, 1 na comunidade de Vargem Funda, 1 na comunidade de Jacuba e 1 agricultora que não entregava para o PNAE que residia comunidade de Gentio; totalizando assim 10 agricultores entrevistados, sendo que 8 participantes do PNAE e 2 não. Em Datas foram entrevistadas 3 agricultoras da comunidade Fazenda Santa Cruz, 1 agricultora na comunidade de Taquara, 2 agricultores na comunidade de Poço Fundo, 1 na comunidade de Vargem do Bastos, 1 na comunidade de Tombadouro, 2 agricultoras na comunidade de Cachimbos (1 participava do PNAE e outra não) e 2 agricultoras na comunidade de Palmital, sendo 1 agricultora participava do PNAE e outra não; totalizaram-se 12 entrevistados, sendo que 10 participavam do PNAE e 2 não.
- II. ***Secretarias Municipais de Educação:*** entrevistou-se secretarias de educação dos dois municípios por serem os setores da administração municipal responsável por gerir o recurso do PNAE destinado ao município. Em Turmalina foram entrevistadas as duas nutricionistas que são responsáveis pela administração do programa e a diretora do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Em Datas foram entrevistados o secretário de educação e a nutricionista da prefeitura que organizava a lista de alimentos vinculados às compras do PNAE.

- III. ***Instituições estaduais (escolas estaduais e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater)***: Em Turmalina foram entrevistados: a) o extensionista da Emater, que é o órgão oficial de assistência técnica aos agricultores, assim como é responsável pela documentação da DAP (Declaração de aptidão ao Pronaf) ao agricultor familiar, documento imprescindível para a participação dos agricultores no PNAE; b) escolas estaduais - foi realizado levantamento no banco de dados do FNDE que informou o montante de escolas em cada município. Em Turmalina, constatou-se a existência de seis escolas estaduais, todas urbanas, dentre elas selecionou-se três e entrevistou-se os profissionais que lidam diretamente com o processo de compras de alimentos nas escolas: os servidores ATBs financeiros (Assistente Técnico de Educação Básica - financeiro) que são profissionais com formação técnica em contabilidade e que cuidam da parte financeira da escola. Em algumas entrevistas, contou-se também com a presença do diretor (a) ou em outras escolas, como no município de Datas, o próprio diretor se dispôs a responder a entrevista, uma vez que era conhecedor de todo o processo e também participa da gestão deste programa. Foram entrevistadas em Turmalina as escolas: E.E. Lauro Machado (entrevista concedida pela servidora ATB financeiro e pela vice diretora); E.E. Badaró Júnior (entrevistado a servidora ATB financeiro) e na E. E. Américo Antunes (entrevista concedida pela servidora ATB financeiro). Em Datas a funcionária da Emater se recusou a dar entrevista, portanto, foram entrevistadas as duas únicas escolas estaduais deste município: E.E. Professora Juliana Catarina da Silveira e E.E. João Hermenegildo Caldeira - em ambas as escolas as entrevistas foram concedidas pelos diretores.
- IV. ***Organizações de representação da agricultura familiar***: levantamentos prévios indicaram que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as associações comunitárias eram as principais instituições de representação da agricultura familiar nos dois municípios, tendo atuações destacadas na interlocução entre agricultores familiares e programas públicos. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina foram entrevistados o presidente, o tesoureiro e a secretária. No mesmo município foi entrevistado também a secretária e o presidente da Associação de Feirantes de Turmalina (AFTUR). No município de Datas se realizou entrevistas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a secretária e o 1º tesoureiro da Associação Grupo de Produtores Rurais de Tombadouro e com o presidente e 1º secretária da Associação Pró Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz.
- V. ***Organizações não Governamentais***: Em Turmalina está sediado o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), instituição de abrangência regional que nasceu da luta e

organização da sociedade civil, presta assistência técnica agroecológica aos agricultores familiares, sendo canal de mobilização e capacitações. Essa organização teve no município papel importante na mobilização de agricultores familiares e suas associações para participarem do PNAE. No CAV, entrevistou-se o técnico em agroindústria e educador social que foi responsável pelo apoio a participação de famílias de agricultores no PNAE. Em Datas, não se encontrou organização dessa natureza envolvida no programa.

Buscou-se atingir os objetivos desta pesquisa por meio de coleta de dados através de entrevistas e observação da estruturação das unidades familiares e comunitárias, do saber-fazer e das diversas estratégias que utilizam, a fim de reproduzir um modo de vida próprio.

Através dos diálogos estabelecidos em entrevistas entre o pesquisador e o pesquisado, promoveu-se uma interação direta com os sujeitos para que melhor pudesse se compreender a realidade em estudo. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando-se como ferramenta entrevistas abertas conduzidas por roteiro de temas e questionário semi-orientado. Esse é um instrumento que combina questões fechadas e abertas, permitindo abstrair tanto dados qualitativos quanto quantitativos. O roteiro em profundidade é uma organização de temas para uma entrevista aberta, em uma observação ou uma conversa, com o intuito de conduzir o rumo da narrativa para as temáticas pretendidas (BONI E QUARESMA 2005; MINAYO, 2013; POUPART, 2008). As entrevistas semi-orientadas e em profundidades foram os principais instrumentos nessa fase de pesquisa de campo que iniciou no mês de setembro de 2016 e finalizou em novembro do mesmo ano.

Já a observação se configura como um método de investigação que faz dos sentidos do pesquisador (visão, olfato, tato, audição e percepção) ferramenta em campo na compreensão da realidade pesquisada, sendo utilizada em conjunto a outras técnicas. Este método, segundo Gil (2008, p.100) possui grande vantagem “*em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida*”. No presente trabalho foi realizada a “observação simples” que conforme GIL (2008) representa uma técnica de observação espontânea dos fatos que ali ocorrem. Durante as entrevistas, lançou-se mão desta ferramenta a fim de abstrair dados subjetivos que se apresentavam nas entrelinhas ou nos elementos dispostos nas unidades familiares. A percepção das expressões corporais e emocionais, a forma com que se fala de alguém ou sobre algo, tudo isso são manifestações das relações sociais tecidas no local e que são importantes na compreensão dos fatos investigados. Os dados abstraídos através da observação foram registrados em caderno

de campo no local ou em momento posterior ao final das atividades, de forma que não se perdesse os fatos em andamento que foram objetos de análise e interpretação.

A pesquisa de campo foi realizada conforme as seguintes etapas:

Etapa I

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento de dados secundários com instituições públicas e civis nos dois municípios. Primeiramente, foram levantados dados sobre o programa do PNAE nos municípios escolhidos em sites do IBGE, FNDE, Fundação João Pinheiro e Portal da Transparência do governo federal. Posteriormente, realizaram-se dois levantamentos preliminares de campo no território do Alto Jequitinhonha com o intuito de obter um primeiro contato com a área de estudo e a temática. Neste trabalho de campo, houve a oportunidade de participar como observadora de uma pesquisa sobre políticas públicas e água acompanhando a equipe técnica do Núcleo de Extensão Territorial do Alto do Jequitinhonha (NEDET)¹². Foi possível assim, ter um primeiro contato no Território com os sujeitos da pesquisa e instituições gestoras e apoiadoras do programa como a Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, escolas estaduais, Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação, nutricionistas que eram servidoras municipais, Conselhos Alimentar de Educação (CAE) e por fim com agricultores familiares que participavam do PNAE. Os levantamentos foram realizados nos períodos de 09 a 12 de maio nos municípios de Turmalina, Capelinha e Minas Novas, e de 31 de maio a 3 de junho nos municípios de Carbonita, Leme do Prado, Veredinha e Aricanduva.

Etapa II

Nesta etapa se deu início à investigação em campo dos objetivos propostos nesta dissertação, principalmente, compreender como se operacionalizava a gestão do PNAE nos municípios, quais os seus potenciais e limitações. Foram coletados dados que permitiram o mapeamento em ambos os municípios das principais comunidades, associações e famílias participantes do programa, e, sobretudo, permitiram a análise da situação de

12 - Os Nedets “são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais” (Portal dos Nedets, em: <<http://portaldosdados.info/wordpress/nedet-2/>>). Os Nedets, se inseriram na política territorial do Território de Cidadania da seguinte forma: “O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT. Esse projeto surgiu por intermédio da parceria estabelecida entre a SDT/MDA, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)” (Portal dos Nedets, em: <<http://portaldosdados.info/wordpress/nedet-2/>>).

operacionalização do PNAE a partir das perspectivas das instituições gestoras do PNAE (prefeituras e escolas estaduais) e de organizações de representação de agricultores familiares. Em cada local foram entrevistados representantes das instituições diretamente envolvidos na operacionalização do programa¹³. As entrevistas foram conduzidas por meio de um questionário que buscou compreender o processo de compras de alimentos da agricultura familiar, como eram organizadas as chamadas de compras públicas, como era organizado o cardápio nas escolas e, além disso, foram levantados alguns dados financeiros. Algumas instituições cederam documentos relativos ao processo de compras, compondo assim uma etapa de análise documental importante no processo de investigação.

Em Turmalina, entrevistou-se representantes da Secretaria de Educação, do CAE, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da AFTUR, do CAV e das escolas estaduais. Em Datas, a entrevista se deu com representantes da Secretaria de Educação e do banco de alimentos municipal, com Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a Associação Grupo de Produtores Rurais de Tombadouro, com Associação Pró Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz e com escolas estaduais.

Etapa III

Em um segundo momento da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com agricultores familiares em visitas aos sítios familiares ou nas feiras livres municipais. Essas entrevistas tiveram o intuito de conhecer como as famílias de agricultores organizam sua unidade de produção, como se inseriam no PNAE e se havia consequências promovidas pela participação neste programa quanto à pauta produtiva, segurança alimentar e pressão de uso dos recursos da natureza. No município de Turmalina, de uma listagem de 45 agricultores familiares que participam do PNAE nas escolas estaduais e municipais, foram entrevistadas 8 famílias de agricultores. Já em Datas foram entrevistados 10 agricultores familiares de uma listagem de 30 agricultores que fornecem alimentos para as escolas estaduais e municipais.

Realizou-se entrevistas a partir de um questionário estruturado em quatro grupos temáticos: perfil da família, sistema de produção, alimentação e PNAE (ver anexo na página 129). A escolha e contato com os agricultores em Turmalina foram intermediados pela AFTUR que indicou os agricultores conforme critérios que abarcassem uma maior diversidade de perfis, tais como: diversidade de gênero, idade e volume de entrega para o PNAE. A partir daí a secretária da AFTUR agendou o dia e a hora da realização da entrevista

13 - A lista dos entrevistados e suas organizações estão apresentadas nas páginas 39-41.

nas comunidades, alguns agricultores, devido dificuldade de contato, foram encontrados na feira livre do município. Estas entrevistas foram realizadas em dois períodos, o primeiro na data de 27 a 29 de outubro de 2016, já o segundo no período de 25 e 26 de novembro. Nas visitas aos sítios familiares as entrevistas foram realizadas, quase sempre, na cozinha externa da casa, geralmente conjugada com uma área que dá para o quintal. Neste espaço, como é de costume nos municípios visitados, eram ofertadas quitandas, café ou suco. Após este momento de confraternização o agricultor (a) convidava para mostrar o terreno cultivado ou a pesquisadora pedia essa permissão que sempre foi concedida com maior entusiasmo e orgulho da parte dos agricultores (as) em relação as suas posses e trabalho. Esse era um momento muito rico: pois nessas caminhadas pontos da entrevista eram aprofundados e outros pontos pertinentes ao assunto surgiam, conciliados com uma observação simples. As quatro entrevistas realizadas na feira não possibilitaram essa interação, mas permitiram compreender os objetivos propostos neste trabalho, tanto quanto as que foram realizadas no espaço da AFTUR ou nas bancas da feira.

Etapa IV

No decorrer da pesquisa de campo se percebeu a importância de instituições e organizações da sociedade civil para a participação dos agricultores familiares e para a operacionalização do PNAE nos municípios. Nesse sentido, realizou-se entrevistas com maior profundidade com representantes de organizações da sociedade civil: Associação Grupo de Produtores Rurais de Tombadouro e Associação Pró Melhoramento da comunidade Santa Cruz no município de Datas, e em turmalina Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR) e Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV).

A AFTUR se destacou no processo de organização de compras de alimentos da agricultura familiar no PNAE em Turmalina. Esse fato aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada da história dessa instituição e o seu campo de atuação. Realizou-se assim entrevista em profundidade com o presidente Valdir Gonçalves de Castro e o tesoureiro dessa associação.

Etapa V

A última etapa consistiu em realizar a sistematização e análise dos dados de Campo, os quais deram subsidio a escrita deste trabalho.

CAPITULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - De camponês a agricultor familiar, à recampesinização: uma breve síntese.

Keith Thomas (2010) em sua obra “O homem e o mundo natural” retrata que, ao longo dos séculos XV ao XVIII, alterações nas concepções da sociedade inglesa em relação à natureza. Segundo Thomas, modos de vida cada vez mais díspares marcaram uma separação entre campo e cidade, bem como as concepções criadas sobre os dois espaços: cidade vista como progresso, civilidade, conforto, modernidade e beleza, ao passo que o campo era o espaço do atraso, incivilidade, selvageria e rudez. Esta visão pejorativa em relação ao mundo rural se transformou em certo estigma que perdurou ao longo do tempo. Contudo, como válvula de escape aos problemas cotidianos da cidade, estressantes e conturbadas, houve movimentos de fuga para o ambiente rural em fins de semana ou temporadas, valorizando a tranquilidade, ar fresco e paisagens naturais; mas o rural sempre percebido de forma secundária e subordinado ao espaço da prosperidade das cidades.

Hobsbawm (1981) mostrou como a Revolução Industrial inglesa foi um marco na história mundial ao tecer novas relações de trabalho através de um sistema produtivo em escala e determinando intensas explorações de recursos naturais. Mas, para que fosse possível a Revolução Industrial foi necessário que outra grande revolução ocorresse conjuntamente. A Revolução Agrária foi primordial, pois disponibilizou força de trabalho necessária para o novo sistema produtivo, subordinando a agricultura à indústria. Esse processo ganhou amplitude através dos “*enclosure*” (cercamentos dos campos) que destituiu os camponeses do uso de vastas áreas comunais. Thompson (1998) revelou que esta expropriação dos campos comuns fundou uma lógica onde o costume se tornou empecilho ao desenvolvimento, território de conflito entre senhores e arrendatários – favorecidos com o cercamento de sua propriedade – e os servos/camponeses cerceados no acesso à terra e recursos da natureza. A expropriação territorial dos camponeses limitou a sua condição de vida, impeliu-os a migrarem ou exercer atividades de diaristas nos campos dos proprietários da terra ou ainda diversificar o seu pequeno espaço se ocupando com outras atividades para manter sua sobrevivência.

As consequências de ambas as revoluções que, parafraseando Hobsbawm, “explodiram para o mundo”, foi a base de estudos que equacionou questões agrárias, principalmente, as obras de Lênin (1969), Kautsky (1974) e Chayanov (1974). No início do

século XX esses autores se debruçaram em torno de um forte debate sobre a relação entre indústria, agricultura e a condição camponesa.

Lênin (1969) e Kaustsky (1968) a partir da realidade russa e alemã, respectivamente, refletiram no final do século XIX sobre o destino do camponês naquela ordem capitalista. O primeiro realizou sua análise através da ideia de diferenciação camponesa, relacionando camponês ao atraso da agricultura. Kautsky (1968) abordou a questão de outro prisma: investigou o sistema capitalista e como a agricultura se estruturava nesse sistema. Analisou de forma detalhada os processos de evolução capitalista no campo e chegou a conclusão que todo esse processo acarretou em superioridade da grande exploração em detrimento da pequena exploração. No decorrer de sua obra demonstrou que a grande exploração não ocorria de forma predominante em todos os espaços e em todas as atividades. Para Kautsky (1968) havia uma coexistência desses dois tipos de exploração. Concluiu que através dos diversos fatores - econômicos, políticos, degradação ambiental e de flutuações no mercado – estabelecia-se uma espécie de alternância ou ciclo de aumento e decadência entre pequena e grande exploração:

De tudo isso resulta que não devemos pensar esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade (KAUSTKY, 1968, pg. 182).

Chayanov (1974) contribuiu nesse debate ao propor uma análise a partir da lógica interna do que ele designava como uma “economia camponesa”. Para o autor a “família” é fator principal na organização de uma unidade camponesa. É a composição da família - número de membros e seu desenvolvimento demográfico - que determina o montante da força de trabalho disponível e o montante de consumidores a serem saciados. Dessa forma, o centro da "economia camponesa" é a busca do equilíbrio entre produção e consumo familiar, mediado pela penosidade do trabalho. O autor, ao definir o que seria família, preferiu associar o termo à noção de grupo doméstico: composto por pai, mãe, filhos e eventualmente outros membros consanguíneos ou não, “aqueles que comem na mesma mesa”, mas que "vivem sobre o mesmo teto". Em sua análise Chayanov (1974) destacou que para compreender a dinâmica produtiva e reprodutiva da família dever-se-ia considerar o seu ciclo de desenvolvimento:

1º) Fase inicial da família/grupo doméstico - formação do casal, o nascimento de filhos que serão criados e sustentados pelos pais até terem idade e capacidade para trabalharem, período de geração de força de trabalho; nessa fase haveria desequilíbrio negativo na relação interna à família entre trabalhadores e consumidores, ou seja situação em que haveria poucos membros

trabalhadores e muitos consumidores aumentando a penosidade do trabalho.

2º) Fase da plenitude - família/grupo doméstico consolidado, filhos jovens e participando ativamente das atividades na unidade familiar, nessa fase haveria desequilíbrio positivo na relação interna a família entre trabalhadores e consumidores, ou seja, situação em que haveria muitos membros trabalhadores, que conseguiriam produzir mais do que o necessário para o consumo da família; período onde haveria formação de patrimônio familiar.

3º) Fase do envelhecimento - perda de capacidade de trabalho do grupo doméstico pelo envelhecimento do casal original, pela fragmentação da unidade com a formação de novas unidades familiares a partir dos casamentos de filhos(as), período de partilha do patrimônio por meio da herança e sucessão.

O autor afirmou que a exploração familiar aumentava ou diminuía seu volume de trabalho de acordo com o tamanho da terra disponível para o cultivo. Caso a terra fosse limitada, seria necessário realizar outras atividades para complementar a necessidade de consumo da família. A unidade familiar quando se encontrava nessa situação de terra escassa intensificava o uso da força de trabalho, conseqüentemente aumentava a fadiga e penosidade que suportavam. A intensidade do trabalho familiar variava ao longo do ano.

Chayanov (1947) chegou a conclusão que o campesinato possuía uma lógica econômica própria, cujo foco da dinâmica camponesa não se encontrava no indivíduo, mas na família/grupo doméstico e seu conjunto expresso na coletividade, tecida de relações de confiança e reciprocidade. O objetivo maior do campesinato seria a reprodução física e social da família. Assim, chamou a atenção para a importância de se compreender o conceito família para entender as dinâmicas camponesas ¹⁴.

Assim, desde o final do século XIX há um debate sobre o lugar do camponês nas sociedades. Muitos autores, ao analisarem os processos de produção capitalista nos espaços, com a intensa urbanização e modernização do campo, acreditavam que o campesinato estaria em vias de desaparecimento. Henri Lefebvre (1999), precursor dessa linha de abordagem, em sua obra “*Revolução Urbana*” lança a ideia de homogeneização dos espaços desencadeada

14 - Lévi-Strauss (1983) é autor importante para se compreender a complexidade conceitual da instituição social família. Ele chegou à conclusão que a família conjugal, composta por esposa, marido e filhos era a de maior ocorrência no mundo, mas que coexistiam outras formas. Analisou a mutabilidade desses arranjos familiares que, afirmou, não eram estáticos no tempo nem no espaço, mas um todo complexo que não deve ser visto somente pelo viés de uma abordagem do ponto de vista de procriação, do sentimento psicológico entre homem e mulher e entre pais e filhos. A existência da família depende do estabelecimento de regras e contratos sociais de proibição e conveniências, umas mais rígidas que em outras, como por exemplo, a proibição do incesto, o sentido negativo atribuído ao solteiro e o sentido econômico que move os casamentos. Assim, família cimentaria relações de reciprocidade e interdependência entre os grupos sociais. Outra contribuição importante para se compreender a polissemia do conceito de família é a de Bruschini (1989).

pelo processo de urbanização e globalização. Para o autor, estes eventos levariam a uma “urbanização completa da sociedade”, conseqüentemente um desaparecimento do rural e seus sujeitos¹⁵.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999, P. 17).

Contradizendo esta corrente, outros autores como Wanderley (2001), Bernardelli (2006), Silva (2001), Carneiro (1998), Woortmman (1990), Ploeg (2008) etc. afirmam que o processo de modernização do campo não extinguiu o meio rural e nem tão pouco o camponês, mas criou uma diversidade de formas de fazer agricultura.

Esse debate percorreu boa parte do século XX e foi muito importante para fundamentar perspectivas de desenvolvimento rural.

Ricardo Abramovay (2012) em "Paradigma do Capitalismo Agrário" analisou a trajetória teórica e política do conceito camponês e traçou a articulação do conceito com políticas de desenvolvimento rural e suas derivações para o termo "agricultura familiar". Para Abramovay este termo designou formas como essas famílias de agricultores se integraram ao mercado capitalista e ao mesmo tempo criavam "resiliências" a ele. Suas pesquisas revelaram que nos países capitalistas centrais houve persistência de unidades de base familiar na agricultura, e que a regulamentação do Estado sobre a agricultura - financiamento, preço, leis e subsídios – apoiou, de certo modo, a sobrevivência dessas unidades¹⁶. Assim, o autor propôs a noção de "agricultura familiar" para designar como a agricultura capitalista se apoiou no trabalho da “empresa familiar” para se desenvolver, contrariando as tendências clássicas do debate teórico sobre o camponês. Assim o autor faz uma distinção entre agricultura de base familiar e agricultura camponesa no sentido clássico.

Van der Ploeg (2008) acrescentou a esse debate perspectivas a partir da realidade agrária do início do século XXI. Para o autor a compreensão sobre o “fenômeno camponês” foi nublado pelo modelo teórico de “empresário agrícola”, mas essa categoria não dá explicações suficientes para se compreender os diversos modos de se fazer agricultura no século XXI. Para Ploeg, havia um processo de “recampesinização” em curso em vários países. Essa conclusão partiu de uma análise das conseqüências da modernização do campo que ao

15 - Octavio Ianni (1997) é outro autor que comunga dessa concepção ao defender a extinção do rural com o intenso processo de modernização do campo. Esse evento se daria também com certa “invasão” no meio rural de elementos característicos do modo de vida urbano.

16 - Abramovay (2012) - assim como também afirmaram Chayanov (1974), Martins (1981), Woortmann (1990) e Heredia (2013) - demonstrou que os camponeses criaram e recriaram estratégias de adaptação e vida que lhes permitissem transitar sem perder o caráter cultural específico.

vincular a agricultura à indústria, com intensa utilização de insumos externos, seccionou o processo de produção e o consumo, separou a agricultura da natureza e deu base para a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. Esses dois tipos de agricultura que Ploeg agrupou em um modelo dominante definido como Impérios alimentares, constituíram-se em um ordenamento agrário que se torna, em suas palavras, uma “*gramática*”, ou seja, uma nova linguagem que define regras e normas a serem seguidas e que gesta um modelo que padroniza e direciona todo um processo produtivo. Assim, Ploeg (2008) caracteriza "Império Alimentar" como sendo:

Fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. [...] O império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a torna-se dominante. Ao mesmo tempo, o império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócios, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. (PLOEG, 2008, p. 20).

Portanto, o "Império Alimentar" padroniza e supera as sazonalidades e efeitos ambientais sobre a produção, ao fazer uso de técnicas gera estreita relação de dependência ao mercado que fornecerá insumos, maquinários e sementes. Dessa forma, tenta controlar e dominar a natureza através da gestação de plantas modificadas geneticamente para serem resistentes às pragas, ao calor ou frio intenso, a escassez de água, para terem seu ciclo de vida mais curto e serem altamente produtivas.

Outro tipo de agricultura que, para Ploeg (2008:40) coexiste com a agricultura capitalista e com a empresarial é a agricultura familiar de base camponesa. Esta que se caracteriza por uma espécie de "coprodução" "entre o homem e a natureza viva", tem na multifuncionalidade da unidade familiar uma base diversificada de produção voltada para o autoconsumo e para o mercado em circuitos curtos de comercialização, onde a força de trabalho é familiar e mantém relações de reciprocidade no contexto comunitário. O camponês a todo o momento está em busca de autonomia, que para o autor é uma busca por um direito de produzir e reproduzir seu modo de vida, um regime agrário próprio vinculado a uma base local de recurso.

O "Império Alimentar", para Ploeg, tem imposto à agricultura familiar de base camponesa tendências extremamente destrutivas ao se apropriar e bloquear o acesso a uma base local de recurso como água, terra, madeira, frutos, plantas ou a ambientes específicos¹⁷.

17 - A exemplo, podemos citar em Minas Geras a expropriação das chapadas no Território do Alto Jequitinhonha por empresas monocultoras de eucaliptos, privando os camponeses de utilizarem estas áreas que compunham o seu sistema produtivo e reprodutivo.

Outro ponto que pode degradar a base de recurso da agricultura familiar de base camponesa está expresso na intensificação da produção do "Império Alimentar" em grande escala, o que comprimiu a renda do setor agrícola, reduzindo os preços alimentícios, dominando o mercado e tirando a oportunidade do camponês de competir no comércio mais amplo. O Estado que, para Ploeg (2008) tende a favorecer as atividades do "Império Alimentar" se coloca, muitas vezes, contrariamente ao modo camponês de fazer agricultura, fundamentado na busca por autonomia, e acaba por vincular a superação da pobreza à inserção no mercado.

Ploeg (2008) afirmou que o "Império Alimentar" se encontra em uma crise eminente, pois,

atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização (PLOEG, 2008, p.28).

As crises ambientais e sociais geradas pelo sistema produtivo do "Império Alimentar" são fatores preponderantes que levam o autor a acreditar na inviabilidade desse sistema. Assim indicou o modo de fazer agricultura do campesinato como solução para esta crise, devido à relação intrínseca que os camponeses estabelecem com a natureza viva, criando técnicas e manejos que são sustentáveis ambientalmente e socialmente.

Nesta dissertação, em função de seus objetivos – analisar um programa público voltado para a agricultura familiar - optou-se por usar o termo agricultura familiar de base camponesa, pois, desde os anos 1990, vem sendo apropriado pelas organizações de agricultores (as) em suas lutas por políticas públicas específicas para construir e acessar programas públicos (FAVARETO, 2007). Assim como também condiz com as práticas agrícolas encontradas na área de estudo.

A noção de agricultura familiar foi transformada em lei (Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006) que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O artigo 3º desta lei federal traz uma caracterização do agricultor familiar para efeito das políticas públicas:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006).

Portanto, a noção de agricultura familiar é entendida nesta dissertação na perspectiva indicada por Ploeg (2008) que qualifica o termo, agricultura familiar de base camponesa. Conforme indica Abramovay (2012) Veiga (1991), Favareto (2007) há uma diversidade de sujeitos e práticas que abarcam o termo “agricultura familiar”, que carregam como fator comum o caráter familiar do recorte trabalho.

2.2 - Revolução verde e a modernização conservadora da agricultura

A “modernização conservadora” da agricultura brasileira, decorrente da chamada "Revolução Verde", transformou a base técnica da agricultura sem alterar a estrutura agrária do país, promoveu intensa capitalização desse setor, criou elo de dependência da agricultura à indústria na absorção de técnicas e produtos químicos a fim de se obter alta produtividade e uma exploração intensiva da terra (SILVA, 1981).

O país alterou sua paisagem e atribuiu novas funcionalidades aos espaços urbanos e rurais. Santos (2008) retratou o movimento dos avanços tecnológicos definindo a sua espacialização como um meio técnico-científico-informacional que abrange o meio de vida da humanidade, ou seja,

Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção das plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação (SANTOS, 2008, p. 41).

Modernizar se tornou justificativa para aumentar a produção de alimentos e assim abastecer uma população em constante crescimento. Embasadas em teorias Malthusianas para advogar esse processo modernizante, eclodiu nas décadas de 1960/70 a Revolução Verde que transforma a questão agrária no campo. A produção em grande escala se tornou prioridade e pauta de ação política pública de vários países no mundo.

No Brasil este processo designado "modernização conservadora da agricultura" por Silva (1981), ocorreu de maneira excludente e seletiva por produtos, produtores e região.

"Destruíu milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. Foi essa mesma expansão que transformou o colono em bóia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra". (SILVA, 1981, pg. 12).

O processo de modernização da agricultura desencadeou um êxodo rural que reverteu a distribuição populacional no território brasileiro, passando um maior contingente populacional a habitar os espaços urbanos. Essa inversão espacial populacional decorreu principalmente do processo de expropriação dos camponeses de seus territórios e por alterações na lógica produtiva das grandes propriedades rurais (GIRARDI, 2008, p.11-12).

Verificaram-se graves consequências desse processo no que diz respeito a degradações ambientais e sociais e, além do mais, a produção em larga escala direcionada, principalmente, para o mercado externo, e aos que podem comprar, excluiu assim grande parte da população brasileira. Essas consequências foram descritas, entre outros, por Moreira (2000):

(...) crítica da técnica que nos leva a questionar a relação herdada do ser humano com a natureza. Considerar o meio ambiente e os recursos naturais de uma outra forma requer uma reconceitualização de natureza, de ser humano e de trabalho produtivo [...] Esse questionamento leva em conta a poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento de nossos rios, [...] crítica social da Revolução Verde [...] por demais visível em suas facetas conservadoras e nas denúncias de empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural-urbano, esvaziamento do campo, sobre-exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade [...] A elevada concentração da propriedade da terra e a desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos de origem industrial conformaram uma formação social capitalista no Brasil de forte exclusão social (MOREIRA, 2000, p. 44-45).

A Revolução Verde fez com que a agricultura dita moderna se constituísse “(...) *cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros*” (SILVA, 1982, p. 46) entrando em um círculo vicioso de dependência. Esse processo transformou profundamente a pauta alimentar brasileira, homogeneizando a dieta a partir de alimentos industrializados.

2.3 - Territorialização e padronização alimentar: um paradoxo

A alimentação mais que uma necessidade biológica - nutrir o organismo - é também uma construção social, histórica e localizada. Cada sociedade elabora seu sistema, seus hábitos alimentares na relação com o ambiente que a circunda. As possibilidades de recursos que a natureza oferece aliadas ao conhecimento desenvolvido por populações locais propiciam seleções de recursos e experimentação nutricional e de domesticação de vegetais e animais que embasam o estabelecimento de sistemas alimentares. Esses sistemas, boa parte

das vezes se transformam em patrimônios culturais de determinadas populações. Antônio Cândido (2010) e Josué de Castro (1984) e Gilberto Freyre (1969) são autores clássicos para compreender essa temática.

Antônio Cândido (2010) ao analisar o caipira paulista e seu modo de vida, analisou a elaboração de sistemas alimentares por meio das relações construídas entre os grupos sociais e a natureza local, entre os recursos alimentares e as técnicas culinárias; mesmo em situações de "mínimos vitais e sociais".

Josué de Castro (1984) ao realizar uma geografia alimentar analisou as bases da regionalização da alimentação no Brasil que estão vinculadas à alimentação tanto ao seu valor nutricional quanto as possibilidades alimentares que as populações constroem a partir das disponibilidades ambientais. Assim, demonstrou que a regionalização da alimentação estava muito atrelada aos recursos naturais disponíveis em cada região, onde a população cria cardápios e estratégias alimentares a fim de que se possa obter um bom equilíbrio nutricional para o corpo, originando-se assim uma diversidade regional de alimentação no território brasileiro. Nessa perspectiva, analisou a culturalização alimentar das regiões brasileiras, por exemplo, do norte brasileiro as populações situadas na floresta equatorial elaboraram uma dieta a partir do que era abundante nessa região para compor suas necessidades proteicas: consomem peixes e larvas encontradas em troncos de árvores.

Autor relevante que ressaltou a territorialização da alimentação foi Gilberto Freyre (1969). Ele destacou que a alimentação não carregava somente valores nutricionais, mas acima de tudo, culturais. Portanto, devia-se levar em conta na dieta alimentar a escolha do indivíduo, o direito e o poder que ele tem em decidir o que quer comer. O autor propôs a importância de se apurar os gostos alimentícios em colégios, instituições militares, fábricas e indústrias, onde se deveria prevalecer a cultura alimentar de cada região.

Quais os doces e bolos atualmente preferidos por esses grupos também específicos da população regional que são relativamente livres para escolherem seus doces ou seus bolos, quer nutritivos quer simplesmente hedônios ou lúcidos ou recreativos – admitindo-se que haja uma recreação ou um gozo do paladar com prazeres desinteressados de fins especificamente nutritivos (FREYRE, 1969 , pg. 56).

A sua reflexão caminha em direção ao que mais tarde viria a ser uma preocupação com a soberania alimentar.

Portanto, ao se pensar programas públicos voltados à alimentação se deve levar em consideração os hábitos e gostos alimentares de cada região, principalmente em países como o Brasil que possui um vasto território marcado por grande diversidade ambiental e cultural.

Entretanto, essa diversidade tem sido ameaçada por processos de homogeneização dos sistemas alimentares que, para Maluf (2000) são decorrentes principalmente da modernização conservadora da agricultura e de um modo de vida industrializado. Para o autor, a subordinação da agricultura a indústria desconectou o processo de produção do de consumo. Os alimentos pré-cozidos, congelados, com conservantes químicos, fácil manuseio e preparo rápido, de modo a atender um público que não tem tempo para preparar os alimentos. Há misturas de alimentos do mundo inteiro e criação de hábitos alimentares padronizados – refrigerantes, hambúrgueres, cachorro quente. Estado e setor privado tendem a centralizar e uniformizar hábitos alimentares. Para isso criam normas de higienização e padrões de qualidade, certificações e legislações específicas que enquadram e conformam um sistema único alimentar. Seria uma era dos "Impérios Alimentares" como analisado por Ploeg (2008).

A industrialização da pauta alimentar ocasionou alguns efeitos homogeneizadores e devastadores nas culturas alimentares, mas também na saúde pública quando realizou alterações nos componentes nutricionais dos alimentos excessivamente processados. Geralmente esses alimentos carregam grande quantidade de elementos prejudiciais à saúde – carboidratos, açúcares e gorduras – e pouco ou nenhum elemento que o organismo carece – sais minerais, vitaminas (MALUF, 2000). Isso pode gerar o processo que Josué de Castro (1984) designou de “fome”, não uma ausência de alimento a ser consumido, mas a carência de alguns nutrientes de que o organismo necessita.

Esse processo de industrialização/padronização/homogeneização da alimentação se tornou também um problema social, pois conforme Carmo (1996) as transformações decorridas no Brasil - urbanização acelerada, inserção da mulher no mercado de trabalho, processamento industrial da alimentação – modificou os hábitos alimentares da população que implicou em um aumento do consumo de alimentos processados, semi-preparados e *fast foods*. Segundo a autora,

apesar de o padrão alimentar ter uma base comum em todos níveis sociais, não se ignora que as proporções no consumo dos alimentos variam de acordo com as classes de rendimento, determinadas por alterações nos preços dos produtos, na renda real e em eventuais políticas de subsídios e preços administrados (CARMO, 1996, p. 166)

Portanto, as classes de alta renda além de consumirem mais, incorporam produtos requintados de alto custo em suas despesas, já os de baixa renda “com as diminuições proporcionais nos preços dos alimentos industrializados, vão introduzindo-os gradativamente” (CARMO, 1996, p.228).

Nesse sentido para Maluf (2000):

Os efeitos culturais, econômicos e sociais deste padrão alimentar são sentidos diferentemente segundo as classes sociais. De fato, são os grupos mais pobres os mais atingidos por esta massificação alimentar. Carecendo de informação, são os mais atingidos pela propaganda e estratégias de marketing. Os pequenos produtores, por sua vez, encontram dificuldades de comercialização de seus produtos, os quais não dispõem do mesmo apelo publicitário (MALUF, 2000. p. 37).

Uma questão que surge é como agricultura familiar se inseriu nesse contexto de massificação de um sistema alimentar, uma vez que são também produtores de alimentos?

2.4 - Entre a cruz e a espada: estratégias familiares de produção e reprodução

José de Souza Martins foi um autor importante na análise sobre história e a trajetória política de camponeses, lavradores, posseiros e famílias de agricultores no Brasil. Martins (1981) investigou processos históricos que desencadearam movimentos sociais de base camponesa e como estes se articularam na luta comum por acesso a terra, como saíram da invisibilidade e conseguiram construir projetos de futuro vinculados à terra conquistada pelo trabalho da família. O autor revelou que os camponeses brasileiros sempre foram relegados à marginalização, reprimidos em suas diversas manifestações e, em muitos eventos, massacrados. Essa questão foi retratada por Euclides da Cunha nos “Sertões”, por Facó (1976) e Melo (2012) ao analisarem movimentos sociais frutos de sistemas monocultores e latifundiários onde a estrutura social excluía uma imensa massa de lavradores.

Medeiros (2002) também analisou movimentos sociais em torno da luta pela terra no Brasil. Traçou recortes apresentando o processo de formação territorial de nosso país, que se baseou em um sistema respaldado na concentração fundiária, demarcando duas categorias opostas. De um lado o latifundiário na figura do fazendeiro, proprietário de terras, e no outro o trabalhador rural desprovido de terras ou em posse de uma pequena parcela. Segundo a autora são diversas as formas de acesso à terra e de trabalho o que influenciou na construção das categorias de sujeitos (meeiro, diarista, foreiro, agregado, parceiro).

Ao longo do tempo Camponeses/agricultores familiares (re) criaram estratégias produtivas para a manutenção e reafirmação de modos de vida e territórios que incluíram migrações, artesanatos, a construção de organizações como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações comunitárias e cooperativas solidárias. (Ribeiro *et al*, 2007; Galizoni, 2007)

Klass Woortmann (1990) estudou de forma original comunidades de sítiantes no nordeste brasileiro. Para esse autor, o mercado podia, sob diversas formas, promover uma

subordinação do camponês, mas este tem especificidades, alicerçadas em combinações muito peculiares de "família, terra e trabalho" que, para o autor, se expressavam em uma *ética camponesa*. É essa ética que embasa estratégias produtivas e reprodutivas desses grupos sociais, e orientava suas ações no mundo, mesmo na condição de explorados e expropriados. Woortmann (1990:35) indicou que: “A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”. Nesse sentido, a migração podia ser compreendida como: i) migrações pré-matrimoniais dos filhos: são de dois tipos, primeiro *rito de passagem*, onde o jovem tem o intuito de conhecer o mundo e se tornar adulto, e outro para conquistar patrimônio, necessário para se casar e ter seu próprio roçado; ii) migração do chefe de família: para formação de patrimônio ou necessária quando os filhos estão pequenos e há desproporção entre consumo e força de trabalho; iii) migração definitiva: em situações de terra escassa a migração definitiva de alguns membros da família pode ser vista como uma estratégia para evitar o fracionamento excessivo da terra.

Heredia (2013) mostrou que mesmo em situações adversas e desfavoráveis o campesinato resiste. A autora demonstrou que esta categoria, ao sofrer expropriações de terras, estabeleceram-se no entorno da *plantation*. Os camponeses se reorganizaram e buscaram alternativas de acesso a terra (arrendamento) que garantiu a manutenção de um modo de vida próprio centrado na reprodução das famílias.

A pluriatividade - a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas por membros da família - também devem ser compreendida como estratégia de reprodução. Schneider (2003) definiu pluriatividade da seguinte forma:

Refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101).

A pluriatividade está também vinculada à perspectiva de que o rural não é apenas espaço de produção agrícola, mas sim, como um espaço *multifuncional*. Bernardelli (2006) ressalta esta nova configuração do espaço rural, bem como a importância das atividades não agrícolas para as populações rurais.

Estudos têm mostrado que, desde meados da década de 1980, o emprego agrícola tem decrescido, mas, em contraposição, a população rural ocupada (PEA rural) vem mostrando uma ampliação. Isto ocorre devido ao surgimento de novas atividades não agrícolas no campo (BERNARDELLI, 2006, p. 41).

Portanto, pensar políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar

significa levar em consideração suas diversas formas de organizações e estratégias produtivas. É necessário reconhecer que os agricultores familiares são protagonistas de seu próprio projeto de futuro, portanto, deveriam participar ativamente das elaborações e gestão de políticas públicas (TENÓRIO, 1998; RIBEIRO *et al.*, 2007).

Mas o que diversos estudos têm mostrado é que programas públicos voltados para a agricultura familiar, apesar de ganharem um caráter territorial, ainda são carregadas de decisões que são externas aos grupos, planejadas sem conhecimento prévio da realidade e sem consulta aos agricultores familiares, desconsiderando, boa parte das vezes, suas singularidades. O que tem ocasionado incompatibilidade de projetos com a realidade local (ORTEGA, 2008).

Por volta da década de 1990 afluíram debates que questionavam o modelo desenvolvimentista de progresso e crescimento econômico que embasavam grandes projetos públicos (barragens hidrelétricas, parques industriais, vastas áreas de monocultivo, rodovias, etc.). Tais críticas questionavam formas de pensar e agir sobre o espaço, caracterizado por um planejamento centralizados, em ações de "cima para baixo que desconsideravam as particularidades e os protagonismos locais (ORTEGA, 2008). O conceito de desenvolvimento ganhou amplitude conceitual em que bem-estar, qualidade de vida, justiça social e justiça ambiental se tornaram elementos imprescindíveis para um país alcançar uma maior “homogeneização social”. De acordo com Furtado (1992),

O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais (FURTADO, 1992, p. 6).

O movimento de “resiliência” dos camponeses não se deu somente em recriar espaços, técnicas e meios de reprodução de um modo de vida, mas também um movimento duplo no sentido de criar resistência a uma modelo que nega a sua condição de vida. A organização e constantes lutas dessas famílias camponesas renderam uma maior visibilidade perante a sociedade, bem como a conquista de ações governamentais e direitos garantidos por lei. Isto, principalmente, se consolidou a partir da década de 1990 quando reivindicações de vários movimentos sociais, trouxeram para a pauta política brasileira a imensa situação de desigualdade social instaurada no Brasil. Um dos programas governamentais que ao longo de sua trajetória incluiu, a agricultura familiar, foi o Programa de Alimentação Escolar.

2.5 - PNAE: do combate à fome, à promoção da agricultura familiar e soberania alimentar.

Desde o início dos anos 2000, particularmente após 2003 com o governo Lula, foram criadas ou ampliadas iniciativas para a agricultura familiar com ênfase ao sistema produtivo local, são exemplos, o Programa de Apoio à Infraestrutura dos territórios rurais (PROINF), Luz para Todos, Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apesar de detectar em muitos programas públicos o estilo de planejamento e execução nos moldes “de cima para baixo”, percebeu-se também um esforço em amenizar e em certos casos reverter esse padrão, incluindo na formulação de programas, diagnósticos prévios e diálogos com os sujeitos locais.

Em meio a ações direcionadas à agricultura familiar a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar foi uma iniciativa relevante.

O PNAE foi uma idealização do Instituto de Nutrição que, em 1955, propôs ao governo um programa que oferecesse alimentação para estudantes das escolas públicas. Tinha como pano de fundo várias ações mundiais dos países ditos desenvolvidos que eram direcionadas para os países da "periferia" com o foco no combate à pobreza e a fome. O programa contou com o apoio de organizações internacionais como a UNICEF, FAO e USAID¹⁸ para o seu fortalecimento.

O PNAE durante seus anos de existência perpassou um contexto mundial de grandes debates os quais reconstruíram, sob novo prisma, narrativas como a fome, desenvolvimento, sustentabilidade e questões ambientais. Para Oliveira (2015, p.5) no “primeiro momento o Programa se preocupava em “matar a fome” dos escolares de algumas localidades”, mas com o passar dos anos foi englobando novas perspectivas, objetivos, atores e públicos que refletiram nas reformulações do programa. Esse programa criado no calor da temática da fome e do combate à pobreza, passou a englobar outros temas como produção e consumo de alimentos, segurança alimentar e desenvolvimento rural, tornando-se referência sucesso mundial de programa público (OLIVEIRA, 2015).

Na Constituição brasileira de 1988 o PNAE se tornou um direito consolidado para o ensino fundamental de escolas públicas através do inciso VII, do artigo 208, que determina que: *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII -*

18- UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a infância, USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Art. 208, inciso VII, da Constituição Federal Brasileira de 1988, grifo nosso). Portanto, tornou-se dever do governo federal repassar recurso do FNDE de caráter complementar¹⁹ diretamente às instituições administradoras do programa – escolas estaduais e prefeituras. Assim como é dever dos estados e municípios complementarem este recurso para a aquisição de alimentos para a merenda escolar. Somente em 2009 ocorreu a universalização do programa com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, ao expandir o PNAE para toda rede de ensino público (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos), instituição educacional filantrópica e entidades comunitárias.

A gestão PNAE desde sua criação até meados da década de 1990 foi estruturada de forma centralizada. Instâncias do governo federal eram responsáveis pelo recurso financeiro, pela elaboração do cardápio, processo de compra dos alimentos, controle e fiscalização dos produtos comprados e distribuição dos produtos alimentícios para as instituições escolares de todo território nacional. Tal centralização era um empecilho para uma boa gestão, boa alimentação, segurança alimentar e desenvolvimento local, pois a compra de alimentos, realizada via licitação por menor preço abarcavam principalmente alimentos não perecíveis, de baixo custo e processados, justificados pela enorme distância que os alimentos tinham que percorrer, da central de distribuição até as escolas de todos estados que compõem a federação brasileira.

Sá (2012)²⁰ ressaltou a longa tradição que há no Brasil de compras públicas centralizadas o que favorecia as grandes empresas e o monocultivo através da lógica produtiva em grande escala. Portanto, empresas do ramo alimentício eram favorecidas nesse tipo de compra porque forneciam para o governo federal alimentos não perecíveis como: arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, leite em pó, soja processada, trigo, macarrão, etc. Assim os pratos servidos às crianças eram compostos por mingau, sopas com soja, *milkshakes*, enlatados, leite, bolachas, etc., um tipo de alimentação padronizada que diferente das culturas alimentares existentes no território nacional. Castro e Bombardi (2014) analisaram a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e

19 - O recurso do FNDE é um repasse federal que complementa o montante de recurso gasto por uma instituição para alimentação escolar. Geralmente este recurso federal representa em torno de 50% do gasto total com a alimentação escolar, a contrapartida ao recurso fica a cargo dos estados e municípios (dados de campo, 2016).

20 - Reportagem de Eduardo Sá publicada em 23/11/2012, onde entrevista Vanessa Schottz, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Em: “A importância da agricultura familiar na alimentação escolar”. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-importancia-da-agricultura-familiar-na-alimentacao-escolar/4/26334#>>. Acesso em 14/11/2016.

Nutrição (INAN) do Ministério da Saúde, na década de 1980, o estudo apontou baixo grau de aceitação da merenda escolar e insatisfação das crianças com os tipos de alimentos servidos.

Um marco importante na reestruturação do PNAE foi o processo de descentralização do recurso e da gestão através da Lei nº 8.913, de julho de 1994, mais conhecida como Lei da Municipalização da Merenda Escolar. A partir dessa lei os estados, municípios e distrito federal foram incumbidos de gerir o programa, ficando a cargo do governo federal o repasse direto de recurso através do FNDE por transferência em conta bancária da instituição beneficiária. Isto permitiu maior agilidade e diversidade de aquisição de gêneros alimentícios, regionalização da alimentação escolar, maior aceitabilidade e atendimento da demanda nutricional. Percebeu-se que essa alteração no programa, juntamente com a Lei 11.947/2009, fundamentou uma alimentação diversificada e saudável, uma vez que abriu possibilidade para uma comercialização em circuitos curtos e a compra de alimentos perecíveis, como verduras, hortaliças, carne, frutas, etc., atendendo melhor aos objetivos que o programa carrega (CASTRO E BOMBARDI, 2014; OLIVEIRA, 2015; ELIAS, 2016).

Ao longo de sua trajetória, o PNAE sofreu modificações, diminuiu a centralização na gestão e buscou inserir elementos que promovessem segurança e soberania alimentar e apoiassem o desenvolvimento territorial. Vários pontos de reestruturação contribuíram para tornar o programa mais flexível e acessível (FNDE, 2016), pode-se citar:

- *A Medida Provisória nº 2.178, de junho de 2001*: colocou como obrigatoriedade às instituições de gestão do PNAE a utilização de 70% do recurso do FNDE com gastos em produtos básicos, o que promoveu uma alimentação balanceada em termos nutritivos e de saudabilidade. Bem como levar em consideração o respeito aos hábitos alimentares regionais e à "vocação" agrícola de cada localidade, a fim de que se promova um desenvolvimento da economia local;
- *Institui o do CAE – Conselho de Alimenta o Escolar*: através da reedi o da Medida Provisória 1.784/98 em 02 de junho de 2000 criou-se o CAE que   um  rgo deliberativo, fiscalizador e de assessoramento na execu o do PNAE.   composto por representantes de entidades civis organizadas, dos discentes, dos pais de alunos, dos trabalhadores da educa o e do poder executivo. O CAE “  considerado um instrumento de controle social. Ele   responsável por acompanhar e monitorar os recursos federais repassados pelo FNDE para a alimenta o escolar e garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos” (FNDE, s/d);

- *Nutricionistas na escola*: a partir de 2006 é exigido em todas as instituições que executam o PNAE a presença de um nutricionista no quadro técnico de operacionalização, sendo responsável pelo cardápio e pelo zelo dos objetivos a qual o programa estar assentado;
- *Centro de Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes*: em 2006 o FNDE consolidou uma parceria com instituições federais de ensino superior que deu origem ao Cecanes – Centro de Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – unidades de referência e apoio, com estrutura e equipe própria no intuito de desenvolver ações e projetos de extensão, pesquisa e ensino no que concerne a interesses do programa, como por exemplo, cursos de capacitação para atores sociais, gestores e funcionários que lidam com o programa do PNAE;
- *Resolução FNDE nº 26*: publicada em junho de 2013, volta-se a um dos objetivos do PNAE quanto a Educação Alimentar e Nutricional – EAN, são estabelecidas normas e sugestões para que a escola possa promover em seu espaço ações que levem em consideração a EAN. Contempla assuntos como segurança alimentar e nutricional, combate a obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, por meio de ações profissionais de nutricionistas e de fiscalização;
- *Resolução CD/FNDE nº 4 de 2015*: altera a resolução FNDE nº 26 nos artigos que tratam da aquisição de alimentos da agricultura familiar, modificando os critérios de seleção e contratação de projetos de venda. Esclarece os conceitos de grupos formais e informais de assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Outras alterações foram estabelecidas nesta Resolução, que segundo FNDE (2016):
 - * definiu que o edital das chamadas públicas deve ser afixado em locais públicos a fim de que se alcance ampla divulgação;
 - * os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar devem ser os que constam na chamada pública;
 - * estabeleceu o limite individual de venda para agricultor familiar em vinte mil reais ao ano;
 - * o FNDE padroniza e fornece modelo de edital, de pesquisa de preço, de projetos de venda e contrato.

Nos anos 2000, expandiu-se o debate em torno dos conceitos de segurança e soberania alimentar, principalmente no sentido de que a população brasileira tivesse acesso

permanente a alimentos e que esses fossem saudáveis e respeitassem a diversidade cultural alimentar.

MALUF (2000), embasado pela Declaração de Yaoundé (1996), definiu soberania alimentar a partir das capacidades dos Estados e de sua população de:

- produzir os alimentos necessários à população em todas as regiões do mundo, de modo a reduzir a dependência ligada à ajuda alimentar;
- controlar, conservar e utilizar seus recursos genéticos e seus conhecimentos próprios;
- garantir a disponibilidade e o acesso de todos a uma alimentação sadia, diversificada e que respeite a diversidade das culturas e hábitos alimentares;
- tomar decisões de modo autônomo concernentes a suas políticas agroalimentares (DECLARAÇÃO DE YAOUNDÉ, 1996; apud MALUF, 2000, pg. 20).

Foi nesse sentido que a Lei 11.947 (Brasil, 2009) afirmou o respeito à diversidade e regionalização alimentar que condiziria com a diversidade ambiental e cultural do território nacional.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar: I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, Lei 11.947, 2009, inciso I do art. 2º).

A lei refletiu mudanças de concepção.

Uma conquista de organizações sociais de base que garantiu que o percentual de 30% do recurso financeiro destinado à alimentação escolar fossem gastos com produtos da agricultura familiar local:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, lei nº 11.947, 2009, art. 14).

A criação da Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009) foi um elemento primordial para a reestruturação do PNAE. Ela garantiu aos agricultores familiares - que são produtores de alimentos - uma via de acesso a mercados institucionais, oferecendo-lhes oportunidade de comercialização, tema este, reconhecidamente como um dos gargalhos para a agricultura familiar. Wilkinson (2008:13) resalta essa dificuldade e coloca a importância de se criar uma “tipologia de mercados” que atenda essa categoria, levando em conta análises que possam compreender a dinâmica da relação desses sujeitos com o mercado.

Para melhor compreensão do efeito desta lei na agricultura familiar a seguir será

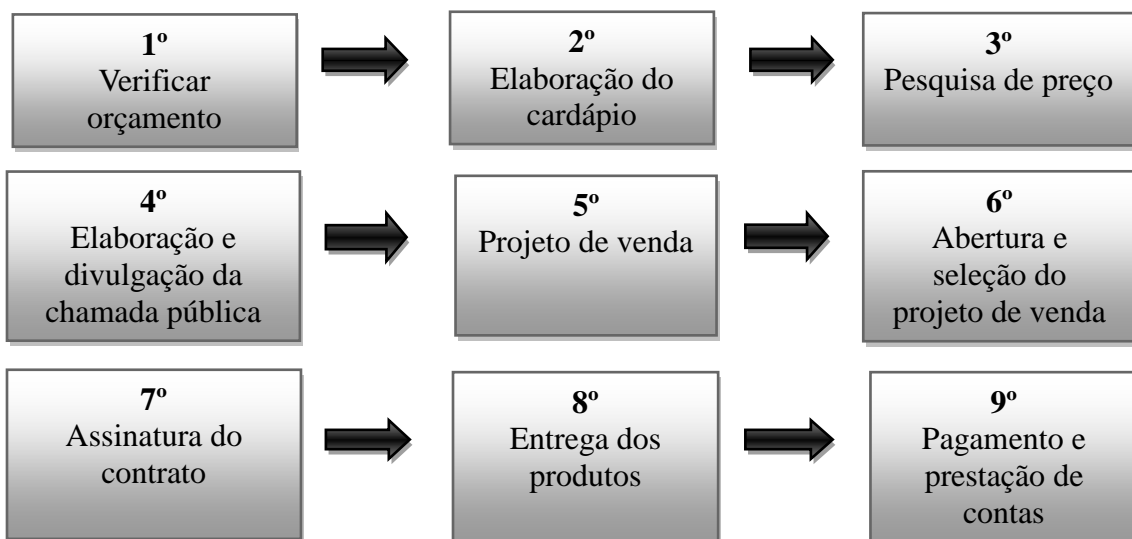
detalhado como é realizado o processo de compra das escolas de produtos providos da agricultura familiar.

2.6 - Processo de compra de alimentos da agricultura familiar

De acordo com a Lei 11.947 - que entrou em vigor em 2009 - 30% do recurso destinado à merenda escolar devem ser utilizados com compras de produtos alimentícios da agricultura familiar local. Tal medida promoveu mudanças significativas para as duas partes envolvidas nesse processo, agricultores familiares e escolas.

De forma geral, a compra de alimentos da agricultura familiar abarca nove etapas descritas no manual do PNAE, a saber: verificar orçamento, elaborar o cardápio, pesquisa de preço, elaboração e divulgação da chamada pública, projeto de venda, abertura e seleção do projeto de venda, assinatura do contrato, entrega dos produtos e pagamento/prestação de contas.

FIGURA 3. ETAPAS NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE



1º Etapa: A compra de produtos alimentícios da agricultura familiar se inicia com o procedimento de verificação do recurso disponível para efetuar a compra, uma vez que este recurso varia de acordo com a etapa, modalidade de ensino e número de alunos atendidos. Assim a União repassa para os Estados e Municípios por dia letivo a cada aluno:

Tabela 2. VALORES REPASSADOS DIARIAMENTE PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR POR MODALIDADE DE ENSINO

Modalidade de ensino	Valor repassado por dia letivo/aluno (R\$)
Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas indígenas e quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de jovens e adultos	0,32
Ensino integral:	1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	0,53

Fonte: FNDE (S/D).

A base de cálculo do valor de repasse leva em consideração os valores descritos acima e os dados do Censo Escolar do ano anterior ao repasse. É realizado o repasse de verba do FNDE para os estados (para atender escolas estaduais) e municípios (para atender escolas municipais) e ambos têm o dever de complementar o recurso para a merenda escolar. O próximo passo é a separação do recurso que em conformidade com a lei 11.947 deve ser reservado o mínimo 30% do valor repassado do FNDE para compra direta de produtos da agricultura familiar, o restante deve ser gasto com produtos alimentício por meio de formas convencionais (licitação, pregão). Por fim, sabendo-se o valor disponível ao longo do ano para realizar compras de produtos da agricultura familiar, o próximo passo para os gestores é a elaboração do cardápio.

2º Etapa: O que os alunos devem comer? Quais os produtos a serem comprados? E quais os pratos a serem servidos? Essas perguntas são chaves na elaboração do cardápio e nesse processo há diversos pontos a serem seguidos. As leis e resoluções que regem o programa do PNAE determinam um conjunto de medidas a serem levados em conta na elaboração do cardápio, para alcançar os objetivos propostos no programa. Assim, os gestores devem, primeiramente, atentar-se para a questão da produção local, sendo necessário realizar levantamento prévio. Marco Antonio Fernandes, da Secretária Estadual de Educação²¹

21 - Marco Antônio Fernandes é Coordenador Prestação de Contas – Superintendência Regional de Ensino (SER) – Metropolitana A. Em palestra no “Seminário Estratégias da Extensão Rural e Parceiros para fortalecer o PNAE na Região Metropolitana” realizado no dia 08 de junho de 2017 em Belo Horizonte/MG. Apresentação disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_serminario_pnae&grupo=8.22>. Acesso em 25/06/2017.

ênfatiçou a importância dos caixas escolares criarem diálogos com representações da agricultura familiar, permitindo assim, levantar os produtos produzidos localmente, as épocas disponíveis para o consumo, diversidades e quantidades produzidas, e, com base nessas informações montar um cardápio.

Os Estados, através das Secretarias Estaduais de Educação, fornecem sugestões para as escolas estaduais de cardápio-base contendo uma diversidade de produtos e pratos, a partir desse cada escola faz suas adaptações. Segundo o FNDE, nessa etapa do programa os profissionais responsáveis devem atentar às diretrizes do PNAE que são estabelecidas no art. 12 da referida lei, regulamentos e normatizações nutricionais, sendo elas:

- alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde;
- paladar dos alunos quanto ao teste de aceitabilidade.
- gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais;
- horário em que é servida a alimentação e o alimento adequado a cada tipo de refeição;
- especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas;
- oferta de no mínimo 3 porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana), sendo que as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura;
- aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo (FNDE)²².

Importante se ater à cultura alimentar que cada região ou localidade de nosso extenso país carrega, promovendo a valorização cultural da alimentação em detrimento a uma padronização alimentar que por muito tempo foi priorizada em políticas agrícolas. Incorporar obrigatoriamente a produção da agricultura familiar é uma forma concretizar concepções e pautas em estratégias de desenvolvimento territorial²³.

3º Etapa: Na etapa que antecede a chamada pública, as unidades executoras têm que

22-FNDE. Alimentação e nutrição. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-alimentacao-e-nutricao>>.

23- Nos artigos 11 e 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre as responsabilidades técnicas pela alimentação escolar e elaboração dos cardápios.

estabelecer o preço de cada produto que irão comprar da agricultura familiar. Com os produtos já definidos através do levantamento anteriormente realizado, as unidades têm que realizar pesquisa de preço no mínimo em três comércios locais e feiras livres. Após realizar a cotação, a definição do preço dos produtos na chamada pública é estabelecida a partir de uma média dos preços pesquisados acrescidos dos insumos exigidos no edital: embalagens, despesa com fretes, encargos, etc. Quando se trata de produtos orgânicos, mediante certificação, deve-se acrescentar 30% do valor convencional do produto, quando não houver pesquisa de preço específico para tais produtos. Estabelecido os preços, estes devem constar no edital da chamada pública.

4º Etapa: A compra de produtos direto da agricultura familiar dispensa o processo licitatório sendo realizado por chamadas públicas, processo mais simplificado, sem concorrência, pois não visa o menor preço, estes são pré-estabelecidos no edital. As chamadas públicas são elaboradas pelas entidades executoras e estabelecem produtos, preços, exigência de qualidade, procedimento e datas do processo de compras da agricultura familiar. Essa etapa pode ser realizada mais de uma vez por ano a depender da necessidade da instituição e de imprevistos quanto à sazonalidade, fatores climáticos e naturais, etc. Deve-se dar ampla divulgação às chamadas afixando em locais públicos e veículos de ampla circulação como jornais locais, rádio, sites, instituições públicas, privadas e de representação da agricultura familiar. Os editais devem ficar em aberto no mínimo 20 dias para recebimento de projetos de venda dos interessados.

5º Etapa: Em formulário próprio de projeto de venda cedido pela instituição gestora, os interessados em participar da venda de produtos para as escolas, devem preenchê-lo informando dados pessoais, produtos, quantidade a serem ofertados e cronograma de entrega, de acordo com o estabelecido no edital. Informar a habilitação de participação: Grupo formal, grupo informal ou individual. A elaboração do projeto ainda contempla o preenchimento de uma declaração constando que os produtos ofertados vinculados a DAP física são de produção própria, para as DAPs jurídicas esta declaração deve ser assinada pelo representante legal da organização formal. No caso dos grupos informais é necessário que o projeto inclua a relação de todos os agricultores participantes, com nome completo, CPF e DAP física. Esses documentos devem ser anexados ao formulário cedido pelo FNDE em que cada agricultor preenche com sua proposta. As propostas devem ser entregues nas escolas estaduais e na prefeitura até a data prevista no edital.

6º Etapa: Em data, hora e local em sessão pública, com registro em ata, há abertura dos

projetos, em escolas estaduais pelo caixa escolar, já nas prefeituras é realizado na secretaria de educação, quase sempre por nutricionistas. Em sessão pública é efetivada a seleção segundo critérios estabelecidos por resolução do FNDE. Primeiramente, dividi-se os projetos em grupos de fornecedores locais, de territórios rurais, projeto do estado e proposta do país. Inicia-se a abertura e seleção pelos grupos locais, mas caso as ofertas não forem suficiente para suprimir a demanda, passa-se para os outros grupos em ordem crescente de esferas administrativas. A seleção dos projetos deve-se obedecer aos critérios expostos na figura 5 abaixo.

Figura 4. PRIORIDADES NA SELEÇÃO DE PROJETOS DE VENDA DE ALIMENTOS ÀS ESCOLAS

Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013

Art.25 -

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

Fonte: FNDE, 2013.

Atendendo a esses critérios e estando a documentação correta, observa-se o limite de venda que cada agricultor individual tem direito, em 2016 o limite era de vinte mil reais por DAP/ano/entidade executora.

7º Etapa: Sendo selecionado, o próximo passo é a assinatura do contrato que é um

documento que formaliza a venda de produtos da agricultura familiar para a unidade executora do programa. O contrato deve conter claramente os direitos e deveres inscritos em clausuras que estabelecem cronograma de entrega, produtos a serem entregues, qualidade dos produtos, data e local de entrega, pagamento, etc. este deve ser assinado pelas partes envolvidas no processo.

8º Etapa: A entrega dos produtos pelo agricultor familiar ou grupos representativos deve ser realizada conforme cronograma estabelecido no edital e no contrato, que varia conforme a necessidade específica de cada instituição e disponibilidade do produto, podendo ser realizado semanalmente, quinzenalmente, mensalmente ou tempo mais longo a depender do produto e sazonalidade. Ao ser efetuada a entrega na escola ou no centro de distribuição é assinado um termo de recebimento entre as partes do contrato, onde consta o produto recebido a quantidade e valor. Esse é um documento que certifica a entrega e o cumprimento do cronograma e das normas estabelecidas no contrato. A entidade executora recebe então a nota fiscal que será utilizada para prestar contas ao órgão financiador.

9º Etapa: O pagamento aos agricultores é realizado através de transferência em conta corrente ou cheque e pode ser dividido em parcelas ao longo do ano. É assinado um recibo de pagamento que é utilizado juntamente com outras documentações como recibo de entrega, nota fiscal, DAP e documentos pessoais, para prestar contas ao FNDE. Esta última etapa é realizada no Sistema de Prestação de Contas Online – SigPC, disponível a acesso de instituições gestoras no endereço eletrônico: www.fnde.gov.br/sigpc. Portanto, ao fechar o ano letivo e as compras destinadas à merenda, Secretaria de educação do Estado ou do município devem enviar prestações de contas neste meio eletrônico até o dia 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse. Após estes procedimentos fica a cargo do CAE (Conselho de Alimentação Escolar) dá o seu parecer no Sistema de Gestão de Conselhos – Sigecon até a data de 31 de março de cada ano. Caso o FNDE ou o CAE não aprovem a prestação de contas, assim como deixarem de prestar contas nas datas estabelecidas pode ocorrer a suspensão do repasse do recurso, até que a situação seja regularizada.

CAPITULO 3

A ÁREA DE ESTUDO

3.1 - Alto Jequitinhonha - um recorte territorial

O rio Jequitinhonha nasce no município de Serro e percorre uma extensão de 1.090 km no sentido centro-nordeste do estado de Minas Gerais banhando vários municípios. Este curso d'água se estende ao estado da Bahia até encontrar o mar na cidade de Belmonte. Em seu percurso, o Jequitinhonha atravessa várias localidades marcadas por heterogeneidades inscritas na paisagem, nas populações, nas artes e culturas territorializadas. Cada pedaço de chão transfigura marcas dos sujeitos que ali passaram ou permaneceram, histórias resguardadas nas minas, nos casarões, nos “desertos verdes” dos chapadões, nos barreiros argilosos, na velha casa sede, nas curvas do Jequitinhonha ou beiras do Araçuaí, nas canoas e bateias, nas idas e vindas dos burros com suas cangaias e alforjes, nas feiras livres.

O processo de ocupação desta região marcada no período colonial pela exploração das riquezas minerais do vale – ouro e diamante – deixou como herança uma diversidade étnica e cultural. Populações indígenas, afrodescendentes, europeus e um processo de miscigenação compuseram esta vasta paisagem, que através de uma relação intrínseca com a natureza conformaram os diversos sujeitos rurais ali estabelecidos: comunidades quilombolas, comunidades indígenas, ribeirinhos, agroextrativistas, agricultores familiares, etc. (FÁVERO E MONTEIRO, 2014; RIBEIRO, 2013).

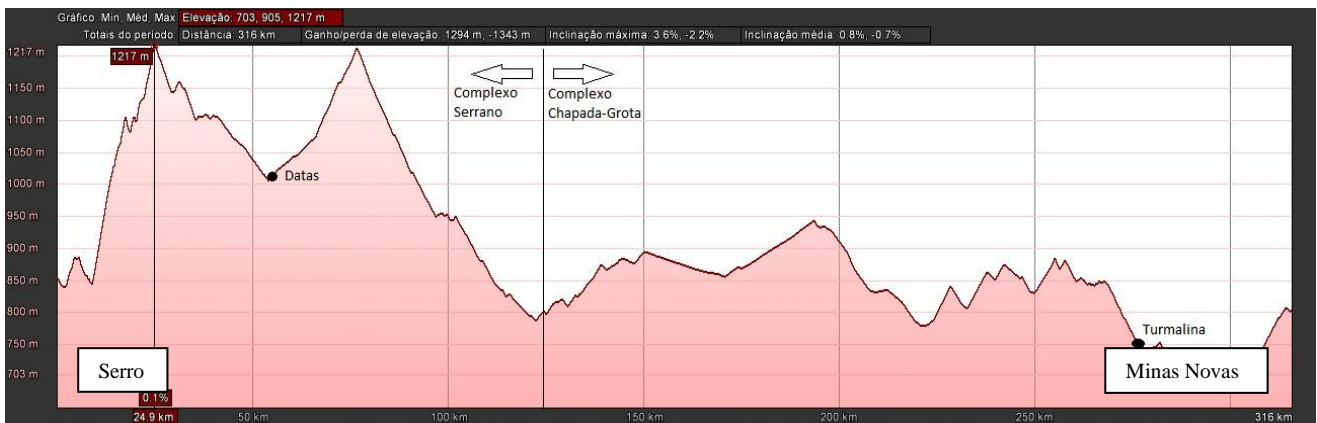
Esta região conhecida como Vale do Jequitinhonha, área que abrange os municípios da bacia do rio Jequitinhonha, foi marcada em meados do século XX pela construção de imagens pejorativas sobre os signos da pobreza e da estagnação econômica, conformando várias intervenções estatais e privadas que subjugarão natureza e sociedade pelo desconhecimento de sua complexidade.

Os “diversos Vales” - como definiu Ribeiro (2013) - por suas diferenças ambientais, sociais e culturais costumam ser subdividido em: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Esta forma de divisão política foi adotada também pelo programa Território de Cidadania (RIBEIRO E GALIZONI, 2013).

O Alto Jequitinhonha é um território com características ambientais densas e diversificadas. Entretanto, há aspectos recorrentes. Nesse sentido, pode se analisar a diversidade por meio de dois complexos ambientais que prevalecem na paisagem desse recorte territorial.

O primeiro abrange a região serrana da cabeceira do rio Jequitinhonha, sendo um planalto de terreno acidentado conhecido como Serra do Espinhaço. Esta porção do território chega a atingir altitudes que ultrapassam os 2000m. Na figura 5, observa-se essa região na porção inicial do Perfil topográfico, entre 0 a 125 km, que sobressai pela elevada altitude.

Figura 5. PERFIL TOPOGRÁFICO DO PERCURSO RODOVIÁRIO DE SERRO À MINAS NOVAS, ATRAVESSANDO O TERRITÓRIO DO ALTO JEQUITINHONHA.



Fonte: Elaborado no Google Earth Pro, acesso em 30/07/2016.

Segundo Saadi (1995) a gênese do relevo do Espinhaço foi condicionada a fatores climáticos e tectônicos, sob sucessivos eventos geológicos de metamorfismo aplainamento e sedimentação. O maciço rochoso de quartzito, tipo litológico predominante no Espinhaço²⁴, apresenta-se imponente no horizonte da paisagem marcada pela elevada altitude e fraturamento das rochas que formam cristas, devido à dureza e resistência dessas ao intemperismo. Localizado na zona de abrangência do cerrado, há ocorrência de campos rupestres, devido à altitude elevada e o solo arenoso, raso e de baixa fertilidade, condicionados pela geologia, cujas áreas propícias à agricultura são limitadas. Em algumas localidades há uma mudança abrupta na paisagem e vegetação devido a uma diferenciação geológica. É o caso do município de Gouveia que está situada em uma depressão de base rochosa granítica que originam solos profundos e mais férteis, proporcionando o desenvolvimento vegetal típico do cerrado. Sendo uma região de clima tropical de altitude possui temperaturas mais amenas e ocorrência de chuvas orográficas, cuja médias pluviométricas chega a atingir 1600 mm anuais, o maior índice no vale do Jequitinhonha que

²⁴ Quartzito é o tipo litológico de maior ocorrência no planalto do Espinhaço, mas encontramos outras de menor ocorrências pontualizadas como Xistos, Gnaises, Granito, rochas basálticas, metaconglomerados, micaxistos. Para mais informações consultar Allaoua Saadi (1995). A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Geonomos 3(1): 41-63, Belo Horizonte, 1995.

caracteriza esta porção com alto potencial hídrico (FÁVERO E MONTEIRO, 2014).

Na área serrana do Território do Alto Jequitinhonha, a cidade de Diamantina polariza parte dos serviços públicos em saúde, educação, seguridade social, entre outros, assim como prestação de serviços. Por sua singularidade ambiental, a área serrana foi considerada pela Unesco Reserva da Biosfera e abriga muitas áreas de proteção ambiental como o Parque Estadual de Biribiri (Diamantina), Parque Estadual do Rio Preto (São Gonçalo do Rio Preto) e Parque Nacional das Sempre-Vivas (Olhos D'água, Diamantina, Buenópolis e Bocaiúva), etc. Já nas áreas de chapadas temos algumas áreas de proteção, como a Estação Ecológica Estadual do Acauã (Turmalina e Leme do Prado) e Mata dos Ausentes (Senador Modestino Gonçalves). A diversidade inscrita no território do Alto Jequitinhonha e suas riquezas naturais refletem no campo do conflito os diversos interesses sobre a região e seus recursos. É notório um contexto histórico marcado por lutas: de acesso a terra, disputa por áreas de garimpo, de acesso a determinados recursos, contra a expropriação, contra empreendimentos, etc. Fávero e Monteiro (2014) relatam um dos maiores conflitos no estado de Minas Gerais que é as demarcações de áreas de proteção ambiental que de forma impositiva vem privando ou limitando as populações tradicionais a recursos da natureza dentro dos limites dessas áreas. Por exemplo, o conflito socioambiental no Parque Nacional das Sempre-vivas que ocupa uma porção do território da comunidade quilombola Vargem do Inhaí que convive com o drama das restrições do parque às suas atividades de subsistência. Outra preocupação para a comunidade é a expansão do monocultivo de eucalipto (GESTA, 2012).



Figura 6: Paisagem do complexo serrano no município de Diamantina.

Fonte: Ana Jacqueline Sales Santos, 2016.

A serra do espinhaço também abriga outros interesses. O plantio do morango nos primeiros anos do século XXI encontrou no município de Datas condições climáticas e ambientais favoráveis, instalando e fortalecendo um tipo de agricultura empresarial. O cultivo exige emprego de técnicas de instalação de cobertura plástica, túneis ou estufas, adubação e irrigação (SILVA E TUBALDINI, 2009).

Outro complexo paisagístico que compõem o Território do Alto Jequitinhonha é o que articula chapada/grota. Na figura 5 nota-se esta predominância no perfil topográfico, abarcando a área que vai do quilômetro 125 aos 300. Nesta secção, observa-se altitudes mediana com amplitude altimétrica média entre 600 a 900 m em relação ao nível do mar, bem como declives mais suaves, explicitando uma diferenciação de sistema ambiental que se constitui na gênese, no processo de modelagem do relevo, no tipo litológico e no solo. O ambiente no complexo chapadas/grotas, conforme Saadi (1995) é composto por áreas de terrenos sedimentares que passaram por eventos de aplainamento com zonas de dissecamentos, tendo nos cursos d'água o principal agente de modelagem do relevo. Em sua composição as chapadas carregam uma diversidade litológica composta por xistos com quartzitos subordinados, micaxistos e metasedimentares. Os solos são arenosos e/ou pedregosos, onde se desenvolve uma vegetação do cerrado típica com árvores de porte pequeno a mediano, arbustos e campos naturais.



Figura 7: Paisagem do complexo chapada-grota, ao fundo nos topos das chapadas, monocultivo de eucalipto.

Fonte: Acervo Núcleo PPJ, 2016.

Entre as chapadas há depressões, que geralmente abrigavam cursos d'água, denominadas localmente por grotas: áreas mais úmidas e de maior fertilidade, onde brota vegetação de maior porte. Integradas, chapadas e grotas, conformam uma espécie de sistema ambiental muito diversificado internamente. Essas nuances foram apreendidas pelas

comunidades de agricultores tradicionais que habitam historicamente nessas áreas e, que, através de vivências e experimentações construíram modos de vida respaldados na diversidade e complementaridade dos ambientes. Galizoni (2007) em estudo sobre camponato no Alto Jequitinhonha traduziu essa leitura que os camponeses realizam da natureza, na observância cotidiana dos recursos. É um conhecimento construído na relação do grupo com a natureza e se torna um bem compartilhado, transmitido entre gerações. Esse conhecimento é dinâmico, construído, e reelaborado ao longo da história. Dessa forma, os camponeses do Alto Jequitinhonha são conhecedores dos ambientes que os circundam e, através da observação do solo - cor, textura e componentes -, do conjunto de plantas, da disponibilidade e qualidade da água, de como a natureza se comporta em diferentes épocas do ano e ao longo do tempo, sabem precisar quais as terras mais férteis e as inférteis e o uso que se pode dá a cada uma delas. Sabem o quanto e quando podem usar e o momento certo que devem resguardar e conservar, construindo conhecimentos e técnicas de manejo que garantem a seu modo de vida e a recomposição da natureza.

A diversidade da vegetação das chapadas/grotas é classificada pela população local, conforme Galizoni (2007), de forma generalista em três grupos: cultura, catinga e campo.

As terras definidas como cultura são caracterizadas por terrenos frescos, úmidos e férteis, próximos a cursos de água, e consideradas as melhores para cultivos das roças de mantimentos. Geralmente são terras onde predominam madeiras como angico, aroeira, cipó-tatu, e timbó, aroeirinha, pereira, vara de canoa, ingá, marmelinho e mutamba; as terras de cultura aparecem tanto nas grotas quanto nas margens dos rios. As terras denominadas de “catingas” geralmente se localizam nas cabeceiras dos córregos, nas vertentes, e são utilizadas para cultivos de plantas rústicas como a mandioca, abacaxi e, às vezes, café; as árvores nativas da catinga possuem grande porte: pau-terra, pau-d'óleo, marmelada. Nas terras identificadas pelos lavradores como “campo” ou “carrasco”, predominam capins nativos, arbustos e árvores como o muçumbé, cagaíta, monjolo, e maria-mulata; não são áreas propícias para a lavoura, sendo utilizada somente para pastoreio e extração de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais (GALIZONI, 2007, p. 23-24).

Portanto, o conhecimento local tornou-se a base para classificar e gerir os recursos da natureza.

3.2 - Agricultura familiar de base camponesa no Território do Alto Jequitinhonha



Figura 8. Unidades familiares na comunidade Fazenda Santa Cruz, Datas – MG.
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os recursos que a natureza fornece ao ser humano são a base de sustentação da vida e de toda organização social no planeta. Assim, algumas sociedades construíram um modo de vida pautado numa relação de interdependência e respeito à sua base de vida, onde população e natureza são componentes de um mesmo espaço geográfico. Marcel Mauss (2008) revelou esta relação nutrida pelo valor simbólico da dádiva, onde os recursos da natureza são bens coletivos que devem ser partilhados e circulados. O autor relaciona a dádiva às ações que dão origem a contratos sociais que regem os princípios de vida em sociedade.

Nas comunidades pesquisadas, nos municípios de Turmalina e Datas, observou-se uma troca recíproca: quando uma família realiza colheita de algum produto e o tem com fartura, doa um pouco ao vizinho, como forma de partilha de um recurso, ou mesmo quando uma família não tem algum produto empresta do vizinho, assim fica “devedor” e se sente numa certa "obrigação" de retribuir, em outro momento, com outro alimento, produto ou serviço.

Ostrom (1990) buscou compreender como são estabelecidas regras de acesso aos recursos comuns. Para a autora, os recursos naturais e as formas de apropriação por diversos sujeitos sociais – população local, setor privado e Estado - seriam a base para se construir normas de uso. Assim, as regras são "consensuais" no sentido de uma moralidade social

contrabalanceando benefícios individuais com os grupais, ou seja, há uma espécie de "reflexão" dos indivíduos em torno do retorno imediato de um possível benefício e as consequências futuras de seus atos.

A agricultura familiar de base camponesa presente em considerável proporção no rural brasileiro – estabeleceu relações próximas com a natureza. Woortmman (1990) e Heredia (2013) revelaram essa relação com o meio e a construção de um sistema produtivo, social e cultural sustentado sobre os pilares: trabalho, família e ambiente.

O Território do Alto Jequitinhonha é caracterizado pela presença marcante da agricultura familiar de base camponesa. Dados indicaram que 85,5 % dos estabelecimentos na agricultura neste Território são familiares (FJP, 2017), e diversos estudos antropológicos, históricos e econômicos analisaram a peculiaridade da agricultura familiar nesse recorte (GALIZONI, 2007 E2015; RIBEIRO, 2013 e 2014; LIMA 2010).

Os municípios do Alto Jequitinhonha têm em comum um processo antigo de ocupação vinculado à exploração de diamante e ouro. A decadência dessa atividade na região, no fim do século XIX levou esses municípios a uma estagnação econômica e reordenação da população e das atividades econômicas (MARTINS, 2011; RIBEIRO E GALIZONI, 2013).

Ao longo do século XIX a mineração perdeu importância como atividade econômica principal do Alto Jequitinhonha para ceder lugar a uma agricultura autárquica de base familiar. A escravidão declinou em números e importância no decorrer do tempo e a pequena exploração, originada da partilha de antigos domínios senhoriais e da ocupação de terras livres da calha dos rios, foi se estabelecendo no campo (RIBEIRO e GALIZONI, 2013, p. 31).

Estabeleceu-se, portanto, uma população tradicional de base camponesa, onde as unidades familiares se baseiam em um sistema articulado de “produção e consumo”, na composição entre “casa e roçado”, onde “os produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa” (HEREDIA, 2013, p. 48). A produção de alimentos é dos principais sustentáculos da cultura camponesa, pois é esta produção que garante a vida e manutenção da família. No Território do Alto Jequitinhonha, populações camponesas ordenaram o espaço através de um apurado conhecimento do ambiente, criaram um sistema que integra os vários microambientes e que assegura a reprodução desse modo de vida.

Nas décadas de 1960/70 o governo de Minas permitiu a concessão de vastas áreas de chapadas - que eram vistas pelo Estado como terras devolutas e improdutivas - para empresas para o monocultivo de eucalipto. Esta “tomada de terras” (RIBEIRO, 2013) expropriou posses seculares que as comunidades detinham sobre chapadas e recursos da

natureza. Ribeiro e Galizoni (2013) descreveram este processo e suas consequências. Os camponeses que usavam as chapadas como espaço de complementaridade alimentar, cultural e produtiva tiveram que se limitar às grotas. As atividades praticadas nas chapadas, principalmente a criação de gado à solta em períodos chuvosos foram restringidas ou deslocadas para as grotas. Foi-se intensificando o uso das grotas e essas áreas foram perdendo fertilidade. As chapadas cobertas por um enorme "tapete" uniforme e homogêneo de eucalipto perderam diversidade de fauna e flora; solos foram contaminados e degradados gerando grande carga de sedimentos que foram sendo levados para as grotas, assoreando e contaminando nascentes e rios. A sede por água dos eucaliptais sugou os lençóis subterrâneos que tinham nas chapadas nativas um ponto de recarga alterado pela nova atividade que diminuiu sensivelmente a infiltração de água no solo. Assim as populações locais viram suas fontes de água secarem ao longo dos anos (CALIXTO, 2006; LIMA, 2013).

Para as famílias de agricultores o tempo da agricultura é vinculado à sazonalidade da natureza. O período chuvoso avisa que está na hora de fazer a roça, o que demanda muito trabalho. Quando o céu se faz límpido, a temperatura decai é sinal de seca, período bom para cultivar folhas no quintal e processar os alimentos da roça. A indústria doméstica rural se faz presente, transformando alguns produtos em outros agregando valor, como a mandioca em farinha. Esse período demanda pouco trabalho da família. Portanto, no período da seca, quando se faz necessário, é época que alguns membros decidem migrar (GALIZONI, 2007)²⁵.

Famílias de agricultores tiveram que recriar estratégias para manter o sustento da família sem perder o seu modo de vida. Portanto, conseguiram manter o seu sustento através de uma produção de autoconsumo, inserção em mercados locais, estratégias como migração sazonal e apropriação de políticas públicas que favorecem o circuito curto de produção e comercialização local (RIBEIRO E OUTROS, 2014).²⁶

Os produtos da roça familiar servem em primeiro lugar a mesa do lavrador, para o autoconsumo, se houver sobra é destinado ao comércio para servir a mesa de outrem. A comercialização do excedente garante uma renda monetária que será revestida na compra de

25 - Para Ribeiro (2013) a migração, sazonal ou definitiva, esteve presente no Alto Jequitinhonha desde o final do século XIX. O autor apontou que os camponeses do Alto Jequitinhonha migraram primeiramente para o Baixo Jequitinhonha, e com a implantação da cafeicultura na Zona da Mata mineira, houve um movimento migratório para esta área. Posteriormente, no início do século XX surgiram oportunidades de trabalhos temporários com a expansão da zona açucareiras e cafezeiras a oeste de São Paulo, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Mato Grosso, Paraná, assim como expansão de trabalhos na construção civil e prestação de serviços na Grande São Paulo e praias no litoral, inauguraram novas rotas de migrações temporárias e definitivas.

26 - Já o Estado, conforme Ribeiro e Galizoni (2013), arcou não somente com o custo da modernização como também teve que pensar e criar novas formas de desenvolvimento voltados para esta população que foi excluída do processo. Essas iniciativas do estado foram impulsionadas também pela resistência e luta dos agricultores do Alto Jequitinhonha que expunham persistentemente as consequências danosas da modernização.

outros produtos alimentícios, de bens de produção ou bens duráveis. Como exposto por Woortmann:

[...] a subsistência do camponês se realiza tanto pelo auto-consumo como no mercado. É apenas em parte que a reprodução da força de trabalho camponesa se realiza pelo auto-consumo; com a comercialização de seus produtos o camponês apura uma renda monetária indispensável à sua subsistência, inclusive para a compra de alimentos. Longe de se tratar de uma “economia de subsistência”, a reprodução da força de trabalho camponesa depende de sua inserção no mercado (WOORTMANN 1978, p. 5).

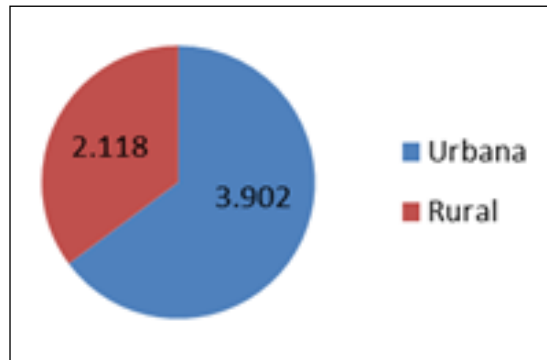
No Alto Jequitinhonha os principais mercados para os lavradores são as feiras livres e o comércio local, localizadas nas zonas urbanas sedes.²⁷ A importância das feiras livres na escala da localidade é enfatizada por Ribeiro e outros (2013); *“Feiras fazem parte da economia e da cultura dessas regiões: abastecem cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores e aquecem o comércio urbano com as compras dos feirantes”* (RIBEIRO, 2013, p. 127). Esses canais de comercialização foram ampliados com a criação de políticas públicas como o PNAE que focaram na produção de alimentos pela agricultura familiar como forma de promover desenvolvimento territorial.

3.3 - Turmalina e Datas, uma breve caracterização dos municípios pesquisados

Datas

O município de Datas está localizado no complexo serrano do Espinhaço e tem limites com os municípios de Gouveia, Diamantina, Presidente Kubistchek e Serro. Segundo dados do Censo 2010 seu IDH era 0,616 e sua área de 310,099 Km², constituindo uma população majoritariamente urbana (figura 9).

27 - A relação entre camponeses e o mercado foi tema de exploração dos estudos de Ploeg (2008), o autor indicou que os camponeses praticam uma espécie de *“inserção parcial em mercados”*, o que lhes garantiria certa independência.

Figura 9: População urbana e rural de Datas – MG

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Datas é uma denominação que provém do período da mineração que significava um lote de terra marcada e cedida para exploração, pois era preciso pedir a autorização da coroa para garimpar. E foi por volta de 1734, conforme Martins e Guedes (2012) que chegaram os primeiros garimpeiros que povoaram a região.

Segundo IBGE (s/d) a quantidade de *datas* cedidas foi tão grande que o local passou a carregar este nome Datas D’El Rei. A formação do núcleo se consolidou com a construção da Igreja do Divino Espírito Santo em 1870, tal localidade era distrito de Diamantina (lei provincial nº 1357, de 06-11-1866) sobre o nome de Espírito Santo das Datas. Em 1923 por lei estadual (nº 843, de 07-09-1923) passou a se chamar apenas Datas, que em 1962 ganhou sua emancipação sendo elevada a categoria de município (LEI ESTADUAL Nº 2164, de 30-12-1962) ²⁸.

Com a decadência da mineração, as atividades agrícolas que antes eram atividades secundárias realizadas pela população rural como forma de complementar a alimentação passa a ter centralidade. O agricultor Juscelino Gonçalves, da comunidade de Tombadouro, explicou que “antigamente”, na época de seca, realizava-se a atividade de garimpagem, que era interrompida somente no período chuvoso, pois os aluviões no curso dos rios eram cobertos pelas águas.

Em Datas, observou-se a formação de uma sociedade baseada em relações de poder ordenada pelo poderio econômico (senhores das minas) e simbólico do chefe de família (MARTINS E GUEDES, 2012) ²⁹.

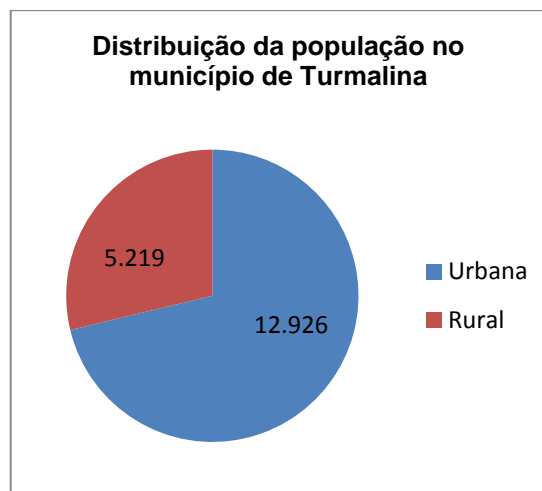
28 - Conforme Martins e Guedes (2012) Datas foi situada em território indígena.

29 - Em “Lembranças da terra” Ribeiro (2007) analisa a história agrária do Jequitinhonha e Mucuri. A partir dessa análise pode-se compreender laços de poder, compadrio, coerção e mandonismos específicos nestes dois territórios que eram articulados. Em Datas se percebeu, a partir de observações em campo, o estabelecimento de grupos políticos opostos muito marcados onde suas atuações refletem na forma de gestão dos programas

Turmalina.

O município de Turmalina se situa no complexo chapada-grota e faz fronteira geograficamente com os municípios de Minas Novas, Leme do Prado, Carbonita, Veredinha e Capelinha. Tem uma área de 1.153,111 Km², com IDH de 0,682 e sua população, pela contagem censo demográfico de 2010, era predominantemente urbana (IBGE, 2010).

Figura 10: População urbana e rural de Turmalina, 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010.

O município nasceu com a descoberta de ouro nos municípios e rios próximos. Diferentemente de Datas, Turmalina não era uma área de mineração, mas servia as áreas mineradoras próximas com o abastecimento de alimentos. Agricultores se estabeleceram nas margens dos rios Itamarandiba, Ribeirão do Lourenço e Araçuaí para se dedicarem ao cultivo de lavouras. Estando distante das vilas ergueram no local uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Piedade, subsidiando a criação do arraial Nossa Senhora da Piedade de São Pedro do Fanado das Minas Novas, subordinado ao município de Minas Novas. Segundo dados da Prefeitura municipal de Turmalina, o município teve como fundadores os fazendeiros Luiz Machado, João Cordeiro e Canuto Quadros, sendo o município “uma região essencialmente agrícola, e os principais produtos cultivados: milho, feijão e algodão. Os habitantes locais comercializavam seus produtos com os garimpeiros de Minas Novas, Água Suja e etc” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA, s/d). Em 1923, o Arraial de Piedade passa a se chamar Turmalina, foi elevado a categoria de município em 1948 pela Lei Estadual nº 336.

Turmalina abrigou agricultura familiar de base camponesa detendo, pelo trabalho na terra, a posse secular de ambientes que compunham o seu sistema de produção (GALIZONI, 2007).

Nos finais dos anos de 1970, processos de “tomadas de terras” desencadearam conflitos e movimentos de resistência. Foi nesse período que ocorreu a formação de organização de base no município e região: as CEBs – Comunidades Eclesiais de base da igreja Católica e a criação do Sindicato de Trabalhadores rurais. Ribeiro (2007, p.68) expõe que “*a organização dos agricultores do Jequitinhonha se iniciou com a mobilização social para enfrentamento das políticas do governo militar, ganhando ímpeto com o começo dos movimentos pela redemocratização no Brasil, nos anos de 1970*”. O autor analisou que, a ênfase na cultura de uma sociedade rural baseada em unidade de produção familiar estabeleceu fortes laços de solidariedade na coletividade que foram importantes na construção de organizações sociais e um projeto coletivo. Esta força da organização de base local funcionou como um contrapeso em disputas por terras.

3.4 - Perfil do agricultor familiar participante do PNAE ³⁰

Na pesquisa que originou esta dissertação foi encontrado, geralmente, unidades domésticas compostas pelo "modelo" de famílias nucleares, casal e filhos, mas em alguns casos acrescidas também por outros parentes ou agregados³¹. Tanto no município de Datas, quanto em Turmalina o perfil familiar dos agricultores tendeu a abarcar uma complexidade de arranjos que se articulam a fatores como processos migratórios, inserção da mulher no mercado de trabalho, maior possibilidade de estudo e trabalho, melhorias nas condições de mobilidade, entre outros.

Dentre as famílias entrevistadas, observou-se, por um lado, casais maduros com filhos que já deixaram o lar e tomaram vários destinos: i) constituíram família e residem na própria comunidade, na sede do município ou em outros; ii) filhos solteiros que trabalham e residem na sede do município ou em outro município ou ainda fora do Estado; e iii) filhos que ainda moram com os pais, estudam e ajudam na unidade familiar. Por outro lado, verificou-se também casais, viúvos ou separados do primeiro relacionamento e que se

30 - Conforme descrito acima, na metodologia, pesquisou-se 10 famílias de agricultores em Turmalina, e em Datas foram entrevistados 12 agricultores familiares, desses, 4 não participavam do PNAE, mas através de entrevista e visita nas unidades de produção, verificou-se que possuem mesmo perfil dos que participam desse programa.

31 - Estudos de Galizoni (2007) identificou partes dessa complexidade e a designou de “famílias fluidas” dada à maior flexibilidade dos relacionamentos.

casaram novamente articulando duas famílias na mesma unidade doméstica. Assim, esta nova família se caracterizava por ser numerosa, e com membros que tinham vínculos diretos e indiretos com a família e estão sempre presentes e ajudando na lida do terreno familiar, mesmo residindo em outro local.

Ao analisar as famílias pesquisadas em Turmalina, constatou-se que são menores e com idade menor comparadas com as famílias pesquisadas em Datas. A média encontrada foi de 5,6 pessoas por família e a idade média dos pais estava em torno de 49,6 anos para pais e 49,2 anos para as mães (ver tabela 3). Nota-se que mais de um terço dos integrantes da família não residiam na unidade pesquisada, o que representa a porção de filhos que constituíram nova unidade familiar ou migraram definitivamente (casos citados acima). Em entrevista foi observado que as famílias possuíam a posse da terra, eram terrenos pequenos em torno de 10 hectares, este adquirido por herança e/ou compra de direito de familiares ou de outrem, os quais afirmaram ser suficiente para manutenção da família. Os agricultores familiares em Turmalina combinam diversas atividades e meios para reprodução da família. Afirmam ser a atividade agrícola o principal meio de sustento que aliada às feiras, venda em comercio local, programas institucionais, políticas e projetos públicos, bolsa família e aposentadoria somam ao universo de manutenção de um modo de vida próprio pautada na produção e consumo familiar.

Em Datas, observou-se famílias numerosas e com faixa etária mais elevada, comparadas à Turmalina. A média de pessoas por família era de 6,5, sendo a idade média dos pais de 53,7 anos e das mães 49,4 anos. Verificou-se também nesse município que a proporção de integrantes não residentes nas unidades familiares chegava a mais de um terço; configurando, na maioria das vezes, migração definitiva (ver tabela 3). As famílias detinham a posse da terra, adquiridas por herança, compra ou direito “no bolo” (ver pag. 71). Percebe-se que as glebas de terras são menores em comparação a Turmalina. A maioria dos agricultores entrevistados declararam a posse de terras em torno de 4 hectares, com exceção de dois que declararam 12 hectares e um com 25 hectares. Em Datas, os agricultores para manterem o sustento da família têm na agricultura a principal fonte que é conciliada com outras formas, as quais garantem a reprodução da família: feira livre, programa de compras institucionais, associações, bolsa família, aposentadoria e cargos públicos.

Tabela 3: PERFIL DAS FAMILIAS ENTREVISTADAS

	Turmalina		Datas	
	Esposo	Esposa	Esposo	Esposa
Média* do tamanho da família - integrantes	5,6		6,5	
Média dos residentes na unidade familiar	3,4		4,2	
Idade média dos pais e mães de família.	49,6	49,2	53,7	49,4
Faixa de idade dos pais e mães de família - menor e maior idade encontradas.	37-57	39-56	46-70	35-70

*O cálculo de média foi realizado somando os valores de todos os dados e dividindo pela quantidade de dados existentes.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Entre as famílias entrevistadas nos dois municípios não se constatou, no momento da pesquisa, membros que realizassem migração sazonal. Ao serem questionados sobre os membros familiares, onde moravam e a ocupação de cada integrante constatou-se que, os não residentes no domicílio migraram definitivamente ou moravam na própria comunidade ou em outras comunidades vizinhas. Muitos jovens se estabeleceram em um ofício, a exemplo em atividades de mecânico, pedreiro, motorista, comércio e serviços gerais. Este processo pode ser melhor entendido também a partir de uma conjuntura política de universalização de direitos sociais tanto de aposentadoria rural quanto de transferência de renda como Bolsa Família e outros programas de promoção do desenvolvimento rural, que estabeleceu um maior dinamismo econômico local. Isso tem permitido uma migração de circuito curto: quem migra fica mais próximo de casa e pode estar presente com mais frequência na terra de origem. Geralmente são empregados no setor comercial, de serviços, setor público ou setor agrícola.

Esta universalização de direitos sociais pode ser observada em Turmalina pelo acesso de agricultores a esses benefícios como aposentadoria e Programa Bolsa Família³², que tem contribuído para a elevação de renda monetária dos agricultores familiares (TABELA 4).

32- Criado em outubro de 2003, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. O programa destina-se às famílias que possuem renda per capita de até 170 reais mensais. Além de ser um complemento de renda, o programa dá acesso aos beneficiários a várias outras políticas sociais.

Tabela 4. ACESSO A DIREITOS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, 2016.

	Direitos sociais			Total
	Aposentadoria	Bolsa família	Não informaram	
Datas	7	4	1	12
Turmalina	5	5	0	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Observou-se que os agricultores que participavam do PNAE eram mais maduros (idosos), ou seja, eram mais experientes na lida agrícola. Possuíam terrenos próprios, onde as atividades eram conduzidas pelo casal com ajuda eventual de alguns filhos, sendo, pois o trabalho basicamente familiar e em épocas de aperto, utilizava-se de arranjos comunitários como mutirão, troca de dias ou raramente diaristas. Geralmente, são agricultores com “habilidades” para o comércio e participam de espaços destinados a comercialização para agricultura familiar. Portanto, possuem experiência tanto em produzir como em comercializar, aprendidos pela transmissão geracional e/ou nas feiras livres. Outra característica desses grupos de agricultores familiares que participam do PNAE é a busca em obter conhecimento dos processos burocráticos da comercialização, os quais muitos experimentam técnicas, inovam, e de certa forma procuram, segundo possibilidades, adaptarem-se às exigências do mercado sem perder a sua condição de agricultor familiar, e a sua lógica produtiva e econômica própria.

A seguir, buscou-se analisar as relações de trabalho e os sistemas produtivos dessas unidades familiares e suas relações com as possibilidades de inserção no PNAE.

3.5 - “Tudo que se cultiva no terreno, na casa se consome e na feira se vende”



Figura 11. Sr. José Adão, comunidade de Ponte do Funil, Turmalina, 2016

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

No município de Turmalina a presença de agricultores familiares é marcante. Distribuídos por 48 comunidades rurais (EMATER, 2016), há neste município 922 estabelecimentos da agricultura familiar, que se destacam na feira livre aos sábados (IBGE, 2006).

No município de Datas, segundo dados do Censo Agropecuário (2006) havia 350 estabelecimentos da agricultura familiar. Destaca-se nesse município o cultivo de morango. Esta atividade é praticada tanto pela agricultura familiar quanto pela agricultura empresarial. Segundo Silva e Tubaldini (2007) os agricultores locais estabeleceram uma categorização para tipo de produtores: “Abaixo de 30 mil pés é um pequeno produtor; acima de 100 mil pés já é empresário”.

Verificou-se em ambos os municípios que o acesso a terras se dá, predominantemente, pelas relações de parentesco e heranças³³. Ao longo do tempo, as sucessivas fragmentações do terreno limitaram o espaço de reprodução de uma unidade familiar, não sendo suficiente para o desenvolvimento de todas as atividades de produção. Geralmente, a herança do terreno familiar é transferida ao filho que possui "*mais jeito*" com a lida no campo, sendo que o "*jeito*" é socialmente construído no processo de herança

33 - Na região os sistemas de herança e posse da terra foi estudado por Galizoni (2007) onde analisa as diversas formas de transmissão da terra condicionada: pelo ambiente e sua exaustão, escassez de terras, gênero e migração.

(WOORTAMANN, 1990; HEREDIA, 2013; GALIZONI, 2007). Os herdeiros procuram formas de comprar o direito dos outros irmãos, tios, sobrinhos ou dos próprios pais, mas esse movimento também pode ser feito pelos filhos que não ficaram com a terra dos pais. Em muitas localidades, principalmente no município de Datas, encontramos o uso da terra “no bolo”³⁴, designação local que define uma terra de herança onde residem os herdeiros sem realizar divisão formal de partilha. São terras que sofreram sucessivas partilhas tornando as unidades familiares pequenas em torno de 2 a 5 hectares.

Os agricultores (as) entrevistados relataram, constantemente, essa trama com a terra que envolvia direitos de herança e a compra de terrenos dos parentes que abandonaram o local de origem e dirigiam-se para a cidade sede do município ou para outros locais no estado e fora dele.

Durante a pesquisa em Turmalina e Datas, pode-se notar que a compra de terras se tornou mais frequente desde meados dos anos 2000, isso está relacionado às melhorias na condição de vida dos agricultores proporcionado pela combinação de universalização de direitos e condições de trabalho³⁵.

A criação de bovinos necessita de espaço e manejo extensivo, os que têm esse tipo de criação ou tem terreno maior ou tem que arrendar terras. Percebeu-se nas unidades familiares a predominância de criação de galinhas: em quase todas as residências estudadas havia um galinheiro que tinha a função de fornecer ovos e carnes para a família e, em alguns casos, para serem vendidos na própria comunidade ou nas feiras. Observou-se também em proporção considerável a criação de porcos e alguns equinos para carga, assim como algumas experiências pontuais de criações de peixes e bodes.

34 - Para maior informação sobre "terra no bolo" ver Galizoni (2007, p. 58).

35 - Para análise sobre as condições de vida dos agricultores do Jequitinhonha ver Ribeiro e outros (2014).



Figura 12. Criação de porcos no sítio de Dona Eva, comunidade de Ponte do Funil- Turmalina
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quase todas as unidades familiares estudadas eram policultoras, combinavam cultivo de roça, pomar, horta, criações e beneficiamento de produtos variados. Na roça são plantados, no período das águas, feijão, andu, milho, cana e mandioca. Nesse período, há também o cultivo de algumas verduras como chuchu, quiabo, maxixe, abobora e jiló. No pomar há plantio principalmente de banana, maracujá, goiaba, manga, acerola, abacate, laranja e mamão. Cada fruta tem o seu tempo e assim a família tem uma oferta diversificada de frutos ao longo do ano. Já a horta, para muitos, tem "tempo certo": ao findar das águas em abril até setembro, período em que a seca se intensifica; é a época da seca que se levanta os canteiros, mas quando a estiagem é forte e longa a produção da horta é comprometida pela água que escasseia e a insolação que castiga. Os principais produtos da horta são: alface, couve, cebolinha, mostarda, salsa, cenoura, beterraba, alho, cebola de cabeça, pimentão e repolho.

O ritmo dos trabalhos nas unidades familiares estudadas era ditado principalmente pelos tipos de produção escolhidos pelas famílias. Uma das épocas mais intensiva de força de trabalho era o período de início das águas, a partir de outubro, pois é o tempo de cuidar da roça e o trabalho necessário para o preparo do terreno, cultivo e capina é intenso. A crise hídrica e alterações no clima tem tornado este trabalho ainda mais árduo. Muitos dos entrevistados relataram a inconstância do tempo para cultivar como um complicador, no dizer deles: "*já não há mais época de plantar e colher*", pois, com a inconstância já não se consegue prever os sinais das chuvas, o que tem prejudicado a produção de alimentos³⁶.

36 - As alteração da dinâmica da água no Alto Jequitinhonha foi analisada por Lima (2013).

Outro período que demanda muito trabalho é quando há cultivo de hortas, pois segundo os agricultores "*horta dá trabalho, todo dia tem que acompanhar*", realizar trato para evitar pragas e como o ciclo de cultivo é curto, nas secas intensas, demanda mais "molhação", e para quem a realiza de forma manual é demandado bastante tempo na realização desta tarefa. Já alguns poucos agricultores declararam que a intensidade do trabalho na unidade é igual durante o ano inteiro, geralmente estes eram os que faziam uso de irrigação mecânica e cultivos mais focados em certo tipo de produto.

O trabalho nas unidades é plenamente familiar. Em algumas os casais sozinhos davam conta de tocar as atividades, em outras contavam com a ajuda de filhos que residiam com eles e os que moravam em outra unidade familiar próxima, mas que, quando o trabalho apertava apareciam para dar uma "mãozinha". É comum em Turmalina os agricultores contratarem diaristas, em média 1 a 2, em períodos de extrema necessidade de trabalho como na época de levantar o roçado, colheita ou no trato do cultivo. Por exemplo, o Sr. José Adão, 50 anos, morador da comunidade Ponte Funil em Turmalina contrata 1 diarista para amarrar os pés de tomate e conta com a ajuda dos 3 filhos que residem com ele e um que mora na comunidade para dar conta do trabalho da roça. Já em Datas não há o hábito de contratar diarista, mas quando o trabalho na unidade aperta há o costume de "trocar dia" com o vizinho ou com os próprios parentes.

Há alguns casos mais raros de agricultores focados em determinados produtos, como o do Sr. Benjamim, 56 anos, da comunidade de Boa Vista, Turmalina, que focou na produção de banana e urucum, mas mesmo assim cultivava pequena horta e roça de alimentos variados. Outra experiência encontrada foi a Sr. Valdir, 57 anos, da comunidade de Mato Grande, que faz roça de cultivos variados e é um experimentador de sistemas agroflorestais que, visando um mercado futuro de polpas, estava, no período estudado, com predominância de cultivo de frutas em sua unidade de produção.



Figura 13. Cultivo de hortas orgânicas no sítio do Sr. Valdir, comunidade de Mato Grande – Turmalina
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Observou-se o uso constante de irrigação devido à inconstância das chuvas e também pela necessidade de obter maior regularidade na produção e conseqüentemente um pequeno aumento de produção. Esta necessidade recebeu impulso pela possibilidade de comercializar a produção via feira livre e programas públicos de aquisição institucional de alimentos, principalmente PAA e PNAE. No município de Turmalina, encontrou-se, principalmente técnicas de gotejamento e micro aspersão que procuram economizar água. Em Datas, constatou-se pouca utilização de técnicas de irrigação, usa-se esporadicamente o micro aspersor nas hortas, mas geralmente a irrigação das hortas e frutíferas é realizada manualmente com regador, mangueira ou canais abertos no solo com desvio de pequenos córregos.

A sazonalidade de produção de alimentos é amenizada, em parte, por essas técnicas de irrigação que traz uma ampliação temporal da produção de alguns cultivos, criando uma regularidade maior da disponibilidade de alguns alimentos ao longo do ano, principalmente as hortaliças. Esse fato foi mais percebido em Turmalina onde vemos uma utilização maior desta técnica, diferentemente de Datas onde há uma maior demarcação da sazonalidade da produção. De acordo com os agricultores a época de maior fatura de alimentos é a época inicial da seca, de março a agosto, tempo de colher produtos da roça e cultivar a horta. Já no fim da estação da seca, setembro a outubro, é época de diminuição da oferta de água e de alimentos.

O acesso à água se tornou um problema para parte do Território do Alto

Jequitinhonha que se encontra na faixa de transição para o clima semiárido e é afetada por períodos longos de estiagem. Em muitas localidades do município de Turmalina se faz necessário, em determinadas épocas do ano, a utilização de carros pipas para o abastecimento das comunidades rurais.

O município de Datas, geralmente, tem disponibilidade hídrica, quase não há registro de problemas com o abastecimento de água nem notícias de uso de caminhão pipa, segundo os agricultores. Mas em 2016, na comunidade de Santa Cruz a seca intensa abaixou o nível de água dos córregos e nascentes a ponto de a água parar de correr nos córregos. Em outras localidades, a maioria dos córregos secam em determinado período do ano, mas não há falta de água porque muitas comunidades dispõem de mais de uma fonte de água para uso, como poço artesiano comunitário e captação de água em mangueiras direto das nascentes.

No município de Turmalina existem 48 comunidades rurais, destas, em torno de dez participam do PNAE, o que equivale a 23% do total. A participação das comunidades reflete, de certo modo, uma diferenciação espacial no município quanto à disponibilidade de recursos da natureza, especialmente água. Há localidades que são contempladas com uma maior disponibilidade desse recurso, especialmente as que se localizam próximos a cursos de maior porte, como o rio Itamarandiba, rio Araçuaí e Ribeirão Boa Vista, onde se situam as comunidades de Boa Vista, Mato Grande e Vargem Funda. São exatamente nessas comunidades que se concentra o maior número de agricultores familiares que participam do PNAE. Água é fundamental no processo de produção de alimentos, ainda mais em uma região localizada na faixa de transição para o semiárido. Muitas comunidades do município possuem escassez deste recurso o que tem afetado o sistema produtivo, limitado alguns cultivos e ocasionado perdas de produção. As comunidades que tem maior disponibilidade de água conseguem produzir satisfatoriamente para autoconsumo e comercialização, mas demonstram grande preocupação e buscam alternativas de economia e conservação dos recursos hídricos por verem suas fontes reduzirem ano após ano.



Figura 14. Rio Itamarandiba nas imediações da comunidade de Ponte do Funil, Turmalina

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O técnico da Emater de Turmalina exemplificou essa relação ao caracterizar a comunidade de Ponte Funil de cinturão verde, pois ela conta com presença de nascentes e do rio Itamarandiba, tanto que alguns agricultores tem outorga de retirada de água deste rio para irrigação de plantações de uva e tomate. De acordo com o técnico, a produção já chegou a 70/80 toneladas de uva e 500 toneladas de tomate por ano e é direcionada a mercados como Central de Abastecimento do Norte de Minas (Ceanorte) de Montes Claros e Central de abastecimento de Minas Gerais S. A. (Ceasaminas) de Contagem.

As técnicas de plantio empregadas em ambos os municípios são mistas, combinam uso de trator (girico, denominação local) para o preparo do terreno (gradear), em alguns casos para plantar e colher, mas, de forma geral a maior parte do processo é realizado manualmente. Utiliza-se a adubação com esterco de galinha e de gado, nas hortas, na roça, às vezes, faz-se uso de adubos 4/14/8, 20/16 e 4/30/10, supersimples, adubação de cobertura e calcário.

Em Datas alguns agricultores familiares têm investido na plantação de morango. São áreas pequenas de cultivo e a produção é vendida para atravessadores ou nas beiras das rodovias. Como não tem condições de escoar seus produtos para outras regiões, pelo alto custo do transporte, é comum haver riscos de perda, pois a fruta é muito perecível.

Observou-se a existência da indústria doméstica rural para beneficiamento em quase todas as unidades familiares pesquisadas. Existem épocas do ano em que as famílias se dedicam com mais afinco ao beneficiamento de produtos, geralmente no período da seca, quando já se realizou a colheita de muitos produtos. Por exemplo, os derivados da cana são

beneficiados geralmente nos meses de junho a setembro, alguns relatam que chega até dezembro, com a produção de cachaça, melado, açúcar mascavo e rapadura. Para essa mesma época alguns relatam a produção de farinha e fubá, mas a maioria dos entrevistados afirma que estes podem ser processados durante o ano todo. O alho e urucum são produtos que podem ser estocados e processados ao longo do ano.



Figura 15. Na primeira imagem, processamento da mandioca para produção de farinha e goma. Já na segunda o processo de torrefação da farinha e produção de beiju na Associação Grupo de Produtores Rurais de Tombadouro, Datas

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Neste Território há o costume de coletar alimentos na natureza, principalmente, frutas, mas também folhas (Ribeiro e outros, 2007). A natureza “oferece” alguns frutos em determinadas épocas do ano que complementam a alimentação das famílias agricultoras, como o pequi, coco do cerrado, jatobá, gabioba, cagaita, jabuticaba e panã e folhagem como a samambaia do mato (em Datas). Esta prática foi afetada pela apropriação das áreas de chapadas por empreendimentos monocultores que conforme Lima (2010:7) trouxe a *“diminuição da disponibilidade dos alimentos de extrativismo do cerrado que faziam parte da dieta da população local”*.

Verificando a alimentação das famílias, percebeu-se que as unidades familiares estudadas se estruturavam em um sistema de produção e consumo. Quase tudo que as famílias produzem faz parte da sua alimentação, parte é comercializada, principalmente nas feiras livres, para gerar renda monetária, compor o orçamento e ajudar a comprar alimentos que as famílias não produzem ou produzem pouco, como: arroz, feijão, macarrão, óleo, sal, manteiga, açúcar, café, carne, farinha de trigo e fubá. Também para se adquirir produtos de

limpeza, ferramentas e suplementos para produção³⁷.

As feiras livres ocupam um espaço de destaque no Vale do Jequitinhonha sendo o principal canal de comercialização para a agricultura familiar, bem como um espaço de encontro e de expressão de uma cultura popular. Ela movimenta uma grande quantidade de feirantes, de produtos e de compradores urbanos. Ribeiro (2007) nos traz a importância e o significado das feiras livres tanto para o agricultor quanto para o espaço urbano no Vale do Jequitinhonha

Ela faz parte da economia e da cultura dessas regiões: abastece as cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoar a produção de lavradores, aquece o comércio urbano com as compras dos feirantes. Nas madrugadas dos sábados eles levam à feira suas frutas de estação e verduras – que, no longo “tempo-da-seca”, parecem ser milagres renovados -, as variedades de farinhas, “gomas” ou polvilhos e rapaduras saídas das prensas, engenhos e fornos da indústria doméstica rural; levam a algazarra dos frangos vivos e dos leitões, e lá sempre estão as cozinheiras, as doceiras e o “homem-da-cobra” – que tem remédio para todos os males do corpo, menos para “dor-de-cotovelo” (RIBEIRO, 2007, p. 83).

Em Turmalina a feira aos sábados ganha destaque na cidade com grande circulação de feirantes e compradores que ocupam a parte central da cidade no entorno da área da feira e no espaço propriamente dito, dinamizando a economia local. A expressividade dessa feira livre é uma construção que consolidou com um movimento das organizações locais. Marcado por um histórico de lutas por acesso a terra e oportunidades de desenvolvimento, a agricultura familiar de base camponesa em turmalina promoveu o fortalecimento desta categoria ao se organizar e criar instituições de representação.

O CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica é uma delas, organização não governamental criada em 1994 por mobilização de agricultores. Organizados no Sindicato de Trabalhadores Rurais, contou com o apoio de pastorais sociais da igreja católica e de outras instituições sociais. Assim o CAV é fruto de mobilização de organizações de lavradores e da sociedade civil que em um contexto de busca por alternativas pelos problemas enfrentados (expropriações de terra, escassez de recursos e água) construíram uma organização em busca de reflexão e solução das dificuldades. Nesses 23 anos de existência o CAV desenvolve trabalho ativo em vários municípios buscando, *“contribuir no desenvolvimento da agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha por meio de práticas sociais que permitam influenciar nas políticas públicas, melhorar as condições de vida, as relações humanas e o convívio com o meio ambiente”* (CAVJEQUI, s/d).

37 - Esta dinâmica de produção e consumo é relatada por Heredia (2013, p. 97) *“Os produtos do roçado possibilitam, com sua venda, a realização da compra. Geralmente em um dia determinado da semana o pequeno produtor vende algum produto para comprar outros”*.

A relevância da feira livre como fonte de renda aos agricultores, soberania e segurança alimentar da população, foi percebida pelas organizações da sociedade civil e de representação de agricultores que iniciou um projeto de pesquisa em 2000³⁸, com o objetivo de analisar “*as famílias de feirantes, os modos de produção e comercialização, inclusive os (as) consumidores (as)*” (VALE SABER, agosto 2015). A certificação do potencial da feira livre acarretou em um movimento de valorização desse espaço buscando soluções para os problemas detectados no espaço. Com isso deu origem a outra organização a AFTUR.

O CAV estimulou e apoiou a criação em 2006 da Associação dos Feirantes de Turmalina - AFTUR -, que contava em 2016 com 102 associados (as). Estes são agricultores familiares do município, produtores de alimentos, conforme perfil e sistema produtivo exposto capítulo anterior, comercializam parte de sua produção na feira livre e em alguns comércios do núcleo urbano de Turmalina. São agricultores com certo “*fino*” para os negócios e que buscaram se inserir em programas públicos.

A AFTUR foi uma experiência piloto para desenvolver trabalhos em prol do fortalecimento da feira livre contribuindo assim,

para aumentar a qualidade, higiene, quantidade e a diversidade dos produtos ofertados nas feiras livres, e assim atrair mais consumidores. [...] As associações também construíram parcerias e influenciam nas políticas públicas locais, como na melhoria de estradas rurais, na infraestrutura dos mercados municipais, na conquista de espaços para o funcionamento da sede das associações e de funcionários para auxiliar nos trabalhos administrativos. Os feirantes também conquistaram o direito de se tornarem membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS (CAVJEQUI).

De acordo com Samuel Nogueira a criação da Associação de Feirantes de Turmalina foi um trabalho de “*formiguinha*” com muita luta e mobilização articulando parcerias junto à prefeitura e outros órgãos na cessão de funcionário, estabelecimento próprio e equipamentos. Destacou que a AFTUR reproduz o estilo organizativo próprio das comunidades do município, sendo coordenada e dirigida pelos próprios agricultores familiares feirantes³⁹ e sua atuação é essencial para o equilíbrio de forças no PNAE.

A partir da consolidação dessa iniciativa e efetivação dos seus objetivos o CAV apoiou a organização de feirantes em outros municípios do Jequitinhonha, como Veredinha, Chapada do Norte, Berilo, Minas Novas e Leme do Prado, sempre em parceria com

38 - Pesquisa realizada nos anos de 2000 a 2002 em parceria com o CAV, Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (Núcleo PPJ) e a Universidade Federal de Lavras (VALE SABER, agosto 2015).

39 - Em 2016 compunha a mesa diretiva da AFTUR : Valdir Gonçalves de Castro (presidente – agricultor feirante), João Domingos Oliveira de Macedo (tesoureiro – agricultor feirante) e Maria do Carmo (secretária – funcionária prefeitura).

prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e entidades locais.



Figura 16. A primeira imagem à esquerda, agricultora que participa do projeto de feiras livres da prefeitura de Capelinha, com bancas instaladas em lugares estratégicos em vários pontos da cidade. Já na segunda figura a direita, espaço de feira livre de Datas. E por último a feira livre de Turmalina
Fonte: Da autora e Acervo Núcleo PPJ, 2016.

Em Datas, no período pesquisado a feira livre se realizava timidamente, com algumas de bancas vazias e pouco movimento. Os feirantes relataram que a feira de Datas é “fraca/devagar” devido a alguns fatores como a obrigatoriedade de pagamento de uma taxa pela banca à prefeitura, bem como o costume que a população tem de frequentar a feira de Gouveia, município vizinho que possui uma feira livre muito dinâmica. Inaugurado em 2013 o espaço para feira possui boa estrutura com área coberta, bancas de alvenarias com pedra ardósia, piso de concreto e um espaço destinado à armazenagem de produtos com refrigeradores (ver figura 17).



Figura 17. Espaço de armazenagem de produtos da feira livre de Datas. À esquerda sala com refrigeradores e a direita uma câmara de frios

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Conforme relato de feirantes de Datas, após a inauguração do mercado houve boa adesão de agricultores que iam à feira levar seus produtos para comercializar, mas as vendas fracas e dificuldades com transporte fizeram com que a feira se esvaziasse. A prefeitura cede um caminhão que passa em algumas comunidades de 15 em 15 dias, comumente se faziam presentes na feira às comunidades de Vargem do Basto, Fazenda Santa Cruz, Palmital, Cachimbos e Tombadouro, compondo cerca de 11 a 15 feirantes. De acordo com os feirantes, por sábado um agricultor conseguia apurar em média de 30 a 100 reais.

Já em Datas por sua especificidade histórica e o estabelecimento de um campo de disputa política, acabou por marcar um distanciamento dos atores sociais e limitando a atuação das organizações existentes no município vinculado à agricultura familiar: STR, Associações comunitárias, CMDRS. O histórico e atuação dessas organizações serão expostos no próximo capítulo.

CAPITULO 4

UM PROGRAMA, DUAS REALIDADES

Turmalina e Datas são localidades de um mesmo território, mas possuidoras de especificidades econômicas, políticas e sociais próprias. A escolha dos dois municípios foi feita pensando em abarcar os diversos contextos encontrados no Território do Alto Jequitinhonha, não como forma de promover uma generalização dos fatos, mas demonstrar que cada lugar possui singularidades que, de uma forma ou de outra, interferem na efetivação de uma política pública no plano do local. Portanto, buscou-se compreender a seguinte questão: como se dá a gestão de um mesmo programa público em realidades distintas?

4.1- Gestão “compartilhada”

O processo de compra de alimentos da agricultura familiar em Turmalina é muito parecido entre as instituições gestoras do recurso do PNAE - escolas estaduais e prefeitura.

A prefeitura de Turmalina é responsável por 27 escolas municipais: 19 rurais, 8 urbanas e 9 creches (sendo 4 rurais e 5 urbanas) atendendo a um total 1822 estudantes, segundo dados apurados do ano de 2016. A compra de produtos da agricultura familiar passa por vários setores, mas a administração do programa é efetuada por nutricionistas que atuam na Secretaria de Educação. Primeiramente é elaborado o cardápio com os produtos a serem comprados, observando-se as leis estabelecidas para este fim e a produção local que já é conhecida através da parceria com a Associação de Feirantes de Turmalina – AFTUR - que realiza um levantamento e repassa para as escolas. As chamadas públicas para aquisição de alimentos são lançadas duas vezes ao ano e no documento são estabelecidos os preços dos produtos, os quais são definidos conforme média de preços entre dois supermercados do município e a feira livre.

Realizada a chamada pública, a prefeitura recebe, até a data estipulada, os projetos de venda dos interessados. Os projetos são elaborados em formulário próprio do FNDE, disponível no próprio site da instituição ou adquirido impresso nas escolas gestoras. O formulário preenchido juntamente com as documentações exigidas devem ser dispostos em um envelope no qual se identifica a modalidade a que concorre: grupo formal, grupo informal ou individual. Nas duas primeiras modalidades, compostas por um conjunto de agricultores é realizado o preenchimento de um formulário para cada agricultor participante do grupo e são anexados documentos pessoais de cada participante. O projeto do grupo de agricultores (tanto formal quanto informal) é entregue nas instituições dentro de um mesmo envelope. Em

Turmalina, a AFTUR coordena o principal grupo informal de agricultores que participa do PNAE, organiza os projetos dos seus associados e demais agricultores interessados e dá suporte na venda de seus produtos para as escolas.

A próxima etapa no processo de compra é a seleção dos agricultores que irão fazer a entrega. A prioridade é dada a agricultores do município, somente quando não há é que são abertas oportunidade para agricultores de outros municípios. Por exemplo, encontrou-se a participação de uma cooperativa do município vizinho de José Gonçalves de Minas que realizava entrega de polpa de frutas para o PNAE, pois em Turmalina não houve proposta para este tipo de produto. A abertura dos projetos de compra pela prefeitura é realizada pelas nutricionistas responsáveis. Após conferência de documentação, observando quem está apto a participar, é realizada a seleção e divisão da demanda entre os agricultores conforme critérios instituídos pelo FNDE de forma a que todos participem.

A etapa a seguir, realizada pela prefeitura, é a celebração dos contratos dos projetos selecionados que são assinados pelos agricultores que farão as entregas. As assinaturas são colhidas na própria prefeitura para os agricultores que podem ir durante a semana na cidade, para os que não têm essa possibilidade o contrato é repassado para AFTUR que colhe as assinaturas dos agricultores durante a feira livre, aos sábados. Oficializado os contratos é estabelecido um cronograma, segundo o qual, geralmente os agricultores realizam a entrega de produtos semanalmente de acordo com a demanda. Esses produtos são entregues em um centro de distribuição da prefeitura ou nas próprias escolas municipais, pois devido a um número expressivo de escola nas zonas rurais – dezenove - alguns agricultores que residem próximos a elas realizam a entrega diretamente nessas escolas, facilitando a logística. A AFTUR realiza a emissão da nota fiscal para os agricultores do grupo informal que a repassam para a prefeitura. A última etapa do processo compreende o pagamento aos agricultores que é realizado via transferência bancária.

As escolas estaduais de Turmalina seguem procedimentos muito próximos a esses descritos acima. No município, existiam em 2016 seis escolas estaduais, todas urbanas - uma delas de educação especial, o CESEC (Centro Estadual de Educação Continuada). A chamada pública é elaborada pelos profissionais ATB financeiro (Assistente Técnico de Educação Básica - financeiro) e os (as) diretores (as) das escolas, que juntos administram o programa. Nas três escolas estaduais pesquisadas nesse município, geralmente, realiza-se apenas uma chamada por ano, mas em casos excepcionais, a depender da necessidade, realiza-se duas. As chamadas públicas, além de terem ampla divulgação local, são publicadas no jornal IOF

(Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais); nelas são estabelecidos os preços dos produtos determinados conforme uma média de preços entre três estabelecimentos comerciais e a feira livre.

A diferença no processo entre as escolas estaduais e a prefeitura está na abertura do projeto de venda: a escola recebe os projetos de grupos informais, grupos formais e individuais e, em dia e hora previamente marcados, ocorre a abertura dos projetos de venda em reuniões nas próprias escolas. Nessas reuniões são acordadas entre os participantes as divisões dos produtos levando em conta a escala de critérios de seleção instituída por resolução do FNDE. Há o costume entre os agricultores de dividirem em partes iguais a demanda da escola entre os agricultores que estão ofertando os produtos de forma que todos os agricultores interessados e aptos participem. As entregas dos produtos alimentícios são realizadas regularmente nas próprias escolas e conforme a demanda a partir da organização do cardápio, assim alguns agricultores entregam semanalmente, outros quinzenalmente, em algumas escolas há um sistema de rodízio, onde cada período de um ou de dois em dois meses um agricultor ou um grupo realiza a entrega, ao fim do período passa para outro(s) agricultor(es) realizar(em) a(s) entrega(s). Os meios de transporte utilizados são diversificados: veículo próprio (carro ou moto), transporte escolar e transporte feirante. Os pagamentos são realizados via cheques nominais e são divididos em três a cinco parcelas ao longo do ano.

Os demais recursos voltados à compra de alimento para a merenda escolar em Turmalina, ou seja, 70% são utilizados para realizar compras por licitação no comércio local. Os gestores entrevistados relataram que, em 2016, estavam com dificuldades, pois havia uma baixa participação dos comércios locais devido à grande variação nos preços ao longo do ano. Pois como a chamada é realizada uma ou duas vezes ao ano, os estabelecimentos receiam em assumir compromisso de entrega a partir de um preço e terem prejuízo caso o produto aumente de preço, como foi o caso do feijão sofreu grandes variações em um mesmo ano.

Observou-se uma participação majoritária no PNAE, de agricultores familiares do próprio município de Turmalina, com exceção de alguns poucos produtos que não se encontravam disponíveis e se fez necessário buscar em outros municípios vizinhos, como Inhame em Minas Novas e polpa de fruta em José Gonçalves de Minas. Essa proximidade dos produtores com compradores faz ocorrer um fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, onde os produtos percorrem distâncias e tempos pequenos desde sua origem

até seu destino, neste caso com máximo de 96,7 Km percorridos⁴⁰.

Um aspecto importante a se destacar é que, no município de Turmalina, encontrou-se uma espécie de "arquitetura de rede" informal, que combina gestores públicos e instituições de base organizativa e de mediação da agricultura familiar que de forma sólida, participam da gestão do PNAE. Isso tem imprimido uma espécie de gestão "compartilhada" garantindo espaços de participação do (as) agricultores (as). Compõe essa rede a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR), o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), a Emater e o CMDRS.

Essa gestão social "compartilhada" é estimulada por organizações de base social com fortes vínculos com movimentos sociais de lavradores na luta por terra e oportunidades de desenvolvimento. É o caso do CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, organização criada em 1994 por mobilização de agricultores organizados no Sindicato de Trabalhadores Rurais e contou com o apoio de pastorais sociais da igreja católica e de outras instituições sociais. Assim o CAV é fruto de mobilização de organizações de lavradores e da sociedade civil e desenvolve trabalho ativo em vários municípios buscando "contribuir no desenvolvimento da agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha por meio de práticas sociais que permitam influenciar nas políticas públicas, melhorar as condições de vida, as relações humanas e o convívio com o meio ambiente" (CAVJEQUI).

O senhor Samuel Nogueira (36 anos) técnico em agroindústria do CAV, participou de forma muito próxima da implantação e evolução do programa do PNAE em Turmalina, assessorando a AFTUR. De acordo com ele, quando no ano de 2009 entrou em vigor a compra institucional de produtos alimentícios da agricultura familiar, todos - prefeitura, escolas, agricultores e organizações - tinham dificuldade em lidar com o processo burocrático do programa. As escolas não realizavam as compras da agricultura familiar alegando que no município não tinha produção. Por outro lado, os agricultores não tinham informação sobre o PNAE e desconheciam o programa. O senhor Samuel frisou que com a prática cotidiana o aprendizado foi construído, afirmou que a "*burocracia é sentida quando não se domina a papelada*". Segundo relatos colhidos, quando os agricultores dominaram os procedimentos do programa criaram mecanismos de participação e se tornaram "fiscais" da boa execução.

O CAV estimulou e apoiou a criação, em 2006, da Associação dos Feirantes de

⁴⁰ Distância calculada segundo dados de localização dos participantes do programa fornecido pelas escolas de Turmalina. Verificou-se entre os fornecedores que a distância máxima entre a unidade de produção e as escolas, por rodovias, era de 96,7 Km. Sendo a cooperativa de polpas de fruta em José Gonçalves de Minas a maior.

Turmalina - AFTUR -, que contava em 2016 com 102 associados (as). Tais associados são agricultores familiares do município, produtores de alimentos, conforme perfil e sistema produtivo exposto no capítulo anterior e que comercializam parte de sua produção na feira livre e em alguns comércios do núcleo urbano de Turmalina. São agricultores com certo “*tino*” para os negócios e que buscaram se inserir em programas públicos. A ideia de uma organização de agricultores (as) feirantes surgiu da percepção de que a feira livre era grande instrumento de fortalecimento da agricultura local, fonte de renda aos agricultores, soberania e segurança alimentar da população. A AFTUR foi uma experiência piloto para desenvolver trabalhos em prol do fortalecimento da feira livre contribuindo assim,

para aumentar a qualidade, higiene, quantidade e a diversidade dos produtos ofertados nas feiras livres, e assim atrair mais consumidores. [...] As associações também construíram parcerias e influenciam nas políticas públicas locais, como na melhoria de estradas rurais, na infraestrutura dos mercados municipais, na conquista de espaços para o funcionamento da sede das associações e de funcionários para auxiliar nos trabalhos administrativos. Os feirantes também conquistaram o direito de se tornarem membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS (CAVJEQUI).

De acordo com Samuel Nogueira a criação da Associação de Feirantes de Turmalina foi um trabalho de “formiguinha” feito com muita luta e mobilização, articulando parcerias junto à prefeitura e outros órgãos na cessão de funcionários, estabelecimento próprio e equipamentos. Destacou que a AFTUR reproduz o estilo organizativo próprio das comunidades do município, sendo coordenada e dirigida pelos próprios agricultores familiares feirantes⁴¹ e sua atuação é essencial para o equilíbrio de forças no PNAE.

A partir da consolidação dessa iniciativa e efetivação dos seus objetivos o CAV apoiou a organização de feirantes em outros municípios do Jequitinhonha, como Veredinha, Chapada do Norte, Berilo, Minas Novas e Leme do Prado, sempre em parceria com prefeituras, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e entidades locais.

A Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR) se tornou um importante canal de interlocução entre os agricultores familiares e os processos de vendas para o PNAE. Atuando como coparticipante da gestão do programa, ela se encarrega de realizar levantamento da produção local, pesquisa de preço dos produtos alimentícios na feira livre, bem como sondar junto aos agricultores os produtos que estarão disponíveis no momento da chamada pública e os que poderão ser ofertado ao longo do ano. A AFTUR também atua diretamente na organização dos agricultores interessados em participar do PNAE, compondo

41 - Em 2016 compunha a mesa diretiva da AFTUR : Valdir Gonçalves de Castro (presidente – agricultor feirante), João Domingos Oliveira de Macedo (tesoureiro – agricultor feirante) e Maria do Carmo (secretária – funcionária prefeitura).

um grupo informal onde participam tanto agricultores associados como não associados que tem interesse em participar do PNAE. Quando são lançadas as chamadas públicas de escolas estaduais e prefeitura o núcleo diretivo da associação realiza uma reunião com associados e não associados interessados em participar, apresenta o edital da chamada e negocia a divisão dos produtos entre os agricultores (as) interessados (as) de tal forma que nenhum agricultor (a) fique excluído. Os funcionários da AFTUR auxiliam os agricultores a preencher o formulário padrão do projeto de venda que é entregue em um único envelope para a prefeitura e escolas estaduais.

A Emater, por sua vez, nesse processo, participa da gestão do PNAE como órgão fiscalizador e prestador de assistência técnica da produção dos agricultores familiares. Quando surgem novos agricultores querendo participar do programa o técnico da Emater realiza uma visita técnica no sítio para conferir o cultivo dos produtos que serão ofertados para as escolas e ver se está apto a adquirir a DAP. De acordo com o técnico da Emater, os agricultores são politizados o que influencia diretamente no bom funcionamento e gestão do programa. Outro papel exercido pela Emater é levar informação sobre os programas públicos existentes e estimular a participação, principalmente de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, a Emater e o CAV contribuem na gestão do PNAE assessorando os (as) agricultores (as) na participação no programa, divulgando as chamadas públicas, promovendo assistência técnica na produção e fiscalizando o andamento do programa no município.

Em Turmalina foi observado que a fiscalização do programa não fica somente no campo institucional, os próprios agricultores participam e, quando qualquer possibilidade de irregularidade é detectada são acionadas as instituições envolvidas para uma efetiva atuação dos órgãos gestores. No período de pesquisa de campo se teve a oportunidade de apreciar um desses fatos. Percebeu-se um alvoroço na cidade de forma que todos comentavam nas rodas de conversa e na feira, sobre um fato ocorrido: a prefeitura realizou um contrato com um agricultor do município vizinho para atender a demanda por mamão que não foi atendida por agricultores de Turmalina e, juntamente, contratou do mesmo, outros produtos. Agricultores e suas organizações em Turmalina desconfiavam que o agricultor não produzia os alimentos ofertados ao PNAE e comprava do Ceasa para revender para as escolas, configurando um atravessador. Acionaram então, em conjunto, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que realizou uma vistoria na unidade de produção do agricultor. A prefeitura exigiu um relatório

do CAE e em reunião com agricultores locais, suas organizações representativas, o agricultor “acusado” e o CAE, deliberaram pelo cancelamento do contrato. Assim, é comum que quando alguma irregularidade ocorre, logo são acionados os gestores e todas as instituições que participam da gestão “compartilhada” do programa e, entre si, tentam solucionar os problemas chamando os envolvidos para um diálogo em reunião.

Outro órgão que entra nesta “arquitetura de rede” é o CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável⁴². O CMDRS em Turmalina se tornou espaço de encontro entre diversos sujeitos sociais, onde assuntos de interesse coletivo são debatidos e deliberados. Uma importante atuação desse conselho frente ao PNAE é a circulação de informações. Nas reuniões do CMDRS são divulgadas as chamadas públicas do PNAE, assim como a realização de seminários, por exemplo, foi um encontro que ocorreu a pedido dos agricultores e organizações com a finalidade de conhecer melhor o PNAE e o processo de compra institucional.

O CMDRS no município de Turmalina passou a ser um lugar de diálogo, de embate e de busca de consenso entre poder público e a sociedade civil por uma gestão mais participativa e inclusiva. Este tipo de ação enfática da sociedade civil tem sido eficaz para inibir ações de irregularidade no PNAE.

4.2 - Gestão “centralizada”

Em 2016, no município de Datas, eram atendidos 733 estudantes na rede municipal, sendo 108 em creches, 172 na pré-escola, 423 no ensino fundamental e 30 no Mais Educação (escola de tempo integral). Nas escolas estaduais foram atendidos 844 estudantes.

Identificou-se 24 famílias de agricultores familiares que participavam do PNAE gerido pela prefeitura: 5 da comunidade de Poço Fundo, 3 da comunidade de Palmital, 5 da comunidade de Tombadouro e Vargem do Basto, 3 da comunidade de Cachimbos, 10 da comunidade de Fazenda Santa Cruz e 1 da sede do município. Nas duas escolas estaduais participavam 11 famílias: 2 de Tombadouro (escola do distrito); 6 da comunidade de Fazenda

42 - O CMDRS foi criado a partir de dificuldades afloradas no PRONAF infraestrutura que segundo CAZELLA *et al*, (2004, p. 15): “A ênfase dada à constituição de CMDR deve-se ao fato que o PRONAF Infraestrutura, diferentemente da linha de crédito rural, tem como pressuposto básico o envolvimento das comunidades rurais e dos agricultores familiares na concepção, gestão e fiscalização das políticas públicas. [...] Através dos CMDR, esperava-se constituir um espaço institucional cujas incumbências não se restringiam a uma arena de atuação política das entidades da sociedade civil, mas também a de ser uma estrutura com poderes para legitimar a condução das iniciativas locais, administrar os recursos existentes e zelar pela sua correta aplicação”.

Santa Cruz, 1 da comunidade de Poço Fundo, 1 da comunidade de Trupinha e 1 da comunidade de Lama Preta (escola da sede municipal).

Em Datas as formas com que os agricultores participam do PNAE eram por meio de grupo informal e individual. No processo de compra do PNAE no ano de 2016, notou-se distinção na gestão entre a prefeitura e as escolas estaduais.

O processo de chamada pública na prefeitura de Datas, no período pesquisado, era coordenado pela nutricionista e pelo secretário de educação. Este, ao ser questionado como se dava a gestão do PNAE no município quanto à compra de alimentos da agricultura familiar, realizou uma retrospectiva do programa desde sua implantação em 2009 e afirmou que a *“cada ano há um amadurecimento do programa: (...) A prefeitura foi adquirindo experiência com o programa, contornando as dificuldades e apreendendo a lidar com o processo”*.

Os responsáveis pelo PNAE na prefeitura relataram que o processo de compra de alimentos da agricultura familiar se inicia com uma pesquisa de preço realizada em três estabelecimentos comerciais no município e no vizinho, Diamantina, sendo que não há pesquisa de preço na feira livre. Importante destacar nesse processo é que a instituição financiadora do programa, o FNDE, em manual de instrução do programa às instituições gestoras, recomenda que a pesquisa de preço deva ser realizada no comércio local dando preferência a feiras livres⁴³. Curioso é que em Datas há a existência de um espaço da feira livre para os agricultores familiares.

Os responsáveis pelo programa elaboram a chamada pública uma vez por ano, a média dos preços pesquisados vem estabelecida no edital, caso seja necessário é realizado outra chamada ao longo do ano. A chamada pública é fixada e divulgada em locais públicos, prefeitura, Emater, escolas municipais e comércio. Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais relatou que não recebia o edital da prefeitura por fazer oposição política a gestão do então prefeito.

Não há entrega de projeto de venda por parte do agricultor; há o estabelecimento de uma reunião na prefeitura em data e local previamente determinados e divulgados, onde então se reúnem os responsáveis da prefeitura pela compra, agricultores interessados em participar do programa e a EMATER. Nessa reunião é explicada a chamada pública, produtos,

43 - Na 2ª edição do manual da agricultura familiar disponibilizado pelo FNDE dispõem: “O preço de aquisição de cada produto será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagem, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. A pesquisa de preços deverá dar preferência à feira do produtor da agricultura familiar, quando houver” (FNDE, 2017, p.15).

quantidade e preço aos agricultores presentes que expõem os produtos e a quantidade que podem ofertar. Os coordenadores da reunião após incentivarem os agricultores a produzirem, realizam um cadastro dos interessados em participar. Neste momento é preenchido um formulário, recolhendo toda documentação do agricultor (identificação e DAP), e os responsáveis pela gestão do programa na prefeitura informavam ao agricultor que, quando a escola precisasse dos alimentos eles entrariam em contato e solicitariam a entrega. Mas, muitos agricultores relataram que esse contato não era realizado ou raras vezes era feito solicitações de entrega. Alguns agricultores indicaram que a prefeitura concentrava a demanda em poucos agricultores, geralmente os que tinham uma relação mais próxima com a gestão municipal. Outro aspecto sutilmente apontado foi o fato de, ao fim do ano, agricultores cadastrados eram procurados para assinarem a entrega de produtos para o PNAE, mas as vezes eles não respondiam por aquela entrega assinalada. Tais fatos, no dizer dos agricultores tinha sido motivo de desistência e falta de interesse em participarem do programa do PNAE.

O processo de compra de produtos da agricultura familiar pela prefeitura de Datas é concluído com a prestação de contas. Segundo o secretário de educação e a nutricionista, ao final do mês se realiza um balanço das entregas dos produtos pelos agricultores, esse balanço era repassado para a Secretaria de Agricultura, esta emitia as notas fiscais e realizava a prestação de contas para órgãos responsáveis pelos recursos destinados à alimentação escolar (FNDE e Prefeitura). Recebendo o recurso do FNDE eram liberados os pagamentos dos agricultores familiares por meio de transferência em conta bancária.

A logística de entrega em Datas é acionada conforme a demanda das escolas pelos produtos. Quando a prefeitura necessitava, entrava em contato com o agricultor por telefone, por bilhete, através do carro da prefeitura em idas nas comunidades ou pessoalmente quando o agricultor ia até a prefeitura. Os transportes utilizados para entrega dos produtos na maior parte das vezes eram veículos próprios - motos ou carros. Utiliza-se também o transporte escolar e carros da prefeitura que transitam com frequência pelas comunidades. Os alimentos eram direcionados para um centro de distribuição da prefeitura denominado “Coordenação da merenda” e posteriormente distribuído às escolas. Alguns agricultores entregavam semanalmente outros quinzenalmente dependendo do tipo de produto e da sua durabilidade.

Os outros 70% do recurso financeiro destinado à merenda escolar eram utilizados em compras através de licitação modalidade pregão. Em 2016 quem ganhou essa licitação foi um supermercado local.

Já nas escolas estaduais do município de Datas o processo ocorre de forma

diferente da prefeitura, sendo mais condizente com o que é expresso na lei. Primeiramente é realizada consultas prévias na feira livre junto com Emater para identificar quais produtos que os agricultores locais poderiam disponibilizar durante o ano. A partir desse levantamento era realizada pesquisa em três estabelecimentos comerciais e na feira do município para estabelecer o preço na chamada pública. Os diretores das escolas juntamente com funcionários elaboram a chamada pública e os agricultores têm um tempo determinado para enviar o projeto de venda às escolas. Percebeu-se que não havia uma ampla divulgação dessas chamadas públicas, pois ao falar do processo de compra de produtos da agricultura familiar nas escolas estaduais, muitos agricultores, até mesmo os que participavam do PNAE pela prefeitura, desconheciam que existia este processo nas escolas estaduais. Os que entregam para as estaduais afirmaram que ficaram sabendo através de alguém conhecido da escola que informa pessoalmente sobre o processo.

Na escola estadual da sede municipal são realizadas de uma a três chamadas públicas ao ano, já na escola do distrito uma chamada por ano era suficiente para atender a demanda. Em data e hora marcadas no edital ocorria a abertura dos projetos em reunião aberta ao público nas escolas, os agricultores que entregaram o projeto acompanhavam o processo. Nesse momento, os participantes presentes quase sempre optavam por realizar a divisão da demanda entre os agricultores. Posteriormente é assinado o contrato entre as partes e a entrega dos alimentos se dá conforme a necessidade da escola e a disponibilidade de recurso. Segundo os diretores das escolas, ultimamente estava ocorrendo atrasos no repasse de recurso e, as vezes corte, o que deixava a escola receosa em realizar compras e não ter recurso para efetuar o pagamento. Isso vinha prejudicando a qualidade da merenda, pois havia que realizar economia do recurso que tinham em caixa, até receber nova parcela, dessa forma, escolhiam produtos mais em conta.

Era elaborado um cronograma de entrega, porém ele poderia sofrer eventuais mudanças a depender de maior demanda da escola e da possibilidade de entrega do produto pelo agricultor, sendo necessário, às vezes, mudar o cardápio ou fazer adaptações. De forma geral, as entregas dos produtos nas escolas eram realizadas toda semana e os agricultores utilizam transportes variados, para tanto: veículo próprio, transporte escolar ou o carro da prefeitura para a escola da sede; na escola estadual do distrito, dois agricultores costumam fazer as entregas em carrinho de mão, pois residem perto da escola.

Em Datas, no período de investigação, a Emater possuía estreita ligação com a administração local e participava efetivamente como parceira em diversos empreendimentos

ligados a prefeitura. No PNAE a Emater dava apoio na divulgação, levantamento da produção local, assistência técnica ao agricultor e auxílio nas reuniões de captação de agricultores fornecedores de alimentos para a merenda escolar. Outro papel da Emater nesse processo era fiscalizar, sendo a instituição que fornece aos agricultores familiares a DAP, documento necessário para a participação no programa. Esse órgão verificava se a pessoa que reivindicava a DAP se enquadrava nas exigências de obtenção deste documento⁴⁴. Durante uma reunião do CMDRS em Datas, pode-se observar esse papel da Emater: o técnico apresentou aos representantes no conselho três solicitações de DAPs que haviam chegado à instituição, o técnico da Emater verificou com os conselheiros se conheciam os agricultores e as suas unidades de produção e se esses agricultores se enquadravam nos critérios de obtenção do documento. Após uma breve discussão em que os conselheiros deram seus pareceres sobre os agricultores requerentes, foi sinalizado positivamente para concessão da DAP.

O CMDRS em Datas é um espaço de encontro participativo entre o poder público a sociedade civil e suas organizações, onde se discute pautas de interesse do município. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Datas, em 2016, Haroldo Oliveira relembrou o percurso histórico desse conselho, afirmou que antes de sua gestão era centralizada na administração local e Emater, mas ao longo dos anos foi adquirindo caráter mais democrático e no momento da pesquisa, o CMDRS tinha certa relevância no município e contava com a participação de várias organizações da sociedade civil local. Apesar disso, o CMDRS em Datas fazia uma tímida divulgação das chamadas públicas do PNAE.

Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Datas, conforme entrevista cedida pelo então presidente da instituição, Haroldo Oliveira, esteve por longo período sem atividade no município, mas por meio de uma mobilização de agricultores para ativar o sindicato, conseguiu-se restabelecer as atividades. O sindicato tem sido uma organização importante de interlocução entre os agricultores familiares e programas públicos levando informações aos agricultores e apoiando na garantia de direitos sociais, como a aposentadoria rural. Mas segundo o presidente do STR, no município há pouca participação e engajamento em assuntos e ações de interesse público. No PNAE o sindicato não tem participação ativa, tal situação foi

44 - Declaração de Aptidão ao Pronaf, Segundo MDA (2010) é um instrumento para identificar o agricultor familiar e suas formas organizativa em pessoas jurídicas que estão aptos a realizar operação de crédito rural através do Pronaf. Para que o agricultor tenha posse desse documento deve-se enquadrar em vários critérios estabelecidos por regimentos do programa, como: não dispor, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais e obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária. Para mais informações sobre obtenção da DAP ver: www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf.

justificada pela oposição à administração vigente no período pesquisado.

No município de Datas, chamou a atenção a quantidade de associações comunitárias existentes. Em entrevista com membros dirigentes de três associações: Grupo de Produtores Rurais de Tombadouro, Associação Pró-melhoramento de Palmital e Associação Pró-melhoramento da Comunidade Fazenda Santa Cruz; percebeu-se que a constituição dessas associações objetivava, de certo modo, um mesmo fim: captura de recursos públicos. Emater e prefeitura foram dos primeiros parceiros que realizaram a interlocução dos grupos de agricultores com políticas públicas. No Distrito de Tombadouro estas instituições iniciaram suas atividades depois que o Fundo Cristão de Amparo à Infância começou a apoiar esta comunidade e desenvolveu projetos por 28 anos, período em que transferiu recursos para a comunidade. A prefeitura foi uma incentivadora de criação de associações no município. Na comunidade de Santa Cruz, as dirigentes da associação relataram esse papel apoiador da prefeitura que durante muitos anos captou recursos para a construção de uma granja e levou o Fundo Cristão a esta comunidade.

Já a associação da comunidade de Palmital, no período da pesquisa estava inoperante com pendência de renovação dos dirigentes e fraca participação dos associados e se encontrava em um estado de inércia, não havia mais reuniões, contribuições e nem projetos. A Associação Pró-melhoramento de Palmital teve seu auge quando havia uma conjuntura favorável de recursos públicos destinados a atender as associações comunitárias. O último projeto que esta associação geriu foi o PAA entre os anos de 2012 a 2014, vencendo a proposta do edital da CONAB no valor de R\$ 413.000. Juscelino Gonçalves (49 anos), narrou que a Associação de Tombadouro também geriu um recurso do PAA no valor de R\$156.000,00 e que no período de entrega para o PAA muitos integrantes da família direcionaram as atividades para agricultura concentrando na produção de alimentos para entregar neste mercado institucional, pois o recurso era grande assim como a demanda. Na visão das associações, este programa deu um ânimo e aqueceu a produção de alimentos da agricultura familiar local. Nas entrevistas com os agricultores foi perceptível essa mudança alavancada pelo PAA no município, pois todos lembravam os momentos de fatura promovidos pelo PAA, na produção e na renda, muitos relataram que produziam muito, pois tinha destino certo de venda e com um volume grande de produtos ao contrário do PNAE em que o volume comercializado é pequeno. A única associação que possui DAP jurídica e participa no PNAE como grupo formal é Associação pró-melhoramento da Comunidade Fazenda Santa Cruz fornecendo carne de frangos e ovos da granja. Os agricultores participam

no PNAE através de grupo informal e na modalidade individual.

Analisando a maneira como o PNAE era conduzido no município de Datas observou-se que foi construído um molde de gestão “centralizada” no qual a administração do programa se concentrava nas instituições gestoras, prefeitura e escolas estaduais, contando com uma pequena participação da Emater quanto ao levantamento da produção local. Observa-se, pois, que a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da sociedade civil é “dificultada” pelo estabelecimento de um campo de disputa político municipal que distanciam os sujeitos sociais. Portanto, o estabelecimento de uma gestão mais compartilhada esbarrava nas relações políticas de poder, sendo um entrave para que se estabeleça no município uma “articulação de redes” entre as instituições representativas atuantes no município.

Após descrever o processo de compras da agricultura familiar nos dois municípios, foram observados elementos que permeiam a gestão desta política e instâncias mediadoras de governança.

4.3 - A operacionalização da Lei Nº 11.947 na área de estudo

Desde a sua implantação no ano de 2009, a lei 11.947 promoveu mudanças no Programa de Alimentação Escolar e introduziu a obrigatoriedade de destinar 30% dos recursos do FNDE para comprar produtos da agricultura familiar, foi sendo reestruturada objetivando englobar no programa elementos que fossem condizentes com suas diretrizes e com a realidade local. Isso foi possível através da análise das prestações de contas e avaliação do programa⁴⁵ que constaram, a princípio, uma baixa participação da agricultura familiar, problema este relacionado ao fator preço, principalmente. Neste sentido Valdir Gonçalves (Presidente da AFTUR) e Boaventura Soares (Técnico do CAV) relataram que os primeiros anos de implantação desta lei: cujos preços dos produtos estabelecidos no edital da chamada pública eram os disponíveis na tabela de preços da CONAB⁴⁶. Sendo este um valor abaixo do mercado local, não despertava interesse dos agricultores em participarem. Outro elemento

45 - Conforme Oliveira (2015, p. 28), “O monitoramento do PNAE é realizado de duas formas pelo FNDE. A partir da análise de documentos (recebimento de denúncias, relatórios de órgãos de controle externo, informações de terceiros e relatórios de monitoramento/auditoria) ou através de vistoria nos locais”. Para melhor detalhamento do processo de avaliação ver Oliveira (2015), “Desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional no programa nacional de alimentação escolar: um método de análise”.

46 - Companhia Nacional de Abastecimento. Fator também descrito por Castro e Bombardi (s/d, p. 12) ao dispor do processo de chamada pública, onde relata o problema inicial de constituição da lei 11.947, cujo “O preço de referência, também mencionado na chamada pública, é estabelecido com base na tabela da Conab11 elaborada a partir dos preços praticados nas Centrais Estaduais de Abastecimentos – CEASAS”.

importante na adequação da lei foi a inclusão da categoria grupos informais que abriu maiores possibilidades de participação, uma vez que nesta nova categoria o processo é simplificado e menos burocrático, dispensando documentos exigidos dos grupos formais e também passa a condizer com a realidade, pois muitos agricultores familiares se organizavam de maneira pouco formalizada.

De certa forma as especificidades locais e os interesses dos agricultores demandaram dos gestores mudanças que ocasionaram alterações qualitativas significativas no PNAE e na lei que o regula.

Nas reformulações da lei a fim de alcançar os agricultores familiares, notou-se sucesso na evolução da participação dessa categoria no programa; em partes pelas mudanças citadas acima, bem como a partir de maiores informações e aprendizados de como funciona o PNAE. Na tabela 5 observa-se esta evolução, ao analisar o volume de recursos gastos com a agricultura familiar no Território do Alto Jequitinhonha do ano de 2011 a 2015, é possível notar que ao longo desse período houve um aumento dos municípios que passaram a comprar da agricultura familiar. Em 2011 foram cinco municípios que não compraram da agricultura familiar, em 2012 foram três, 2013 baixou para dois, em 2014 voltou para três e em 2015 foram somente dois municípios que não gastaram recurso com a agricultura familiar. Os piores resultados estão em Serra Azul de Minas e Gouveia, importante frisar que este último município tem uma feira livre da agricultura familiar expressiva e afamada na região. Fato é que em entrevistas na feira livre de Datas muitos feirantes expuseram que a feira de Gouveia com forte atração, uma vez que muitos se dirigiam ao município vizinho, para compras nesta feira livre. No entanto, a prefeitura de Gouveia, como instituição gestora, comprou da agricultura familiar somente no ano de 2012 míseros 1,29% do recurso do FNDE que foi de 56.028,00 mil reais.

Municípios do Alto Jequitinhonha	2011			2012			2013			2014			2015		
	Recurso recebido do FNDE para o PNAE (R\$)	Recurso gasto com a agricultura familiar (R\$)	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)	Recurso recebido do FNDE para o PNAE (R\$)	Recurso gasto com a agricultura familiar (R\$)	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)	Recurso recebido do FNDE para o PNAE (R\$)	Recurso gasto com a agricultura familiar (R\$)	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)	Recurso recebido do FNDE para o PNAE	Recurso gasto com a agricultura familiar	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)	Recurso recebido do FNDE para o PNAE	Recurso gasto com a agricultura familiar	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)
Senador Modestino Gonçalves	33.648,00	0,00	0,00	42.084,00	0,00	0,00	42.799,2	5134,34	12,00	36003,60	17724,28	49,23	41.159,60	21.360,78	51,90
Serra Azul de Minas	34.440,00	0,00	0,00	34.152,00	6.098,99	17,86	33.440,00	0,00	0,00	40.896,00	1.444,06	3,53	32.652,00	-	0,00
Serro	135.900,00	48.242,38	35,50	157.602,00	43.169,11	27,39	177.294,00	55.453,86	31,28	119.696,00	9.253,63	7,73	125.928,00	45.502,04	36,13
Turmalina	135.480,00	29.751,54	21,96	175.080,00	47.792,90	27,30	198.240,00	83.375,26	42,06	190.368,00	64.194,74	33,72	201.840,00	92.084,04	45,62
Veredinha	55.260,00	0,00	0,00	66.204,00	32.051,51	48,41	88.480,00	30.985,90	35,02	86.958,00	30.607,00	35,20	101.330,00	29.825,61	29,43
Aricanduva	28.980,00	22.538,27	77,77	32.220,00	21.100,50	65,49	42.100,00	12.715,00	30,20	32.368,00	8.587,50	26,53	31.616,00	4.513,92	14,28
Capelinha	172.020,00	2.763,70	1,61	208.512,00	69.489,38	33,33	216.660,00	93.047,00	42,95	208.170,00	-	0,00	235.908,00	91.380,90	38,74
Carbonita	60.540,00	19.229,18	31,76	68.652,00	18.288,20	26,64	80.100,00	9.719,37	12,13	87.136,00	24.143,77	27,71	119.958,00	30.569,38	25,48
Coluna	55.740,00	660,00	1,18	56.412,00	0,00	0,00	60.140,00	1.035,00	1,72	50.652,00	19.602,34	38,70	60.826,00	21.600,12	35,51
Couto de Magalhães de Minas	30.060,00	12.530,02	41,68	39.120,00	13.411,56	34,28	47.562,00	13.381,50	28,13	55.588,00	18.013,83	32,41	62.422,00	26.820,36	42,97
Datas	50.100,00	8.122,19	16,21	71.604,00	10.993,25	15,35	77.172,00	18.014,71	23,34	66.756,00	21.242,42	31,82	79.354,00	19.176,76	24,17
Diamantina	259.380,00	78.493,90	30,26	315.636,00	84.441,18	26,75	374.380,00	95.613,18	25,54	452.664,00	155.172,42	34,28	378.101,20	122.443,51	32,38
Felício dos Santos	41.220,00	5.244,95	12,72	45.984,00	11.966,28	26,02	47.520,00	19.783,05	41,63	43.434,00	0,00	0,00	49.754,00	12.931,32	25,99
São Gonçalo do Rio Preto	31.680,00	0,00	0,00	33.132,00	0,00	0,00	33.180,00	9.995,20	30,12	37.476,00	13.096,60	34,95	38.220,00	12.056,20	31,54
Gouveia	48.780,00	0,00	0,00	56.028,00	721,00	1,29	57.294,00	0,00	0,00	67.932,00	-	0,00	82.488,00	-	0,00
Itamarandiba	219.300,00	57.089,44	26,03	251.952,00	77.209,30	30,64	288.556,00	90.648,40	31,41	256.272,00	84.301,00	32,90	325.422,00	91.367,20	28,08
Leme do Prado	50.340,00	15.670,60	31,13	58.200,00	33.579,00	57,70	52.434,00	23.269,80	44,38	79.182,00	39.480,70	49,86	66.182,00	24.874,75	37,59
Minas Novas	210.420,00	44.722,93	21,25	227.952,00	56.480,09	24,78	230.720,00	36.452,57	15,80	196.896,00	95.527,47	48,52	212.904,00	66.133,10	31,06
Presidente Kubitschek	27.300,00	13.623,47	49,90	31.008,00	9.806,00	31,62	29.556,00	13.657,68	46,21	45.248,00	11.821,17	26,13	50.202,00	27.969,79	55,71
Rio Vermelho	93.780,00	6.056,00	6,46	104.484,00	7.178,00	6,87	111.816,00	600,00	0,54	90.846,00	5.270,00	5,80	102.956,00	22.570,80	21,92

Tabela 5. Relação de recursos repassados do FNDE para o PNAE às Prefeituras e recursos gastos com a agricultura familiar nos municípios do Alto Jequitinhonha – 2011 a 2015.
Fonte: Adaptado de FNDE, 2015.

Observa-se alteração no desempenho do município Senador Modestino que nos dois primeiros anos não comprou da agricultura familiar, mas nos outros três anos posteriores fez aquisições, com destaque para os anos de 2014 e 2015 com empenho em torno da metade da verba transferida do FNDE. Já o município de Aricanduva ganhou destaque com metas que surpreendeu nos primeiros anos: utilizou 77,77% do recurso com a agricultura familiar, mas com o passar dos anos foi reduzindo o volume para este fim, chegando em 2015 a atingir valor menor que o mínimo exigido por lei empenhando somente 14,28%.

Ainda analisando a Tabela 5 quanto à observância da lei nº 11.947 nos municípios pesquisados, apesar de haver uma evolução da participação da agricultura familiar, na maioria dos municípios as aquisições estão a baixo do mínimo exigido pela lei. Em Turmalina município onde há uma “*gestão compartilhada*” do programa promovendo uma maior efetividade deste, nem todas as escolas conseguiram atingir esse mínimo no período pesquisado. Por exemplo, a E.E. Lauro Machado, em 2015, gastou R\$ 14.890,60 em compras de produtos oriundos da agricultura familiar, o que representou 17,48% do total de recurso disponível que era de R\$ 85.138,00. A E.E. Badaró Junior forneceu dados referentes somente aos gastos com a aquisição da agricultura familiar em 2015 e afirmou que não conseguiu atingir a meta dos 30%, mas que em 2016 pretendiam alcançar o mínimo estipulado por lei. Já a prefeitura de Turmalina tem atendido a lei ultrapassando o valor mínimo exigido, e, conforme dados do FNDE apresentou uma evolução ao longo dos anos obtendo maior inserção da agricultura familiar neste mercado institucional. Até o mês de agosto de 2016 a prefeitura declarou que havia gasto 16,30% do recurso com a agricultura familiar. Neste município, das escolas pesquisadas somente E.E. Américo Antunes conseguiu atingir os 30% exigidos em lei, no ano de 2015 utilizou 31,10% (do montante de R\$ 60.813,50) para compras da agricultura familiar.

Em Datas, para a gestão municipal no ano de 2015, houve repasse federal no valor de R\$79.844,00, sendo que não foi informado quanto foi gasto com a agricultura familiar no mesmo período, mas de acordo com o secretário municipal de educação, cumpriu-se a meta de empregar 30% dos recursos com compras da agricultura familiar. No entanto, ao se analisar os dados do FNDE há uma divergência tanto no valor repassado quanto no empregado com a agricultura familiar. Segundo o FNDE o repasse e as aquisições da Agricultura familiar atingiu 24,17% do recurso de R\$ 79.354. Para o ano de 2016, o secretário de educação expôs que há certa relatividade em atingir a meta, pois com a crise financeira do país tem havido atrasos nos repasses das verbas do FNDE, que levava a prefeitura a ficar mais cautelosa com gastos, pois houve situações em que parte do recurso foi liberado somente no

ano subsequente, o que comprometeu a aquisição de alimentos para as escolas. Assim, “como comprar se não há recurso?” questionou. O que indicava incerteza de cumprimento da lei.

Nas escolas estaduais de Datas, como nas demais em Minas Gerais, o recurso provém do FNDE e o Estado mineiro tem a obrigação de participar de forma proporcional desse repasse de verba. Entretanto, os diretores entrevistados afirmaram que, muitas vezes esse repasse é feito de forma parcial, ou seja, somente recebem as parcelas provenientes do FNDE, nem sempre o estado mineiro entrava com a sua contrapartida. Adilersom dos Santos (46 anos), diretor da E.E. João Hemernegildo Caldeira afirmou que no ano de 2015 houve contrapartida do Estado, já em anos anteriores o Estado não repassou recurso ficando a escola somente com o valor repassado pelo FNDE para compra da merenda escolar. No ano de 2016 o Estado entrou com um recurso menor do que o esperado. Assim, em 2015, foram R\$ 38.600 o repasse do FNDE e do Estado 37.792, sendo que o gasto com a agricultura familiar foi de R\$ 10.150, o que representou **26,29%** do recurso do FNDE.

Na E.E. Professora Juliana Catarina da Silveira, no distrito de Tombadouro, foi fornecido os valores do ano 2015: o recurso para atender a alimentação escolar de 194 estudantes foi de R\$ 24.678,00 - somando o repasse do governo federal e do estadual, que não foram informados separadamente - deste montante, R\$ 7.410,00 foram destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar, o que correspondeu a **30,02%**. O pagamento aos dois agricultores familiares que entregavam alimentos para essa escola era realizado em cinco parcelas: de R\$ 904,00 para o que fornecia hortaliças, verduras e frutas, e de R\$ 578,00 para o agricultor que fornecia feijão.

As prefeituras muitas vezes entravam com contrapartidas disponibilizando valores, às vezes maiores que o repassado pelo FNDE. Assim afirmaram as nutricionistas da prefeitura de Turmalina: “*trabalhamos com demanda e não com teto de recurso*”, explicando o valor que a prefeitura entrava para complementar o recurso para a merenda. Já as escolas estaduais nem sempre podiam contar com a regularidade do recurso complementar do Estado, pois este era incerto e irregular. Essas diferenças de valores muitas vezes se refletiam na qualidade e quantidade das refeições servidas nas escolas, podendo comprometer, em partes, a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

O Sr. Adilersom dos Santos, diretor da E.E João Hermenegildo Caldeira, município de Datas, discorreu sobre os problemas decorrentes de escassez de recurso do governo estadual: a inconstância de verbas "força" a gestão escolar a optar por alimentos mais em conta para economizar e não comprometer a oferta regular de merenda aos estudantes, assim, nessas situações, geralmente passam a fazer uso de produtos mais baratos, como os

processados e os doces, o que levava a uma perda de qualidade da alimentação, ou em casos extremos, até mesmo em redução da quantidade de alimento ofertados a cada estudante. Esta era uma questão importante para as escolas, uma vez que muitos dos estudantes que elas atendiam são da zona rural e gastam um bom período de tempo no deslocamento de casa até a escola e no retorno para casa, e, muitas vezes a merenda escolar é uma refeição importante para sua nutrição. A escola se atentava a este fato e costumava adaptar o cardápio disponibilizando refeições mais completas, reforçada e de sal no primeiro e último dia letivo da semana.

A análise dos dados no Território do Alto Jequitinhonha demonstrou que havia uma boa participação da agricultura familiar no PNAE gestado pelas prefeituras, pois mais da metade dos municípios deste Território atendiam o mínimo exigido por lei na compra de produtos alimentícios da agricultura familiar, ou seja, 11 municípios em um universo de 20 (TABELA 5). Esta realidade foi encontrada também em outros estados do Brasil, como: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Sergipe, Minas Gerais e Rondônia. Nesses sete estados mais da metade de seus municípios atingem o mínimo exigido por lei de 30% do recurso do FNDE empregados na compra de produtos da agricultura familiar. Com destaque para Santa Catarina onde $\frac{3}{4}$ dos seus municípios atingem os 30% ou mais e o Rio Grande do Sul que também estava bem próximo desse percentual (ver tabela 6).

Ao analisar em território nacional os resultados do alcance de 30% de compras da agricultura familiar com recursos do FNDE, verificou-se que de um total de 26 estados e 1 Distrito Federal, há uma concentração espacial quanto a gestão deste programa: os estados que alcançaram melhores índices foram os que se localiza na região centro sul, já os que obtiveram baixos índices de aquisição de alimentos da agricultura familiar ao PNAE se concentram nas regiões norte e nordeste. No Amapá se encontrava os mais baixos índices de participação da agricultura familiar com 13,33% dos municípios do estado atingindo os 30% de compra da agricultura familiar, seguido do Piauí com 13,83% e do Amazonas com 14,75%.

A pesquisa de campo no Alto Jequitinhonha indicou dificuldades para escolas estaduais alcançarem o percentual mínimo. Das cinco escolas estaduais pesquisadas, três não alcançaram o percentual mínimo no ano de 2015 e duas conseguiram atingir, mas com valores muito próximos ao mínimo estabelecido por lei. Voltando esta situação para os estados que compõem a União, observa-se que somente dois dos 26 estados cumpriram com o percentual mínimo de compras da agricultura familiar: Paraná e Ceará, ficando Alagoas o pior resultado: 0%.

Tabela 6. PERCENTUAL DE COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS E DOS ESTADOS – BRASIL, 2015

Unidades da federação	Porcentagem dos municípios no estado que atingiram 30% de compras da agricultura familiar	Porcentagem de compra da agricultura familiar da Secretaria de educação do Estado *
Santa Catarina	75,93%	15,83%
Rio Grande do Sul	74,34%	16,35%
Espírito Santo	68,42%	19,37%
Paraná	67,33%	41,45%
Sergipe	53,33%	4,40%
Minas Gerais	53,11%	20,54%
Rondônia	50,98%	25,62%
São Paulo	41,87%	10,56%
Maranhão	39,90%	6,54%
Ceará	39,67%	43,34%
Bahia	37,98%	12,82%
Rio de Janeiro	33,69%	13,32%
Pará	32,41%	4,66%
Paraíba	31,83%	8,57%
Mato Grosso do Sul	27,84%	16,71%
Mato Grosso	27,65%	15,21%
Pernambuco	26,08%	10,59%
Alagoas	25,49%	0%
Goiás	24,69%	17,34%
Tocantins	21,73%	15,49%
Roraima	20%	14,67%
Rio Grande do Norte	18,56%	22,39%
Acre	16,66%	27,35%
Amazonas	14,75%	6,97%
Piauí	13,83%	1,35%
Amapá	13,33%	0,27%
Distrito Federal	-	9,08%

* Este dado é a soma de todas as escolas estaduais em cada unidade da federação, pois há o repasse do FNDE para Secretaria de Educação de cada Estado que repassa para cada unidade de escola estadual em sua jurisdição, portando o valor da terceira coluna corresponde à soma da porcentagem de compras da agricultura familiar realizada pelas escolas estaduais.

Fonte: : Dados compilados a partir de banco de dados do FNDE, 2015.

Oliveira (2015) em pesquisa desenvolvida na Região Metropolitana de Campinas – RMC, uma das regiões metropolitanas mais desenvolvidas do país, apontou que, no ano de 2013, dos 20 municípios que compõem esta região, 11 realizaram compras da agricultura familiar e desses apenas 3 municípios conseguiram atingir o percentual mínimo exigido por lei de 30%⁴⁷.

Elias (2016) em seu estudo em Santa Catarina apontou que nos anos 2011 a 2014 o estado esteve entre os três primeiros colocados em percentual de municípios que realizam compras da agricultura familiar. Em 2014 cerca de 73% dos municípios de Santa Catarina alcançaram 30% ou mais na compra de produtos alimentícios da agricultura familiar. Já as escolas estaduais refletiam a situação das unidades de federação no país, pois apenas 5% do recurso do FNDE foi empregado por elas na compra direta da agricultura familiar.

A falta de cumprimento da lei deve, obrigatoriamente, ser justificada quando os órgãos gestores prestam contas ao FNDE, correndo o risco de suspensão do recurso. A própria lei fundamenta justificativas ao abrir exceções caso haja inviabilidade da compra por situações adversas, como exposto no quadro abaixo. E muitas instituições têm se valido dessas condições para justificar o não cumprimento da lei.

47 - Ao analisar os dados do FNDE no ano de 2015 para esta região analisada por Oliveira, percebe-se que houve uma evolução dos resultados, cinco dos municípios que não realizaram compras da agricultura familiar local em 2011, em 2015 realizaram. Tomando por base a análise de Oliveira da RMC para o ano de 2011, em 2105 dos 20 municípios do universo de análise 15 realizaram compras direto da agricultura familiar, cujo 4 atingiram o percentual mínimo de 30% destinado à compras dessa categoria. Com destaque que surpreende para o município de Paulínia, a qual declarou ter empenhado na agricultura familiar um percentual de 573,33% (R\$ 1.188.000,00) do recurso do FNDE, ou seja, o valor gasto com a agricultura familiar foi mais de quatro vezes o valor repassado pelo FNDE que foi de R\$ 207.210,00. Compreende-se desse valor exorbitante que houve contrapartida da prefeitura com um valor mais de quatro vezes superior à do FNDE, os quais foram gastos com a agricultura familiar e declarados conjuntamente com o recurso federal.

Figura 18. Penalidades pela inobservância do percentual prescrito na Lei sobre a alimentação escolar

Art. 14
 § 2º A observância do percentual previsto no caput será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das seguintes circunstâncias:
 I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;
 II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
 III - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Fonte: BRASIL, 2009.

A justificativa mais utilizada pelas organizações gestoras do PNAE para o não cumprimento dos 30% obrigatórios por lei é o argumento da “falta de produção local”. Entretanto tal afirmativa precisa ser melhor contextualizada, pois dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2006 sobre o território do Alto Jequitinhonha não corroboravam esta justificativa, ao contrário, demonstraram o expressivo número de estabelecimentos rurais familiares, bem como produção agropecuária local (IBGE, 2006).

Oliveira (2015, p. 56; 48) encontrou a mesma justificativa em pesquisa na Região Metropolitana de Campinas (SP), afirmou que a frase *“Aqui não tem agricultor”* foi ouvida frequentemente em entrevista com gestores municipais. A mesma notou que havia dificuldades por ser uma região metropolitana com alto grau de urbanização os desafios são maiores, por *“não possui tradição agrícola e há pouca área e pessoas dedicadas à agricultura”*.⁴⁸ Portanto relatam os gestores que em muitas chamadas não recebiam propostas tendo que procurar cooperativas, já o agricultor encontrava dificuldades no processo burocrático e a questão de logística na entrega, não tendo meio de transporte para realizar entrega em várias escolas distribuídas pela região, pois cada escola estadual tem o seu processo de compras separadamente. A hipótese é que dificuldade das escolas estaduais em realizar compras da agricultura familiar e conseqüentemente não atingir o percentual mínimo, seria quanto ao processo ser descentralizado, ou seja, cada escola estadual realiza sua chamada. Tomamos como exemplo, Diamantina que possui 20 escolas estaduais, cada uma delas realizam a sua chamada pública, imaginemos o que seria para o agricultor entregar 20 projetos em diferentes escolas espalhadas pelo município de Diamantina, sendo que 6 estão em distritos. Já para as escolas

48 - Reclamavam os gestores que em muitas chamadas não recebiam propostas tendo que procurar cooperativas, já o agricultor encontrava dificuldades no processo burocrático e a questão de logística na entrega, não possuindo muitas vezes meio de transporte para realizar entrega em várias escolas distribuídas pela região (Oliveira, 2015).

municipais o processo é centralizado na prefeitura, somente uma chamada para todas escolas municipais, facilitando o processo cujo o agricultor realiza a entregar de somente um projeto. Caso houvesse uma chamada para todas as escolas estaduais em cada município, como é para a prefeitura, acredita-se que os resultados seriam mais expressivos, bem próximos dos municipais quanto a compra de alimentos da agricultura familiar.

Nos últimos quatro anos a prefeitura de Turmalina tem atingido a meta com números maiores que os mínimos 30% exigidos por lei; já as escolas estaduais desse município precisam, muitas vezes, justificar o não cumprimento da lei. Em Datas a prefeitura e a escola estadual da sede têm que realizar justificativas, pois não atingiram o mínimo estabelecido.

Sintetizou-se para os municípios pesquisados as principais dificuldades encontradas nas compras de produtos alimentícios da agricultura familiar que interferiram para alcançar o percentual de compras e foram apresentadas para justificar o não cumprimento da lei.

1 – Irregularidade da produção: uma das características da agricultura familiar neste Território é o ritmo de produção marcado pela sazonalidade. As estações demarcam a época de plantar e de colher. A regularidade da produção e oferta por muito tempo limitou a participação da agricultura familiar em mercados que não fossem as feiras livres, compondo-se um gargalo para a comercialização da produção da agricultura familiar. Este tem sido o principal problema exposto pelos gestores entrevistados que reclamavam da falta de produtos ao longo do ano, adaptações têm sido utilizadas substituindo produtos por outros. Mas não deixa de ser uma questão para os gestores que acostumaram a ter disponível todos os produtos que necessitavam quando realizavam compras somente via licitação em supermercados. Entretanto, esse fato indica uma dissonância de perspectiva entre quem elabora os cardápios com a produção local.

2 - Logística: são problemas de meios de transporte regulares para a produção dos agricultores, mas também de má conservação de estradas que ligam a sede às comunidades rurais. Muitos agricultores buscavam montar sua logística utilizando meios alternativos de transporte pegando carona nos carros escolares, caminhão feirante, veículos da prefeitura que transitam nas comunidades, mas ainda encontravam muitos entraves na entrega.

3 – Comunicação: O cronograma de entrega serve de base, mas muitas vezes é necessário entrar em contato com o agricultor para realizar pedidos e na maioria das comunidades não há telefone ou celular, e muitas vezes não se consegue entrar em contato com o agricultor. Algumas alternativas são utilizadas para amenizar o problema, como enviar recados por

alguém que estava indo para a comunidade ou bilhetes através dos carros da prefeitura que circulam nas comunidades, ou ainda ligando para alguém próximo para passar o recado. Mas a comunicação irregular é um empecilho apresentado pelos gestores para adquirir produtos da agricultura familiar.

4 – Interferências climáticas: esse é um problema relatado no município de Turmalina, situado em área de transição para o semiárido onde ocorrem secas recorrentes e períodos de escassez hídrica que interferem na produção, em alguns anos foram relatados perda de grande parte da produção, interferindo no compromisso de entrega para as escolas dos produtos contratados.

5 – Dificuldade com o processo: essa dificuldade foi relatada em Datas, nessa cidade, a prefeitura não faz a entrega dos projetos de venda e nem faz o preenchimento de documentos com os próprios agricultores, quando os agricultores participam do processo nas escolas estaduais, que tem esta etapa, acabam tendo dificuldade com a papelada necessária.

6 – Qualidade dos produtos: dificuldade encontrada em Datas, onde as instituições gestoras reclamaram da qualidade dos produtos alegando que fogem do padrão exigido em lei; aqui é necessário estudos mais ampliados, pois pode estar baseado em pré-conceitos relativos à produção familiar, que não tem padrão uniforme dos produtos baseados na agricultura fordista.

7 – Falta ou atraso nos recursos: esta foi uma dificuldade recorrente em toda área de estudo, os gestores, principalmente das escolas estaduais, reclamaram dos atrasos ou corte de recursos que prejudicavam muito a aquisição de produtos para merenda escolar, bem como sua qualidade, como já explicitado anteriormente.

Em pesquisa do NEDET⁴⁹ Alto Jequitinhonha, no ano de 2016, em todos os municípios desse território, levantou-se também questões que dificultavam a operacionalização do PNAE: dificuldade com emissão de notas fiscais, falta de certificação para venda de produtos beneficiados, falta de fiscalização e nutricionistas que apoiem as escolas estaduais.

Por outro lado, nas entrevistas com os agricultores nos municípios pesquisados, foi muito frequente a ênfase com que declararam o interesse em comercializar seus produtos para as escolas e prefeituras, pois avaliam que é um canal seguro de comercialização, mas afirmavam também que, muitas vezes, esbarravam em diversas dificuldades:

- a) Logística (comentada acima);

49 - Como citado anteriormente, além de uma pesquisa aprofundada nos municípios de Datas e Turmalina, a pesquisadora também acompanhou a equipe do NEDET (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial) do Alto Jequitinhonha em levantamento exploratório sobre o PNAE em sete municípios.

- b) Sazonalidade da produção: em Datas relatavam que produziam e as escolas não solicitava os produtos produzidos; em Turmalina afirmaram que as escolas não solicitavam os produtos quando estão disponíveis (época) e quando solicitam não tem mais o produto para a entrega, geralmente já vendaram na feira ou para os supermercados;
- c) Oscilação de preços: como já comentado anteriormente, quanto à crise que o país atravessa acaba repercutindo no mercado uma variação de preço ao longo do ano.
- d) Compromisso com a entrega: diversos agricultores relatam que avaliam como um problema fazer compromisso de entrega e ocorrer eventualidades e sazonalidades que possam fazer com que eles não consigam honrar o contrato firmado. Esse é um motivo para muitos não participarem: o receio em quebrar o compromisso.

No município de Turmalina, no período pesquisado, todos os entrevistados avaliavam que o PNAE tinha funcionamento efetivo e participativo e o consideravam como um programa público que fortalecia de fato a agricultura familiar. O tipo de “gestão compartilhada” que se estabeleceu no município com a participação efetiva de instituições públicas, não governamentais e da agricultura familiar possibilitava eficácia na gestão do PNAE. A exemplo, na democratização da divulgação: em Turmalina as chamadas públicas para o PNAE têm ampla divulgação não somente em locais públicos, mas através de funcionários e associações comunitárias que fazem a comunicação entre as famílias agricultoras locais. As associações de agricultores têm um importante papel de interlocução entre os programas públicos e as famílias, sendo um ponto de apoio ao amenizar as dificuldades que os agricultores encontram com as documentações necessárias e os procedimentos burocráticos.

Em Datas, no período pesquisado, o PNAE tem encontrado mais dificuldades em função da dinâmica política local de poder, que, apesar dos esforços do Sindicato de Trabalhadores Rurais e do CMDRS, tem centralizado decisões e deixando poucos espaços para uma participação mais ampla da sociedade civil e dos agricultores. Entretanto, a natureza do programa, ao determinar que um terço dos recursos seja direcionado à compra de produtos da agricultura familiar, sugere o estabelecimento de canais de participação, pois de certa forma acaba forçando as instituições gestoras a abrirem diálogos e parcerias com agricultores e suas organizações.

4.4 - PNAE e a pauta produtiva/alimentar

No município de Turmalina, notou-se que era recorrente certa flexibilização por parte das escolas no que se refere à adequação do cardápio escolar às possibilidades produtivas dos agricultores decorrentes principalmente da sazonalidade de lavouras, hortas e pomares. Circunstancialmente, ajustavam-se às eventualidades que afetavam a produção como chuvas ou secas. Mesmo que esta questão ainda seja posta como problema, observou-se um esforço dos gestores do PNAE no município em solucionar ou amenizar os fatos. Nesses casos, nas escolas pesquisadas, quando os agricultores-fornecedores não dispunham dos produtos no momento que as escolas solicitam, estes eram buscados com outros agricultores ou se mudava o cardápio da merenda, trocando os produtos por outros disponíveis. Outra alternativa para não ficarem sem o produto quando nenhum dos agricultores dispunham deles, era colocar uma parte dos produtos comprados da agricultura familiar em outro processo de compra, que utiliza 70% dos recursos do FNDE para adquirir produtos alimentícios via licitação nos comércios locais. Este tipo de “precaução” podia ser um dos fatores que contribuía para escolas não conseguirem atingir os 30% reservado a compras de produtos oriundos da agricultura familiar. Reservar partes de produtos que geralmente são produzidos pela agricultura familiar para serem comprados em estabelecimentos comerciais pode estreitar a possibilidade de comercialização dos agricultores. Tal impasse poderia achar solução por parte da escola em um melhor planejamento de estoque, de demanda e de datas de entrega. Agricultores reclamaram da falta de organização nas solicitações das entregas, uma vez que as escolas não dispunham de cronograma rigoroso que estabelecessem os dias que deviam ser entregues os alimentos e nem planejamento do estoque e de reposição de produtos. Geralmente, as escolas procuravam o agricultor quando precisavam, mas acontece que o tipo de cultivo dos agricultores destinados a venda para as Escolas tem ciclo curto de amadurecimento e colheita, não podem ser estocados.

Quanto aos produtos comprados da agricultura familiar, estes geralmente são verduras, hortaliças, legumes e frutas, produtos mais perecíveis. Ao analisar os alimentos adquiridos pela prefeitura e escolas, observou-se que eram basicamente os mesmos que compõem a dieta regional⁵⁰. Raramente se encontrou um alimento no cardápio que causasse estranhamento aos hábitos alimentares regionais, com exceção do rabanete, inhame e brócolis que eram casos específicos de experimentos e adaptação do cultivo.

50 - Estudo sobre os alimentos que compõem a dieta de agricultores familiares foi realizado por e por Noronha (2003) e Galizoni (2007).

Em entrevista com agricultores no município de Capelinha, acompanhando o levantamento do NEDET Alto Jequitinhonha, notou-se que havia alguns cultivos “exóticos” presentes em algumas unidades familiares como ameixa, ervilha em vagem e pêsego; ao serem questionados do porquê desse tipo de cultivo expuseram que são frutas que ganharam o "gosto" dos próprios agricultores que decidiram plantar para o próprio consumo. Já a ervilha foi introduzida a partir de uma percepção de mercado, uma vez que este produto tem alto preço – R\$ 4 reais 200 gramas (maio de 2016). Outro caso de introdução de espécies exóticas no cultivo da unidade familiar é o Sr. Valdir Gonçalves de Turmalina que estava realizando experimentos de variedades de frutas como o açaí, assim como construindo uma fabriqueta de polpa de fruta.

Verificou-se que na lista de produtos comprados da agricultura familiar pelos órgãos gestores havia compatibilidade com a produção local aferida em entrevista com os agricultores e em visitas às unidades de produção familiar, bem como nas consultas de algumas bibliografias sobre a agricultura familiar e seu sistema de produção no Alto Jequitinhonha. Abaixo nas tabelas 7, 8, 9 e 10, apresenta-se uma listagem dos produtos que estiveram nas chamadas públicas das prefeituras e escolas estaduais, dos dois municípios, Turmalina e Datas.

Tabela 7: Produtos comprados da Agricultura Familiar pela Prefeitura de Turmalina

Alimentos comprados da agricultura familiar	
Ano de 2015	Alho, amendoim, inhame, laranja pêra, mexerica, maracujá, banana prata, banana caturra, polpa de fruta, couve, repolho, salsa, batata doce, cebolinha, cenoura, couve, repolho, alface lisa, beterraba, brócolis, cariru*, coentro em folha, feijão verde, mostarda, abacaxi, coentro em semente, abobrinha, abóbora moranga, andu verde, cebola, couve flor, corante de urucum, limão, mandioca mansa, mamão maduro, pimentão, repolho verde, salsa, tomate, vagem, chuchu, abacate, rabanete e mel.

* São localmente designados por cariru folhosas tanto coletadas como a beldroega quanto as cultivadas em hortas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Tabela 8: PRODUTOS COMPRADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TURMALINA

Alimentos comprados da agricultura familiar	
Ano de 2016	Abacate, abóbora moranga, alface lisa, alho, amendoim sem casca, banana caturra, banana prata, batata doce, beterraba, cebola branca, cebolinha verde, cenoura, chuchu, coentro em folhas, coentro em semente, couve, feijão verde, inhame, laranja pêra, mexerica poncã, limão, mamão, mandioca mansa, manga, maracujá, milho verde, pimentão, repolho, salsa, tomate, uva, vagem.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Em Datas, onde se conseguiu uma série histórica mais ampliada, os alimentos consumidos nas escolas retratavam bem essa relação do cardápio com o que é produzido localmente. No quadro abaixo há uma síntese dos produtos comprados da agricultura familiar pela prefeitura entre 2013 e 2016 e pelas escolas estaduais.

Tabela 9: Produtos comprados da Agricultura Familiar pela Prefeitura de Datas, 2013 – 2015

Alimentos comprados da agricultura familiar	
Ano de 2013	Abacate manteiga, abacaxi, abóbora d'água, abóbora moranga, acerola, banana maçã, banana prata, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola de cabeça, cenoura; chuchu; corante de urucum, farinha de mandioca, feijão carioca, frango caipira, fubá de milho, inhame, laranja pêra, mexerica poncã, maçã, mamão verde, mandioca, maracujá, milho verde, maxixe, melancia, ovos caipiras, quiabo, repolho, temperos, tomate, vagem, polpa de morango, polpa de maracujá, polpa de acerola.
Ano de 2014	Abacate manteiga, abacaxi, abobrinha, abóbora moranga, acerola, banana maçã, banana prata, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola de cabeça, cenoura, chuchu, corante de urucum, farinha de mandioca, feijão carioca, frango caipira, fubá de milho, inhame, laranja pêra, mexerica poncã, mamão verde, mandioca, maracujá, milho verde, melancia, ovos caipiras, quiabo, repolho, tempero, tomate, vagem de feijão, leite.
	Abacate, abacaxi, abobrinha, abóbora, acerola, banana maçã, banana prata, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola de cabeça, cenoura, chuchu, corante de urucum, farinha de mandioca, feijão carioca, frango caipira, fubá

Ano de 2015	de milho, inhame, laranja pêra rio, mexerica poncã, mamão verde, mandioca, maracujá, melancia, milho verde, banana caturra, ovos caipiras, quiabo, repolho, tempero, tomate, vagem, pimentão, batata bara, alface lisa, limão taiti.
Ano de 2016	Abóbora, alface, alho, banana, beterraba, cebolinha, salsa, coentro, cenoura, chuchu, couve, mamão, mandioca, ovos caipiras, corante de urucum, farinha de mandioca, fubá, doce de frutas, tempero, tomate, inhame, batata baroa, quiabo, maracujá, acerola, limão, milho verde, <i>ora-pro-nobis</i> , feijão, frango, brócolis, café torrado, repolho, vagem, mostarda.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

TABELA 10- PRODUTOS COMPRADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELAS ESCOLAS ESTADUAIS DE DATAS, 2016

Alimentos comprados da agricultura familiar	
Ano de 2016	Abóbora, alface, alho, banana, beterraba, cebolinha, salsa, coentro, cenoura, chuchu, couve, mamão, mandioca, ovos, corante, farinha de mandioca, fubá, doce de frutas, tempero, tomate, inhame, batata baroa, quiabo, maracujá, acerola, limão, milho verde, <i>ora-pró-nobis</i> , feijão, frango, brócolis, café torrado, repolho, vagem mostarda.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os principais alimentos adquiridos da agricultura familiar por meio do PNAE nos dois municípios foram praticamente os mesmos encontrados em levantamentos exploratórios nas feiras livres de ambos os municípios, portanto, são produtos que fazem parte da produção e cultura alimentar local, indicando a abrangência territorial da pauta produtiva e alimentar ⁵¹.

Tanto em Turmalina quanto em Datas, a avaliação que os gestores fizeram dos produtos da agricultura familiar foi consensual: aprovaram e reconheceram a qualidade dos alimentos, principalmente por serem frescos e sem agrotóxicos. A riqueza que esses alimentos trouxeram aos cardápios escolares foi lembrada e enfatizada em todas as escolas, principalmente, a boa aceitação dos alimentos por parte dos estudantes quanto ao sabor, qualidade e variedade. Por isso é necessário relevar a opinião de gestores em Datas que afirmaram que os produtos não tinham a aparência solicitada.

⁵¹ Levantamentos exploratórios forma feitos pela própria pesquisadora e se apoiaram também no estudo de Ribeiro sobre feiras livres do Jequitinhonha (2007).

Os cardápios elaborados nas escolas e prefeituras eram organizados a partir de escolhas que levavam em consideração parâmetros estabelecidos internacionalmente e nacionalmente pelo valor nutritivo, a quantidade de calorias que o organismo humano necessita, bem como alimentos que deveriam ser evitados ou disponibilizados em quantidades reduzidas por serem excessivamente gordurosos, processados, doces e salgados. Somavam-se a esses aspectos as habilidades e a criatividade das cantineiras e nutricionistas que elaboravam pratos com uma opção bem mais variada de produtos trazendo também para a alimentação a cultura local quanto às datas comemorativas, a exemplo as festas juninas que colocavam à mesa dos estudantes pratos típicos. As escolas procuravam fazer um equilíbrio no cardápio entre alimentos salgados e doces no decorrer da semana. As escolas estaduais possuem um cardápio geral e amplo fornecido pela Secretaria Estadual de Educação⁵², o qual apresentava informações nutricionais, classificação dos alimentos e frequência a serem servidos, tabela de safra dos diversos alimentos produzidos em Minas Gerais, lista de produtos de substituição e diversas receitas que costumavam ser preparados para merenda. Nos municípios, as construções do cardápio, além desses elementos nutricionais que devem ser observados, ganham especificidades locais. Interferem também na composição do cardápio o gosto e paladar dos estudantes, os produtos ofertados na região e recurso disponível. As cantineiras participavam desse processo ao avaliar o gosto e aceitação de alimentos pelos estudantes sugerindo quantidade de produtos a serem comprados e utilizados no cardápio. Em algumas escolas em que havia fornos, encontrou-se o preparo de quitandas - biscoitos e bolos - pelas cantineiras. De forma geral, as nutricionistas e cantineiras avaliaram que a elaboração de cardápios diversificados, adaptados ao gosto local, foi possibilitado a partir da compra de produtos da agricultura familiar, que permitiu uma dieta muito próxima a que os estudantes consumiam em suas próprias casas, sendo esse um dos elementos da excelente aceitabilidade dos pratos pelos estudantes. Nesse sentido, percebeu-se que o PNAE reforçou a pauta alimentar familiar, local e territorial.

Todos os entrevistados - gestores, diretoras, nutricionistas, cantineiras, técnicos e agricultores - reconhecem essa mudança na alimentação escolar promovida pela aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar local. Reportaram que a merenda ficou mais rica com uma maior variedade de produtos e mais saudável.

O PNAE ao incluir a agricultura familiar na compra institucional conseguiu inserir

52 - Cardápio da alimentação escolar, educação básica – Secretaria de Estado de Educação / Minas Gerais. Atualizado em 2014. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/parceiro/alimentacao-escolar-cardapios>>. Acesso em 13/10/2016.

na alimentação escolar preocupação com a segurança alimentar e nutricional, que se tornou uma das grandes preocupações na última década no que diz respeito à alimentação. Caminhar ao encontro de um reconhecimento e valorização da agricultura familiar que presa a tradição alimentar pautada na segurança e soberania alimentar foi um dos grandes feitos do PNAE. Apesar de o programa alcançar uma parcela pequena de agricultores familiares, tornou-se mais uma via de comercialização para a agricultura familiar que tem surtido efeitos positivos tanto na alimentação dos estudantes quanto para quem produz. Alguns agricultores encontraram no PNAE um incentivo para ampliar e diversificar a sua produção. O programa promoveu também segurança alimentar na mesa do agricultor. Neste sentido, pode-se citar como exemplo, o agricultor Lázaro no município de Carbonita que afirmou que ao se inserir no PNAE passou a produzir alimentos que havia deixado de produzir por ter focado na produção de cachaça, pois este produto possui maior valor agregado no mercado e com a sua venda comprava os alimentos que não produzia. Ao se inserir no PNAE encontrou um canal de venda “certa”, como afirmou, diversificou sua produção e hoje já deixou de comprar muitos alimentos porque os produz em seu terreno.

Mais do que segurança alimentar, o PNAE possibilita na alimentação escolar o que as localidades estabeleceram costumeiramente em sua pauta alimentar, criada pelo gosto, escolha e cultura. A inserção da agricultura familiar em conjunto a uma flexibilização da lei trouxeram para a merenda escolar a cultura alimentar local e estão promovendo a soberania alimentar. Portanto, observou-se que há uma “colonização às avessas”, ou seja, o programa do PNAE não modificou o sistema produtivo e alimentação local com uma política de imposição de cima para baixo, mas ao contrário, a dinâmica local que demandou para o programa as mudanças necessárias a serem realizadas nas diretrizes do PNAE para que fossem condizentes com a realidade local. Sendo possível através de um programa mais aberto ao diálogo, à participação e a boa vontade política em acatar as demandas locais.

Há também o reconhecimento nos municípios do Alto Jequitinhonha que a lei nº 11.947 estimulou a produção local, melhorando a qualidade de vida dos agricultores e promovendo uma entrada e circulação de recursos no município, assim como a valorização da agricultura familiar e dos produtos regionais, sendo fonte de promoção para um “desenvolvimento territorial”.

4.5 - PNAE e o ambiente: a relação com recursos da natureza

Os agricultores do Território Alto Jequitinhonha tiveram que se adequar a certa limitação de recursos, criando alternativas como formas de manutenção de um modo de vida próprio. É comum nesse território, a coleta de alimentos que a natureza oferece, mesmo que tenham se escasseado pela intervenção de atividades econômica que devastou vastas áreas de mata nativa. Frutos como o pequi, coco do cerrado, jatobá, gabioba, cagaita, jabuticaba e panã e folhagem como a samambaia do mato (em Datas), cariru e berduenga são coletados ao longo do ano e enriquecem a alimentação da família.

O agricultor familiar é por excelência um produtor de alimentos, estrutura sua unidade de produção baseado em três principais fatores: terra, trabalho e família. Este é o tripé que sustenta um modo de vida próprio, onde terra é a base de recursos onde se assenta o trabalho da família que retira dela o seu sustento. Terra, entendida como um conjunto de recurso da natureza (OSTROM, 1990) é, portanto, fator primordial, é o princípio para que o agricultor reproduza a sua condição de existência. Desprovido dela significa perda de sua condição de agricultor sendo obrigado a se sujeitar como assalariado.

Na pesquisa, pôde-se perceber a relação do agricultor com a terra e seus recursos. Como foi o caso do senhor José Aparecido (44 anos) da comunidade de Vargem Funda – Turmalina, que trabalhou mais de 20 anos em São Paulo na “usina de cana” conseguiu juntar dinheiro e comprou uma parte de terra dos pais e do tio, e ainda trabalha em sistema de parceria em terras de um vizinho. Vive e trabalha na terra de origem. Outro caso é o senhor Wilson Pinheiro (33 anos) de Ponte do Funil – Turmalina, suas terras foram adquiridas juntando uma parte da herança da esposa, outra parte comprou do cunhado e a outra recebeu de herança dos seus pais. Em Datas também se encontrou muitas situações de “terra no bolo” (ver cap. III, página 70).

As diversas formas de conseguirem acesso à terra para o trabalho colocam este recurso, mesmo que escasso para cultivo, como suficiente para produzir. Os agricultores afirmavam que tinham interesse em aumentar a produção caso haja aumento da procura pelo PNAE, este aumento poderia ser através de inclusão de produtos beneficiados da indústria doméstica, por exemplo. Mas muitos relataram que não é possível aumentar a produção, principalmente, pela escassez hídrica, seguido de pouca força de trabalho na unidade, pois a maior parte das famílias envolvidas no PNAE contava com poucos membros e/ou membros maduros, em que o peso da idade não permite uma sobrecarga de trabalho. Poucos foram os que colocaram terra como fator limitante para aumento de produção.

Assim, todos os entrevistados afirmaram que o terreno que possuem é suficiente para plantar com destinação para o consumo familiar e para comercialização em feiras e mercados institucionais e/ou privados. O PNAE é percebido como mais uma opção de comercialização para a agricultura familiar frente às oportunidades de mercado que o agricultor tem disponível. As feiras livres era o principal espaço e via de comercialização para os agricultores que em Turmalina tinham também os supermercados locais que compram produtos do agricultor para revender durante a semana, como também alguns que produzem em maior quantidade vendem para fábricas de processamento na própria região, como o urucum, ou atravessadores, somado às compras institucionais, PNAE e PAA. Já em Datas, as vias de comercialização são mais estreitas o que é colocado como principal empecilho para a agricultura familiar, tem como opção uma pequena feira livre, venda para atravessadores, principalmente morangos, e as compras institucionais, PAA e PNAE.

Sendo um dos objetivos dessa dissertação, verificar através da percepção se a inserção de famílias de agricultores familiares no PNAE leva ou não uma maior pressão de uso dos recursos naturais; notou-se que há um aumento por recursos naturais, no entanto, essa demanda é pequena e suprimida pelos recursos que os agricultores dispõem em suas unidades. Assim, o PNAE é percebido como mais um canal de comercialização, onde a produção para abastecê-lo não é tão significativa a ponto de haver uma pressão quanto aos recursos da natureza. O único recurso onde se tem uma maior pressão de uso e que poderia limitar a produção pela sua escassez é a água. Em muitas localidades do município de Turmalina se faz necessário, em determinada época do ano, a utilização de carros pipas, assim como a utilização de técnicas alternativas de armazenamento de água da chuva, técnicas de uso e conservação do solo e redução de uso da água na produção⁵³. Na região serrana de Datas há uma maior disponibilidade de água, porém há uma preocupação com este recurso que vem reduzindo ano após anos, podendo se configurar em um problema futuro, não muito distante, para a população.

Em Turmalina, encontrou-se situações de conflito pela água para a produção na comunidade de Ponte do Funil, situada em uma encosta a margem direita do rio Itamarandiba.

A água⁵⁴ é primordial para produção, sobretudo para a manutenção da vida em si, a preocupação com este recurso que ao passar dos tempos demonstra estar se escasseando, move a ação de muitos, sejam agricultores, administradores locais, estudiosos, agentes

53 - Turmalina esteve na área de influência da articulação do semiárido e participou da experimentação de diversas alternativas de conservação e captação de água, assim como de produção agroecológica.

54 - Um estudo aprofundado sobre água no Alto Jequitinhonha foi realizado e organizado por Galizoni (2013) em "Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha".

privados que tem buscado compreender este recurso, as formas de interferência que o tem afetado e sua conservação. Esses atores locais tem se reunido no Alto Jequitinhonha em diversos encontros e seminários onde discutem a problemática de acesso e conservação da água. No Território do Alto Jequitinhonha anualmente acontece o Encontro das Águas no qual é debatido esta preocupação e, tem-se buscado através de ação conjunta, soluções que amenizem o problema, como técnicas alternativas de armazenagem de água da chuva, barraginhas, cercamentos de nascentes e preservação das mesmas, técnicas de plantio que demande menos água e controle de erosão, etc. Em Julho no ano de 2007 foi realizado em Turmalina um seminário promovido pelo CAV que reuniu organizações não governamentais e de representação da agricultura familiar, a fim de compreender e debater a interferência das áreas monocultoras de eucalipto nos recursos hídricos. Ações como esta, têm um firme fundamento de subsidiar a busca por solucionar ou amenizar o problema de escassez hídrica que tende a colocar em risco a produção de alimentos e a própria vida.

4.6 - O PNAE e os agricultores

“O poder tá no saber”
(Boaventura, 2016 - agricultor e técnico do CAV)

A agricultura familiar tem importante participação na cadeia de alimentos do país, a inclusão dessa categoria no PNAE possibilitou ao programa alcançar parte de seus objetivos e suscitou algumas mudanças para os agricultores familiares que se inseriram nesse mercado institucional.

O PNAE tem apoiado a produção de alimentos nos municípios, bem como possibilitado aos agricultores experiências para melhorar a qualidade dos produtos, quanto à aparência e higiene. Dessa forma, os agricultores têm procurado aperfeiçoar, buscando apoio técnico que em Turmalina é oferecido pelo CAV, em um modelo agroecológico, e também pela Emater, em Datas esse trabalho é feito apenas pela Emater.

O programa trouxe consequências para a renda monetária das famílias que participam do programa. Dos oito agricultores entrevistados em Turmalina, seis revelaram que obtinham em torno de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00 por ano e só dois declararam receber entre R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00. Em Datas a renda conseguida apresentou grande variação, teve agricultor que informou que vendia em torno de R\$ 100,00 e outro declarou receber R\$ 4.500,00 por ano. Esta variação parece ser decorrente da concentração de compras em alguns

agricultores.

Os agricultores que participam do PNAE o avaliam como um mercado "certo", alguns chegam a dimensionar sua produção para o programa, exprimindo suas preferências para esse mercado, pois sabem para onde irão vender, quanto, como e o preço a ser pago pelos seus produtos. Dessa forma, enxergam no programa uma boa oportunidade de escoamento da produção e avaliam que é uma vantagem receber o dinheiro "reunido" em parcelas, que pode ser usada na aquisição de patrimônio. Na feira livre o recebimento é "picado", usado na composição dos orçamentos domésticos para as despesas rotineiras. Em Datas, os agricultores declararam que tem estímulos moderados para participação no programa, pois a trama política local é, em parte, permeada por relações pessoais o que inibe, de certa forma, a construção de uma gestão social para o PNAE.

Entretanto, todos os agricultores de Turmalina e Datas alegaram que o PNAE foi um programa público que apoiou a diversificação da produção na unidade familiar, pois as famílias enxergaram tanto uma oportunidade de venda de produtos que já cultivavam quanto de outros alimentos que conheciam e que compunham sua alimentação, mas por algum motivo não cultivavam. Assim ao produzirem alimentos que antes não cultivavam ou aumentando a produção, os agricultores observavam impactos positivos na própria alimentação da família: mais oferta e diversidade de alimentos.

Percebeu-se que os agricultores que participavam do PNAE, em ambos os municípios, possuíam perfil tecnológico aproximado: combinava tradição e inovação nas atividades agrícolas, eram "experimentadores" e possuíam certo 'tino' para a comercialização. São agricultores (as) que testavam em seu terreno o que viram em algum intercâmbio, conciliando técnicas familiares tradicionais com novas, apreendidas através de técnicos, em eventos ou até mesmo via internet. Este foi o caso do Sr. Valdir, 57 anos, agricultor tradicional do município de Turmalina, que, através do seu celular, busca vídeos no *youtube* sobre técnicas de plantio e em suas participações em eventos pelo Brasil aprendeu, no dizer dele, "coisas novas" e as adaptou em seu terreno. Ele é um exemplo de agricultor "inovador" que transforma a sua unidade familiar em uma escola experimental. Ao caminhar pelo terreno o Sr. Valdir indicava cada forma de experimento: áreas de "peladours"⁵⁵ que foram recuperadas através dos Sistemas Agrofloretais (Safs); as hortas orgânicas; o pomar com uma diversidade de frutas; uma sementeira com várias mudas de mamão - uma oportunidade futura de mercado, pois na última chamada não tiveram projetos para esse produto. Mas,

55 - Erosão nas encostas provocada pelo pisoteio do gado compactando e perdendo fertilidade, onde não há mais o crescimento de plantas e nem capim, configurando uma encosta nua sem vegetação.

principalmente, esses agricultores e agricultoras que tinham constância em participar de reuniões comunitárias, eventos e seminários, formavam uma rede sociotécnica que combina o conhecimento local, comunitário e técnico. Sendo esses espaços momentos de troca de experiência e aprendizado que se tornavam ações concretas nas unidades familiares.

Enfim, o PNAE promoveu algumas mudanças nas unidades familiares que se inseriram nesse programa, mas as mudanças não se restringem aos que participam, ela se expande, quando uma experiência alcança resultados positivos ela é difundida alcançando vários outros agricultores, não somente no local pelas relações comunitárias estabelecidas, mas através dos intercâmbios que vários agricultores participam.

4.7 - Um programa, contextos distintos: uma síntese

Eu acho que o caminho para o povo, não só daqui do Vale do Jequitinhonha – porque o Vale do Jequitinhonha para mim é o paraíso. Como eu já andei no Paraná, São Paulo, interior de São Paulo para mim o paraíso é aqui, um paraíso explorado por maus políticos, pessoas mal intencionadas, que tentam subir na cacunda dos outros. Então eu acho que a solução para o Vale do Jequitinhonha ou para toda região, para não dizer do Brasil inteiro, é a produção, é a agricultura. Mas assim: cada um na sua terrinha e a gente tendo como investir (RIBEIRO, 1997, p. 139).

No Vale do Jequitinhonha, como em todo o Brasil, relações de poder político local sempre foram marcantes⁵⁶.

No município de Turmalina, os representantes da AFTUR, João Domingos e Valdir Gonçalves, afirmaram que a emergência de um forte movimento de base no município, onde os agricultores buscaram se organizar em defesa de seus direitos, primeiramente contra o processo de expropriação de terras, criou uma força de representação política dos agricultores expressas em suas organizações como a AFTUR, o CAV e o Sindicato de Trabalhadores rurais.

A organização dos agricultores promoveu certo equilíbrio de forças onde as relações de poder e dominação da elite foram “inibidas”. No dizer das organizações existentes

56 - O Brasil no seu processo de formação territorial construiu uma sociedade oligárquica que perpassou os vários momentos da vida do país e permaneceu através da consolidação de uma estrutura social baseada no latifúndio: concentração de terras e da riqueza do país nas mãos de uma pequena elite. Esta que a principio configurava a elite agrária pulverizada nas diversas localidades do país, já em uma sociedade moderna e com diversificação das atividades econômicas no Brasil, passou a se subdividir como categoria, assim temos a elite agrária, a elite mineraria, a empresarial, a bancária, etc. Como ressaltou QUEIROZ (1957) em sua obra “O mandonismo local na vida política brasileira” esta estrutura social construiu uma cultura fortemente marcada pelas forças políticas e de coersão social que se estabeleceram e perpetuaram nas localidades, pelo mandonismo. A elite não só domina o poder local, mas o amplia a nível nacional quando passa a compor os órgãos diretivos da nação.

em Turmalina (CAV, AFTUR, Sindicato) uma sociedade de base bem organizada é um contraponto nas relações de poder estabelecidas no âmbito local, principalmente poder político. No Brasil a organização social de base que se deu através da eclosão de movimentos sociais populares, principalmente na segunda metade do século XX, foi alavancada por instituições, como igreja católica, sindicatos e associações que promoviam encontros com a população trazendo para o seio do grupo o debate sobre várias temáticas que condiziam com a realidade comum⁵⁷.

Em Turmalina, as várias categorias componentes da sociedade estabeleceram campo de disputa. A elite política permanece, mas suas ações passam a ser “fiscalizadas” com a representação organizada de outros agentes ativos do estrato social.

Em Datas os “barões dos diamantes” comandavam o poder local e detiveram o comando administrativo do município a partir de relações de mando político. Neste município a organização de base se deu em torno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que demarcou uma forte oposição política ao mandonismo. Portanto, o campo de força que se estabelece neste local é o da oposição sistemática, por meio da qual a sociedade de base tem buscado uma maior participação na vida política do município.

A implantação de uma política territorial no âmbito do governo federal para as localidades visando uma gestão mais participativa tem transformado de certo modo, mesmo que somente de forma institucional a realidade local ao criar espaços obrigatórios de participação social como os CMDRSs. Em Datas, esta instância foi apropriada pela base organizativa local e transformou esse espaço em possibilidade de se criar um campo de embate e conciliação entre os agentes locais.

Na pesquisa, buscou-se compreender a inserção da agricultura familiar no PNAE, deparou-se com contextos distintos que conduziam a uma mesma abordagem: as relações sociais políticas e de poder tecidas na localidade e que possuem relevante interferência nos programas públicos.

Percebeu-se, pois, que quando há uma organização da base social nas localidades e estas criam organizações representativas, como associações e sindicatos, há uma gestação na localidade de espaços que podem promover a participação social de grupos organizados e alcançam resultados por meio dos programas públicos. Em Turmalina há a presença de várias

57 - Dessa forma o Sr. Antônio Soares relata como ingressou nos movimentos sociais: “eu ia à igreja, mas não me envolvia não, política para mim não existia – mas ela chegou lá em casa e me chamou para acompanhar [...] Me chamou para acompanhar e fui acompanhando, participando daquele negócio. Depois você vai dando opinião, você vai pegando como é que é o jeito deles trabalhar. Ela foi embora e soltou na minha mão o negócio”, (RIBEIRO, 1997, p.139).

organizações representativas que conseguiram estabelecer no município uma articulação em redes de governança que realizam um trabalho conjunto dos agentes locais quanto aos programas/projetos/benefícios que são destinados ao município. Nessa localidade as divergências políticas são negociadas visando efetivar o PNAE. O trabalho conjunto entre agentes sociais supera barreiras e tende a trazer benefícios mais igualitários dentro de um município, mesmo em situações de disputas políticas municipais.

Porém, quando se estabelece um quadro onde as divergências políticas ganham centralidade, o embate se instaura e os programa/projetos/benefícios governamentais tendem a centralizar sua gestão dificultando a participação social; conseqüentemente os resultados dessas ações encontram barreiras e tem um desempenho pouco efetivo. Esta é uma realidade observada em Datas no período de realização de campo.

Mas, vale ressaltar que no período de investigação ocorria um movimento neste município em que o cenário apontava para mudanças nas relações sociais de poder. Isto ficou explícito no “Encontro da Agricultura Familiar de Datas” em 09/12/2016, ocasião em que se reuniram agricultores do município, técnicos de instituições governamentais e do Sindicato de Trabalhadores Rurais além do prefeito recém-eleito. Nesse evento, foi refletida a realidade do município e a situação da agricultura familiar, os problemas que cada comunidade enfrentava. Também foi escolhida a pessoa que assumiria a Secretaria Municipal de Agropecuária, Indústria, Comércio e Meio Ambiente através de votação dos agricultores.



Figura 19. I Encontro da Agricultura Familiar de Datas, 09/12/2016

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O que se pode concluir com essas experiências é que o PNAE, assim como outros programas e projetos públicos, para que obtenha resultados expressivos atendendo os seus objetivos propostos, necessita que haja um trabalho conjunto entre os diversos sujeitos. As

experiências demonstraram o quão importante é a articulação e compartilhamento da administração de um bem público e o quanto uma sociedade de base bem organizada é fundamental para a boa funcionalidade e gestão de qualquer programa público.

O mesmo concluiu Elias (2015:78) em seu trabalho de pesquisa sobre o PNAE no estado de Santa Catarina, no qual afirma que o apoio institucional é fator importante para gerar resultados positivos e crescentes para a produção agrícola familiar. Para ela *“quando existe interesse público, organização dos agricultores e apoio técnico, observa-se grande sucesso do programa”*.

Assim foi observado que vários fatores concorrem para uma maior efetivação do PNAE no Alto Jequitinhonha: gestão compartilhada para reflexão e busca de alternativas para solucionar problemas que o programa carrega, apoio aos agricultores familiares e fiscalização. Vale ressaltar o quão importante é observar as relações sociais que são tecidas no local, pois possuem grande interferência nos programas públicos. Mas, analisando a funcionalidade do programa se verifica, mesmo com as nuances de tramas políticas e de poder estabelecidas no âmbito local, que o PNAE tem conseguido atingir seus objetivos de promover a segurança alimentar, desenvolvimento territorial, inserção da agricultura familiar e melhoria na qualidade de vida no meio rural. Alguns municípios conseguiram atingir resultados melhores, pois envolveram na gestão do programa uma participação mais incisiva dos agentes locais. Já outros municípios atingem resultados mais modestos, mas nem por isso deixaram de atender aos quesitos propostos pelo programa, nesses municípios percebe-se que os objetivos do programa são alcançados, mas de forma desigual e menos efetiva.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 20. Agricultor familiar em sua unidade de produção na comunidade de Ponte do Funil – Turmalina/MG

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O agricultor familiar de base camponesa do Alto Jequitinhonha combina estratégias para reprodução de um modo de vida que articula o tradicional e o moderno. Este sujeito não é estático, ele se apropria de técnicas e meios sem deixar de articulá-los a sistemas de produção familiares e comunitários. A foto acima sintetiza esse encontro de estratégias: a moto é representação de aquisições de recursos da migração sazonal, o carro adquirido por meio do Pronaf e os cestos são para levar produtos para as feiras livres semanais, entrega nas escolas e em supermercados. É este sujeito impar que o PNAE trouxe para compras institucionais.

A Lei 11.947 que promoveu mudanças nas diretrizes do PNAE incorporou a agricultura familiar, admitindo a relevância do seu papel no auxílio da soberania e segurança alimentar no país. O reconhecimento deste legado foi através de muita luta, concretizado através da organização da base que movida por um contexto de expropriação e privações de direitos, ganhou corpo na organização dos vários movimentos sociais. Estes conseguiram demonstrar sua importância no sistema de produção de alimentos no país e ganharam espaço conquistando direitos: a terra, de melhores condições de trabalho, de aposentadoria e políticas públicas específicas.

Isto foi o que demonstrou a experiência no município de Turmalina e Datas. No

primeiro município, um movimento de base de agricultores familiares que se organizaram constituiu duas organizações CAV e AFTUR. Essas instituições têm sido primordiais no fortalecimento da agricultura familiar local e regional, uma vez que o CAV tem uma atuação no Vale do Jequitinhonha levando a outros municípios a experiência local de organização social estabelecida em Turmalina para uma gestão social de programas públicos. A presença de instituições de representação da agricultura familiar demonstrou ser instrumento de interlocução entre poder público e sociedade civil, pois são conhecedoras da realidade local e suas necessidades. Essas organizações em Turmalina apoiaram, juntamente com outras instituições gestoras do PNAE, uma “gestão compartilhada” promovendo a interlocução das instituições com o agricultor familiar.

Em Datas há uma participação difusa das organizações de base, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município prevaleceram relações políticas onde os agentes sociais se posicionam como adversários marcando um distanciamento e/ou um campo de embate político, o que tem consequências na administração do programa no município que se configurou por meio de uma “gestão centralizada”.

A pesquisa no Território do Alto Jequitinhonha demonstrou um processo de evolução. Os primeiros anos da lei foram um aprendizado, tanto para as instituições gestoras (escolas estaduais e prefeituras), quanto para os agricultores familiares e suas organizações representativas. Ao longo dos anos, o processo foi apreendido e ocorreu uma melhoria nos resultados e foram utilizados mais recursos com a agricultura familiar. Os números melhoraram, mas muitas instituições se encontram abaixo do percentual mínimo exigido por lei, principalmente as escolas estaduais, pois ainda persistem entraves que têm dificultado uma maior e melhor relação entre instituições gestoras e a agricultura familiar.

Apesar das dificuldades e relações políticas que permeiam a execução do PNAE, o programa tem alcançado os seus objetivos, promoveu a diversificação da produção e melhorias na qualidade dos produtos. O PNAE também alcançou impactos na alimentação tanto dos alunos quanto dos agricultores, em que a mesa ficou mais farta e o prato mais colorido, fortalecendo a segurança alimentar. O aumento de renda foi também relatado pelos agricultores. O PNAE possibilitou mais um canal de comercialização para a agricultura familiar estreitando laços comunitários e formas de organizações informais, assim como tem promovido uma dinamização no desenvolvimento local, tanto econômico quanto social.

Na análise dessas duas realidades, com os objetivos propostos, observou-se que em seus oito anos de vigência a lei que garantiu a inserção da agricultura familiar no processo de compra institucional, encontrou barreiras que foram e ainda estão sendo contornadas

através de uma maior flexibilização das diretrizes e da lei - que tem possibilitado uma melhor adequação do programa à realidade local - fiscalizações do programa por instituições e pelos próprios agricultores através de diálogos e arranjos locais. Elemento importante a ser destacado é o papel das organizações da agricultura familiar na gestão de programas públicos, que muitas das vezes passa despercebido ou tem sido ignorado em estudos sobre gestão de políticas públicas. Nota-se que as formas atuantes de organização da sociedade civil tem sido fator importante para se alcançar maior participação e efetividade dos programas públicos, devendo, pois ser objeto de atenção e análise nos planejamentos e execução de políticas públicas⁵⁸.

58 - Na época de realização deste trabalho (2015 – 2017) o país atravessava um período de crise política e econômica, com mudança de governo e de concepção política. Isto acarretou mudanças de prioridades e desmonte de políticas sociais, cujos alguns dos programas públicos citados no presente trabalho foram extintos ou se encontram em processo de desmonte. A referida política territorial do Território de Cidadania juntamente com o NEDET encerraram suas atividades em dezembro de 2016, o PAA tem dado indícios que logo será extinto pelas drásticas reduções de recurso, o Programa Bolsa Família e aposentadorias estão sendo revistos e reformulados a fim de se diminuir os gastos com esses tipos de assistência e direito social. E o Ministério de Desenvolvimento Agrário que coordenava muitas dessas políticas foi extinto. Enfim se configura um cenário de preocupação devido aos bons resultados que esses programas públicos tiveram ou têm alcançado, na melhoria da qualidade de vida da população rural e promoção de um desenvolvimento territorial.

6 – REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3ª ed. São Paulo: Editora Edusp, 2012.
- BERNADELLI, M. C. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) Cidade e campo - relações e contradições entre urbano e rural. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1, (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. Revista brasileira de estudos da população. São Paulo V.6, n. 1, p. 1-23, Jan/Jun 1989.
- Brasil, conversão da medida provisória, nº455 de 2008, Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em 18 de junho de 2016
- CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11º Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2010.
- CALIXTO, Juliana Sena. Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. 2005. 130p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- CARMO, Maristela Simões do. (Re) Estruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta. São Paulo, IEA, 1996. 256p. Coleção Estudos Agrícola, 5.
- CASTRO, Josué. A Geografia da Fome. Clássicos das ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO, Terena Peres de; BOMBARDI, Larissa Mies. PNAE: potencialidades e limites para contribuição no processo de territorialização camponesa. 2014. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/01/1A/11_Terena%20Castro.pdf>. Acesso em: 24/10/2016.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S.(Org). Territórios, desenvolvimento territorial e Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Agricultura familiar - Multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.
- CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHENEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá–MT, 2004.
- CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

ELIAS, Lilian de Pellegrini. Impactos socioeconômicos do Programa de Alimentação Escolar na agricultura Familiar de Santa Catarina. Dissertação. 2016. Programa de pós Graduação do Instituto de Economia em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

FAVARETO, Arilson. Prefácio à terceira edição. IN: Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Ricardo Abramovay. 3ª ed. Sao Paulo: Editora Edusp, 2012.

FÁVERO, Claudenir e MONTEIRO, Fernanda Testa. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. Revista Agriculturas. V. II – n 3. Outubro de 2014.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Reflexos da polêmica. In: **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo: Educ; Campinas, SP. Editora Autores Associados, 2004.

FREYRE, Gilberto. Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil. 2. ed. aum. [Rio de Janeiro]: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1969. 286p.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agricultura familiar: Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>> Acesso em: 20 de Junho de 2016.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agricultura familiar: Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acesso em: 20 de Junho de 2016.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, ago. 1992. P. 5-19.

GALIZONI, Flávia. A terra construída, Família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2007, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 126p. Série BNB Teses e Dissertações, n.10

GALIZONI, Flávia Maria. Águas da vida :população rural, cultura e água em Minas.2005. Tese (doutorado em Ciências sociais) Instituto de Filosofia e ciências humanas, Campinas, SP.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. O rural e o Urbano: é possível uma tipologia?. Parte da tese doutorado. Programa de PósGraduação em Geografia da FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente. 2008

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida - Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Centro Eldestein de pesquisas sociais. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de ciências humanas.. 2013.

HOBBSAWM, Erick. A Revolução Industrial. In: _____. A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

IANNI, Octavio. O mundo agrário, In: A era do Globalismo. 3º Ed. Rio de Janeiro; civilização Brasileira, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@ Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Agricultura – Agricultura em família. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 17 de junho 2016

JESUS, Clésio Marcelino de. Desenvolvimento territorial rural: Análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. Tese (doutorado em economia). Programa de pós-graduação em economia. Uberlândia, MG.

LEFÈBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins.

LIMA, Gerson Diniz. Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha- Minas Novas/MG. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências. UFMG. Belo Horizonte, 2010.

LIMA, Vico Mendes Pereira. Secas e s'águas: Alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: Galizoni, Flávia Maria. (Org.). Lavradores, água e lavoura: Estudo sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha . Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013.

LIMBERGER, Leila. Abordagem sistêmica e complexidade na geografia. Geografia - v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/geografia>. acesso em 17/06/2017.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução: C. Iperoig. Rio de Janeiro: Gráfica E ditôra Laemmert V. A., Guanabara. 1968.

MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo (SP): Abril Cultural, 1976.

MALUF, Renato Sergio Jamil. Segurança alimentar e nutricional, Conceitos e fundamentos. São Paulo, Petrópolis: Editora vozes. 2007.

MALUF, Renato Sergio Jamil; MENEZES, Francisco. Caderno segurança alimentar. 2000. Disponível em:

<http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. In: _____. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes. 1981. 3ª ed. p. 21-102.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”. In: Vale do Jequitinhonha – desenvolvimento e sustentabilidade. SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel, Org. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

MARTINS, Nárlisson de Jesus e GUEDES, Marilda Simões. Quando a minha história conta a história de minha gente. São Paulo. All Print Ed. 2012.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Edições 70, Portugal, 2008. Tradução Antônio Filipe Marques.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os termos do debate sobre a reforma agrária no Brasil. In: _____. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD. 2002. p.13- 41.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do sol – violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Ministério de Desenvolvimento Agrário. A força da Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/força-da-agricultura-familia>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, Rio de Janeiro, outubro 2000: p. 39-52.

OLIVEIRA, Erika de Souza. Desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um método de análise. Dissertação, 2015. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

ORTEGA, Antônio César. Territórios Deprimidos - desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Edufu, Uberlândia. 2008.

OSTROM, Elinor. Chapter 2: An institutional approach to the study of self-organization and self-governance in CPR Situations. **In:** Governing the commons- The evolution of institutions of collective action. Cambridge University Press. United States Of America, 1990.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ALTO JEQUITINHONHA – PTDRSTAJ. Realização: grupo gestor territorial – CIAT Conselho para Implementação de Ações Territoriais, 2006. 290 p.

PLOEG, Jean Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução . Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

Portal Brasil. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Disponível em : <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em : 08 de abril de 2016.

Portal da transparência, Controladoria geral da união. Merenda escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2016.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: _____. A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos. Org. Jean Poupart, et al. Vozes, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. et al. Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, V. 11, n. 2, p. 6 – 11, julho de 2014.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. et al. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. RER, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 04, p. 1075 -1102, out/dez 2007.

_____. Lembranças da terra, histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Cedefes. Contagem, Minas Gerais, 1997.

_____. Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2013.

SAADI, A. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. Geonomos 3(1): 41-63, Belo Horizonte, 1995.

SÁ, Eduardo. A importância da agricultura familiar na alimentação escolar. Em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-importancia-da-agricultura-familiar-naalimentacao-escolar/4/26334>>. Acesso em 10 de junho de 2016.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo. Editora da cidade de São paulo. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. RBCS. Vol. 18, nº 51. Fevereiro/2003.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. 4ª ed., São Paulo, Editora Brasiliense.1981. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAA5QIAL/graziano-j-s-que-eh-questao-agraria>> Acesso em 09 de Junho de 2016.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos avançados, V:1, nº: 43, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf> Acesso em 25

de março de 2013.

SILVA, Marcos Nicolau Santos, TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Processos socioespaciais do espaço agrário do Alto Jequitinhonha: A fruticultura redefinindo o uso da terra no município de Datas/MG. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 2009.

STRAUSS, Claude Lévi. Família. IN: _____. O olhar Distanciado. Lisboa: Edições 70.1983.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social: uma perspectiva conceitual. RAP, Rio de Janeiro, 32 (5): 7-23, Set/Out. 1998.

THOMAS, Keith. O dilema humano. In: _____. O homem e o mundo natural : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

THOMPSON, E. P. Costume e cultura/ Costume, lei e direito comum. In: _____. Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. Revista brasileira de estudos de população. Jan/Jun 1990.

_____. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico. 1987. disponível em: <<http://www.dan.unb.br/anuario-antropologico-listagem-dos-numeros/133-anuario-antropologico-sumario-1987>> Acesso em: 24/03/2016.

Territórios da cidadania, Brasil 2008 ministério de desenvolvimento agrário MDA governo federal, disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>

VALE SABER, Boletim Informativo. N} 9, ano 03, agosto de 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca (Org) Una nueva ruralidad em América latina. 2001. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100929125458/giarracca.pdf>> Acesso em 28 de maio 2014.

SITES VISITADOS:

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. acesso em 12/08/2016

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 12/08/2016)

<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 24/03/2017.

<https://turmalina.mg.gov.br>. Acesso em 30/04/2017

www.datas.mg.gov.br. Acesso em 12/05/ 2017

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em 25/ 10/2017.

www.fjp.mg.gov.br/. Acesso em 23/ 06/2016.

<https://cidades.ibge.gov.br> . Acesso em 14/03/2017.

7 – ANEXOS

PESSOAS ENTREVISTADAS

DATAS	TURMALINA
Luciana Saraiva de Oliveira	Valdir Gonçalves
Elessandra de Oliveira	Maria do Carmo
Terezinha das Graças Carminho Assunção	Benjamim Soares
Inês de Carvalho Silveira	José Aparecido
José Maria Pinto	Erivaldo Alecrim
Maria da Conceição Patrício	João Antônio
Ailton Eloi da Silva	Eva Alves
Maria Nilza dos Santos	Boaventura Soares
Cleide do Rosário Carminho Vieira	José Adão
Nildete da Consolação Oliveira	Maria Gertrudes
Irivaldo da Silva Gomes	Wilson Pinheiro
Adalberto Machado Rocha	Silvia Pinheiro
Adilson dos Santos Generoso	Luiza Alves
Narlisson de Jesus Martins	Viviane Maria
Miriam Dupim	Ivone Gomes
Juscelino Gonçalves Neto	Adriana Pereira
Fabiana A. Santos Cardoso	Delma Cordeiro
Haroldo	Ronesley Damasceno
	Daniela
	Samuel Meireles
	Maria de Fátima
	Maria Augusta

► Roteiro de entrevista para viabilização de pesquisa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Local: Datas

Entrevistado: Haroldo (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Datas)

Objetivo: Mapear a política do PNAE no município e verificar a viabilidade de realização da pesquisa no município.

- 1 – O Sr. Poderia fazer um balanço geral do PNAE no município de Datas?
- 2 - Quantas escolas no município compram produtos da agricultura familiar?
- 3 – O Sr. Saberá dizer se estas escolas compram os 30% do recurso com produtos da agricultura familiar?
- 4 – Quantas comunidades no município de Datas participam do PNAE?
- 5 – São comunidades próximas às escolas que fazem entrega?
- 6 – Qual a distância da comunidade que se situa mais longe do ponto de entrega do PNAE?
- 7 – A venda de produtos da agricultura familiar para o PNAE se dá de forma individual ou em grupos e cooperativas?
- 8 – Quantas famílias de agricultores entregam alimentos para as escolas?
- 9 – As Associações participam do Programa do PNAE de que forma?
- 10 – Como é realizado a operacionalização do PNAE no município de Datas?
- 11 – Há diferença na gestão do PNAE nos distintos órgãos, escolas estaduais e prefeituras?
- 12 – Quais os principais produtos que são entregues para as escolas?
- 13 – Quais as principais dificuldades encontradas no município na execução do programa do PNAE?
- 14 – Como foi enfrentado estas dificuldades?
- 15 – Quais os pontos positivos e avanços do programa do PNAE para o município e para a agricultura familiar?

► *Roteiro de entrevista com instituições gestoras*



Mestrado associado em Sociedade, ambiente e território
ROTEIRO DE ENTREVISTA – ESCOLAS e SECRETÁRIA
DE EDUCAÇÃO



Objetivo: Conhecer o processo de gestão da política pública do PNAE no município de Turmalina.

INSTITUIÇÃO ENTREVISTADA: _____

Entrevistador (a): _____

Local: Turmalina - MG

Data: _____

Entrevistado: _____

Idade: _____ **De onde é:** _____

Cargo na instituição: _____

Há quanto tempo estar na instituição: _____

I - PNAE NA ESCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR

1. Como funciona o processo de compra de alimentos da agricultura familiar?

- Quem administra?
- Como são estabelecidos os preços?
- Quem faz a chamada e como é montada e executada?
- Quem faz o projeto de compra e como é realizada a contratação?
- E o pagamento?

2 - Como funciona a logística de entrega dos produtos da agricultura familiar na escola?

- Há centro de distribuição no município?
- Qual o meio de transporte utilizado?
- A entrega é realizada com que frequência?

11 – Como é realizado o processo de compra de alimentos com os 70% do recurso financeiro do FNDE?

3 – Sua escola consegue atingir os 30% do recurso do FNDE com produtos da agricultura familiar?

- Se não, por quê? _____
- Qual o valor do repasse do FNDE no ano de 2015? _____ em 2016? _____
- Qual o Valor gasto com a agricultura familiar em 2015? _____ em 2016?
- Houve contrapartida? Quanto? _____
- Qual o número de alunos atendidos na(s) escola(s)? _____

4 - A Compra de produtos da agricultura familiar pela escola é realizada através de associação, cooperativa ou individual?

- Quantos agricultores familiares entregam alimento para a(s) escola(s)? _____

- Eles são de quais comunidades? _____

- Essas comunidades ficam próximas à(s) escolas(s)? _____

- Quantas comunidades rurais tem no município? _____

6 - Quais são os produtos que a escola compra da agricultura familiar?

7 – Para a escola, quais são as dificuldades encontradas na compra de produtos da agricultura familiar?

8 – Como foram ou são enfrentadas essas dificuldades?

9 – Quais são os pontos positivos e avanços do programa do PNAE para a escola?

- E para a agricultura familiar?

10–Para a escola há possibilidade de aumentar a participação da agricultura familiar na alimentação escolar?

5 – No município possui o CAE?

- Quem compõe o conselho? _____

- Qual a participação do conselho no processo do PNAE?

II – CARDÁPIO E ALIMENTAÇÃO

1 – Quem elabora o cardápio da merenda? _____

- Como é montado este cardápio?

2 – As cantineiras participam da montagem do cardápio? Se sim, de que forma?

3 – Como a escola avaliar os produtos que são comprados da agricultura familiar? Há algum problema?

4 – Quais são os produtos comprados da agricultura familiar que possui maior demanda da escola?

6 – Após entrar em vigor a lei que determina a compra de 30% de produtos provenientes da agricultura familiar, a escola passou a comprar algum produto que antes não utilizava na merenda escolar?

7 – Quais os alimentos que os alunos mais gostam que sejam servidos na merenda?

8 – Com a utilização de produtos da agricultura familiar na merenda escolar, observou-se alguma alteração na alimentação?

9 – Como foi a receptividade dos alunos com a inclusão, na merenda, de produtos da agricultura familiar?

► *Roteiro de entrevista com agricultores*



Mestrado associado em Sociedade, ambiente e território
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES

Objetivo: Compreender a dinâmica das unidades de agricultura familiar ao se inserirem no PNAE, no que diz respeito à produção, soberania alimentar e pressão de uso dos recursos da natureza

Local: _____, Datas - MG

Data: _____

Entrevistado: _____

Idade: _____ Origem da família, de onde é: _____

Estado civil: _____

I – PERFIL DA FAMÍLIA

1- Qual o tamanho da sua família. Quantos filhos têm? _____

Nome	Idade	Ocupação /trabalhos	Local de moradia

2 - Alguém da família sai para trabalhar em outro município em alguma época do ano?

Quem?	Para onde?	Que época do ano (quanto tempo)?	Contribui na despesa da casa

3 – O sustento familiar vem de quais atividades/trabalhos?

4 – A renda principal da família vem de qual atividade?

5 – Alguém da família recebe aposentadoria ou benefício do governo?

Quem?	Qual tipo?

6 – Qual época do ano que há maior demanda de trabalho no terreno familiar?

Por quê? _____

7 – Qual época do ano que há menor demanda de trabalho no terreno familiar?

Por quê? _____

8 – O Sr (a) contrata mão de obra para ajudar na produção de alimentos? _____

Em que época do ano? _____

Quantas pessoas? _____

Qual o preço do dia de serviço? _____

9 - A família tem:

Energia elétrica em casa	Sim ()	Não ()
Água dentro ou próxima de casa	Sim ()	Não ()
Banheiro dentro de casa	Sim ()	Não ()
Fogão a gás	Sim ()	Não ()
Geladeira	Sim ()	Não ()
Televisão	Sim ()	Não ()
Telefone/celular	Sim ()	Não ()
Computador	Sim ()	Não ()
Carro próprio	Sim ()	Não ()
Motocicleta	Sim ()	Não ()
Motor elétrico	Sim ()	Não ()
Picadeira	Sim ()	Não ()

II – SISTEMA DE PRODUÇÃO

10 – O terreno que vocês usam é de vocês? _____

11 - Como foi adquirido? _____

12 - Qual o tamanho do terreno? _____

13 – Deste terreno quanto aproximadamente vocês utilizam para lavoura?

E quanto para a criação? _____

14 – A terra que usa é suficiente para plantar seus alimentos?

15 - Utiliza outras terras para plantar? _____

De quem? e onde? _____

16 – Gostaria que o Sr (a) detalhasse o processo para se fazer uma lavoura. (E quem trabalha em cada uma)

1º Etapa: (preparo do terreno)	
2º (plantio)	
3º (trato)	
4º (colheita)	

17 – Utiliza algum produto químico na plantação (agrotóxico)? _____
Qual? _____

24 – Qual alimento ou produto é beneficiado no terreno familiar?

Alimento/produto	Época de colheita	Época de beneficiamento	Destino

25 – O Sr (a) coleta alimentos na natureza?

Alimento	Em que período do ano?	Qual o uso?

26 – O Sr (a) Possui:

Nome/animais	Quantidade	Quem cuida?	Destino
Gado			
Cavalo/burro/jumento			
Galinha			
Porco			
Outros			

III – ALIMENTAÇÃO

27 – Quantas refeições que a família faz no dia?

28 – Os alimentos que a família consome é produzido por vocês no terreno? _____

29 - Há necessidade de adquirir algum alimento?

Compra	Troca	Onde?

30 – Há diferença da alimentação entre mulheres, homens e crianças?

Qual? _____

31 - Que época do ano há maior disponibilidade de alimentos? _____

Por quê? _____

32 - E que época há menor disponibilidade de alimentos? _____ Por

quê? _____

33 – Os alimentos que a família consome são os mesmos no ano todo? _____

Qual a diferença? _____

III – PNAE

34 - O Sr (a) participa de alguma associação? Qual?

35 – Como o Sr (a) ficou sabendo que poderia vender para as escolas?

36 – Há quanto tempo fornece alimentos para a escola? E quantas?

37 – Sempre forneceu os mesmos produtos para as escolas?

38 – Tem interesse de fornecer outros produtos para as escolas? Por quê?

39 - Quais os produtos que mais entrega para a escola?

40 – Como o Sr (a) entrega os produtos na escola? Com qual frequência?

41 – Qual a renda por ano da família com a venda de produtos alimentícios para as escolas?

42 – o Sr (a) tem ou já teve algum problema ou dificuldade com a venda de produtos para as escolas?

43 – (FEIRANTES) Como o Sr (a) organiza sua produção e venda para a feira e para o PNAE?

44 – Quais são:

As vantagens de vender para as escolas? _____

As desvantagens de vender para as escolas? _____

45 – O Sr (a) acha que poderia aumentar a sua produção de alimentos?
